

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

PATRÍCIA MENEGHETI DE AGUIAR

**O EXAME DE ADMISSÃO E A SELETIVIDADE NA ESCOLA ESTADUAL MARIA
CONSTANÇA BARROS MACHADO (1942-1971)**

**CAMPO GRANDE/MS
2013**

PATRÍCIA MENEGHETI DE AGUIAR

**O EXAME DE ADMISSÃO E A SELETIVIDADE NA ESCOLA ESTADUAL MARIA
CONSTANÇA BARROS MACHADO (1942-1971)**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação
em Educação, da Universidade Federal de Mato
Grosso do Sul, como requisito parcial à obtenção do
título de Mestre.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Eurize Caldas Pessanha

**CAMPO GRANDE/MS
2013**

Menegheti, Patrícia de Aguiar.

O exame de admissão e a seletividade na Escola Estadual
Maria Constança Barros Machado (1942-1971) / Patrícia Menegheti
de Aguiar. - Campo Grande, MS, 2013.

96 f. 30 cm.

Orientadora: Profª Drª Eurize Caldas Pessanha
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Mato
Grosso do Sul. CCHS/Campo Grande/MS.

1. Escola. 2. Exame de admissão. 3. Ensino secundário. 4.
Escola Estadual Maria Constança Barros Machado. 5. Classe social. I.
Pessanha, Eurize Caldas. II. O exame de admissão e a seletividade na
Escola Estadual Maria Constança Barros Machado (1942-1971).

CDD

PATRÍCIA MENEGHETI DE AGUIAR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, do Centro de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Eurize Caldas Pessanha
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Profa. Dra. Regina Tereza Cestari de Oliveira
Universidade Católica Dom Bosco

Profa. Dra. Silvia Helena Andrade de Brito
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Campo Grande, 12 de setembro de 2013.

AGRADECIMENTOS

A Deus que me guiou em todas as etapas da concretização deste sonho do mestrado.

Ao meu esposo Renato, pela paciência e carinho nos momentos de angústias e tensões vivenciados durante a realização desta dissertação.

A meus pais que aceitaram minhas ausências, e que talvez sem entender o motivo, sempre demonstraram seu apoio e compreensão.

Às minhas irmãs, Fabiana e Cristina, pelo apoio que sempre demonstraram, em especial à Cristina que me ajudou a catalogar alguns materiais utilizados na pesquisa, dedicando seu precioso tempo, dividido com sua filha e seu trabalho. Obrigada!

Ao meu cunhado Rossine, pelas importantes contribuições nas fórmulas das planilhas do Excell.

À minha orientadora Eurize, pelas contribuições imprescindíveis neste caminhar de estudos e pesquisa que me ajudaram a concluir esta dissertação.

As professoras Regina Cestari e Silvia Brito que participaram da banca de qualificação e defesa deste trabalho contribuindo com importantes apontamentos e sugestões.

Aos colegas da linha de pesquisa "Escola, Cultura e Disciplinas Escolares", em especial a Marta, Wanderlice, Maria, Yara e Renan (*in memoriam*) que sempre contribuíram com suas companhias e conversas animadas.

À minha querida amiga Lúcia, que me ajudou muito com seus conhecimentos na área de informática, construindo e organizando os dados no Excell.

Aos funcionários da Escola Estadual Maria Constança Barros Machado que permitiram o acesso a todos os materiais necessários para concretização desta pesquisa, todos sempre solícitos e dispostos a contribuir.

Aos amigos de trabalho, pelo apoio e carinho.

Enfim, agradeço a todos que contribuíram direta ou indiretamente para realização desta pesquisa.

RESUMO

Em face de uma perspectiva histórica explicitada pelo grupo de pesquisa “Observatório de Cultura Escola”, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, ao qual está vinculada, esta dissertação estuda a relação entre escola e exame de admissão. Nessa direção, o principal objetivo deste trabalho consiste em analisar o que os dados sobre o exame de admissão da Escola Estadual Maria Constança Barros Machado no período de 1942 a 1971, revelam sobre a seletividade do ensino secundário. Apresenta também uma análise da história da escola no Brasil e da trajetória da educação para as classes médias urbanas no período estudado, por meio do contexto político e econômico que passou o Brasil e conseqüentemente Campo Grande. Destaca também a história da urbanização e da escolarização da cidade de Campo Grande/MT e sua relação com a Escola Estadual Maria Constança Barros Machado. Sendo um trabalho de caráter histórico contempla a análise das seguintes fontes primárias: atas do exame de admissão, quadros de matrículas da 1ª série ginásial, relatórios e ofícios disponíveis no arquivo da escola no período de 1942, ano de efetivo funcionamento da escola, a 1971 período em que foi extinto o exame de admissão ao ensino secundário. Depois de selecionar nas fontes primárias, as atas do exame de admissão e os quadros de matrículas da 1ª série ginásial, os dados obtidos foram comparados com dados de escolarização dos Censos Demográficos do Brasil, de Mato Grosso e de Campo Grande nos períodos de 1940, 1950, 1960 e 1970. Os resultados confirmaram que o exame de admissão foi um importante instrumento de seleção para a entrada no ensino secundário na Escola Estadual Maria Constança Barros Machado no período de 1942 a 1971, justificando sua posição como “escola exemplar”, isto é, referência de qualidade e de formação, mas também percebida como ligada à própria identidade cultural dos grupos sociais que se expressavam como “elites” nessa cidade, em momentos históricos específicos.

Palavras-chave: Escola. Exame de admissão. Ensino secundário. Escola Estadual Maria Constança Barros Machado.

ABSTRACT

This Master's thesis studies the relation between the school and the admission exams, following historical perspective of the research group named "Observatório de Cultura Escolar- OCE" from Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Thus, its main goal is to analyze what the data collected at Escola Maria Constança Barros Machado, from 1942 to 1971, disclose of the secondary school selectivity. It presents the analysis of the history of this school in Brazil as well as the trajectory of the education of the middle classes during the studied period, using as background the Brazilian and consequently the Campo-grandense political and economic context. This work also points out the history of the urbanization and the schooling of the city of Campo Grande/MT and its relation with the school, Escola Maria Constança Barros Machado. As a historical study, it considers the analysis of the primary sources such as: the entrance exam minutes, the registration board of the first grade of secondary school, reports and memo files which are available at the school files. The choice of selecting documents from 1942 to 1971 was made because the year 1942 was when the school effectively started its activities, and 1971 when the admission exams were extincted in Brazil. After picking out the primary sources all the data were compared with the schooling data on the basis of the Demographic Census of Brazil, Mato Grosso and Campo Grande in 1940, 1950, 1960 and 1970. The results confirmed that the admission exams were an important tool of selectivity to enter the secondary school at Escola Maria Constança Barros Machado, justifying its position of "exemplary school", not only as a reference of quality and formation, but also seen as linked to the cultural identity of the social groups that expressed themselves as the "elite" of the city in specific historical periods.

Keywords: School. Admission Exam. Secondary School. Escola Estadual Maria Constança Barros Machado.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População de 5 anos e mais do Brasil que sabe ler e escrever em relação a população de 5 anos e mais do Brasil nos anos de 1940, 1950, 1960 e 1970.....	39
Tabela 2 - População de 10 anos e mais que concluiu o ensino secundário em relação a população de 10 anos e mais do Brasil nos anos de 1940, 1950, 1960 e 1970.....	39
Tabela 3 - População de 5 anos e mais que sabe ler e escrever no Brasil, Mato Grosso e Campo Grande no período de 1940, 1950, 1960 e 1970.....	48
Tabela 4 - População de 10 anos e mais que concluiu o ensino secundário no Brasil, Mato Grosso e Campo Grande no período de 1940, 1950, 1960 e 1970.....	49
Tabela 5 - Percentual de inscritos e aprovados no exame de admissão e matriculados na 1ª série do curso ginásial da Escola Estadual Maria Constança Barros Machado em relação a população de 10 anos e mais de Campo Grande no ano de 1940.....	68
Tabela 6 - Percentual de aprovados no exame de admissão e matriculados na 1ª série do curso ginásial, em relação ao número de inscritos nos anos de 1942 a 1949 no exame de admissão da Escola Estadual Maria Constança Barros Machado.....	69
Tabela 7 - Percentual de inscritos e aprovados no exame de admissão e matriculados na 1ª série do curso ginásial da Escola Estadual Maria Constança Barros Machado em relação a população de 10 anos e mais de Campo Grande no ano de 1950.....	71
Tabela 8 - Percentual de aprovados no exame de admissão e matriculados na 1ª série do curso ginásial, em relação ao número de inscritos nos anos de 1950 a 1959 no exame de admissão da Escola Estadual Maria Constança Barros.....	72
Tabela 9 - Percentual de inscritos e aprovados no exame de admissão e matriculados na 1ª série do curso ginásial da Escola Estadual Maria Constança Barros Machado em relação a população de 10 anos e mais de Campo Grande no ano de 1960.....	74
Tabela 10 - Percentual de aprovados no exame de admissão e matriculados na 1ª série do curso ginásial, em relação ao número de inscritos nos anos de 1960 a 1969 no exame de admissão da Escola Estadual Maria Constança Barros Machado.....	75
Tabela 11 - Percentual de inscritos e aprovados no exame de admissão e matriculados na 1ª série do curso ginásial da Escola Estadual Maria Constança Barros Machado em relação a população de 10 anos e mais de Campo Grande no ano de 1970.....	76
Tabela 12 - Quadro 12 - Porcentagem de aprovados no exame de admissão e matriculados na 1ª série do curso ginásial, em relação ao número de inscritos nos anos de 1970 e 1971 no exame de admissão da Escola Estadual Maria Constança Barros Machado.....	76

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Estrutura Educacional e Nomenclatura do Ensino Secundário Brasileiro a partir de 1942.....	12
--	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 URBANIZAÇÃO E ESCOLARIZAÇÃO NO BRASIL	20
1.1 A URBANIZAÇÃO NO BRASIL E O PAPEL DA ESCOLA NESSE PROCESSO	20
1.2 O ENSINO SECUNDÁRIO E AS CLASSES MÉDIAS NO BRASIL	24
2 A CIDADE DE CAMPO GRANDE	41
2.1 A CIDADE DE CAMPO GRANDE: esboço histórico.....	40
2.2 A PRIMEIRA ESCOLA ESTADUAL SECUNDÁRIA DE CAMPO GRANDE.....	51
3 O EXAME DE ADMISSÃO NA PRIMEIRA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO SECUNDÁRIO	64
3.1 OS CAMINHOS DO EXAME DE ADMISSÃO NA LEGISLAÇÃO NACIONAL	64
3.2 OS CAMINHOS DO EXAME DE ADMISSÃO NA ESCOLA ESTADUAL MARIA CONSTANÇA BARROS MACHADO.....	68
CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
REFERÊNCIAS	82
ANEXOS	88

INTRODUÇÃO

O interesse em estudar a constituição dos grupos sociais presentes na Escola Estadual Maria Constança Barros Machado teve origem no projeto de Iniciação Científica (PIBIC/UFMS) vinculado à linha de pesquisa "Escola, cultura e disciplinas escolares" do Programa de Pós-graduação em Educação da UFMS, que resultou no trabalho de Conclusão do Curso de Pedagogia no ano de 2003, com o tema "História da disciplina Língua Portuguesa na escola Maria Constança Barros Machado, no período de 1954 a 1971".

Nesse trabalho, uma pesquisa sobre a história da disciplina Língua Portuguesa na Escola Estadual Maria Constança Barros Machado, situado em Campo Grande-MS, partiu-se do pressuposto de que a cultura escolar¹ de uma escola relaciona-se com a sociedade em que se insere, e que tipo de cidadãos pretende-se formar, estabelecendo práticas e conteúdos destinados a isso. A análise da história das disciplinas escolares investigadas pelo grupo de pesquisa nesta escola produziu vários artigos e dissertações e estabeleceu também um outro pressuposto "[...] apontou para a presença de determinações de classe e para a necessidade de estudá-las, considerando que as determinações de classe são sempre produtos históricos, assim como as próprias classes". (PESSANHA, 2002, p. 1).

Esses pressupostos ficaram mais evidentes ainda quando em uma pesquisa realizada pelo grupo de pesquisa do "Observatório de Cultura Escolar" intitulada "Tempo de Cidade e Lugar de Escola", comparando quatro diferentes escolas localizadas em quatro diferentes lugares e períodos, entre essas a Escola Estadual Maria Constança Barros Machado, constatou-se que

[...] as quatro cidades tiveram o seu desenvolvimento urbano em épocas diferentes e expressam processos de urbanização distintos, processos que, por sua vez, evidenciam projetos de sociedade dos grupos sociais com poder político em cada cidade. Não há dúvidas, também, de que o processo de urbanização está intimamente ligado ao processo de escolarização. (PESSANHA et al., 2007, p. 29).

Faria Filho (1996) aborda as relações entre a construção da cidade de Belo Horizonte e a escolarização, enfatizando o "caráter educativo" da cidade.

[...] A cidade, sua monumentalidade, sua aparência, sua forma de distribuir e

¹ Pessanha (2002).

controlar a população – tudo isso deveria servir de elemento educativo, principalmente para as populações pobres e trabalhadoras. Numa verdadeira pedagogia do olhar, em que o espetáculo se transforma em experiência de aprendizagem, a cidade se apresentava como o palco e a cena. (FARIA FILHO, 1996, p. 128).

A trajetória da escola pública secundária confunde-se com as vicissitudes da sociedade brasileira na segunda metade do século vinte, quando a indústria se consolida como forma de atividade produtiva. O desenvolvimento da indústria no Brasil provocou mudanças radicais nos hábitos familiares e sociais e a cidade foi fundamentalmente afetada pelas alterações nas relações de trabalho. As cidades passam a ser o centro de atração, enquanto que o mundo rural começa a se esvaziar.

O espaço urbano é delimitado conforme as necessidades políticas, econômicas e sociais da população, a cidade surge com o objetivo de atender essas necessidades, apresentando os lugares de moradia, de lazer, de trabalho, que são distribuídos pelo município.

Tentando organizar esses espaços da cidade surgem as leis de zoneamento, ligadas ao planejamento urbano. Cada ocupação e uso do solo são definidos por essas leis de zoneamento, definindo áreas para lazer, indústrias, comércio e habitações. Em especial na separação dos melhores lugares habitáveis, contribuindo para que as desigualdades sociais fossem reforçadas, pois um determinado lugar torna-se mais valorizado do que outro, dependendo de sua localização em relação ao centro da cidade, e do que ele pode oferecer de conforto a seus moradores, relacionado a bens e serviços.

Desta forma, pode-se entender a cidade como um resultado de ações humanas, que visam a melhoria na qualidade de vida. Nesse espaço urbano encontram-se também a divisão de classes sociais, a divisão do trabalho e a produção.

A incorporação das máquinas ao trabalho facilitou e aumentou a produção de excedentes no capitalismo sem tanto esforço, somando mais tempo livre a alguns homens, libertando-os do trabalho, e permitindo que se dedicassem ao trabalho intelectual, e essa separação do trabalho manual e do intelectual fez surgir a primeira divisão de classes (PESSANHA, 2001).

As classes da sociedade capitalista são determinadas historicamente, advindas da Revolução Industrial, onde estão intimamente ligadas ao modo de produção capitalista. Construídas no âmbito econômico, as relações de classe estão baseadas no antagonismo entre as duas classes clássicas, burguesia e proletariado. (SAES, 1984).

Nesse contexto, não podemos deixar de destacar o surgimento das "classes médias"², que representaram um importante papel no avanço da educação no Brasil.

O discurso das classes médias no Brasil em 1930 era a reivindicação pela educação pública, principalmente pelo ensino secundário e superior, pois acreditavam que a educação era um meio de seus filhos ascenderem socialmente.

Para esclarecer as diferentes nomenclaturas do ensino secundário desde 1942 apresento um quadro elaborado por Oliveira (2009, p. 23):

Quadro 1- Estrutura Educacional e Nomenclatura do Ensino Secundário Brasileiro a partir de 1942

Reforma Capanema Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942	1º ciclo: Curso Ginásial duração 4 anos	2º ciclo: subdividido em: Curso Clássico e Curso Científico ³ Duração de 3 anos
LDB de 1961 Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961	Ciclo Ginásial Duração de 4 anos	Ciclo Colegial Duração de 3 anos
LDB de 1971 Lei nº 5692, de 11 de agosto de 1971	1º grau Duração 8 anos - a partir de 7 anos de idade	2º grau Duração 3 anos
LDB de 1996 (vigente atualmente) Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996	Ensino Fundamental Duração 8 anos ⁴	Ensino Médio Duração 3 anos

fonte: OLIVEIRA (2009, p.23)

Observando o quadro, podemos analisar que o período apresentado nesta pesquisa, em relação ao Ensino Secundário, trata-se da Reforma Capanema de 1942, localizada no 1º ciclo, e da LDB (Lei de Diretrizes e Bases) de 1961, presente no ciclo Ginásial, em todo o trabalho refiro-me a passagem do ensino primário para a entrada no Ginásio, por meio do exame de admissão. A partir da LDB de 1971, tanto o ensino primário como o ginásial, compõem o 1º grau, e em 1996 o Ensino Fundamental.

²[...] "Além da função de agente técnico da função do Estado, as "classes médias"geradas no processo histórico em que este ampliou e diversificou suas funções para garantir a acumulação do capital, assumiram a função de articuladoras e tradutoras, tanto da razão do Estado quanto das razões privadas [...]" (PESSANHA, 2001, p.68, grifo do autor) . Esta terminologia aparecerá ao longo do trabalho sempre entre aspas por se tratar de uma terminologia que apresenta diferentes aportes teóricos. Para maiores esclarecimentos ver Pessanha (2001).

³ A escola podia oferecer um dos dois cursos.

⁴ A partir de 2008 o Ensino Fundamental passou para nove anos de acordo com a Lei nº 11.274, de 06 de fevereiro de 2006.

Para entender qual era a situação do ensino secundário cabe lembrar a situação que ocorria no Colégio Pedro II⁵. O referido Colégio, localizado na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, fora transformado em *Gymnasio Nacional* pela lei de 8/11/1890, no qual os estudos teriam a duração de sete anos. Paralelamente ao ensino secundário do Colégio Pedro II, ainda eram mantidos os exames para conseguir o certificado de conclusão do secundário, exame de suficiência com periodicidade anual, finais referente às disciplinas que não tivessem continuidade no ano seguinte e de madureza realizado após aprovação em todos os exames finais. A legislação de 1890 previa ainda que "[...] os exames finais⁶ e o de madureza⁷ poderiam ser prestados por alunos de outras instituições ou por aqueles que tivessem recebido ensino doméstico". (VEIGA, 2007, p. 250).

Em 1890, no Decreto nº 981 de 8 de novembro de 1890, intitulado "Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Distrito Federal" a aprovação no exame de madureza conferia ao aluno o grau de bacharel em ciências e letras e dava direito a ingresso em qualquer curso superior do Brasil. (BRASIL, 1890).

Tantos os exames quanto a frequência ao ensino secundário não eram obrigatórios. Isso perdurou até 1931, desta forma era possível prestar os exames, obter o título de bacharel e ingressar no ensino superior, independente de se ter completado o curso regular. (VEIGA, 2007).

O acesso à escola, principalmente de ensino secundário não foi tão fácil como parece. No Brasil como forma de controlar as matrículas a esse nível de ensino, foi criado o Exame de Admissão ao ensino secundário, que representou uma barreira aos jovens interessados em continuar os estudos que almejavam o ensino superior.

Inicialmente a função dos exames preparatórios era a seleção para ingresso no ensino superior e posteriormente caracterizaram-se como exame de conclusão de estudos secundários. Desta forma para requerer matrícula no Colégio Pedro II, segundo o Decreto nº 8.659, de 5 de abril de 1911, também conhecido como Reforma Rivadávia Corrêa, que aprovou a lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental na República, o candidato se sujeitaria a um exame de admissão, que constava de prova escrita e oral da língua vernácula, rudimento da língua francesa, de geografia e de história do Brasil e aritmética elementar.

⁵ Colégio padrão da época, servia como referência para os outros colégios, criado em 02 de dezembro de 1837 (ZOTTI, 2005).

⁶ "Art. 33 Os exames são: [...] finais, para as materias que houverem sido concluidas; estes constarão de provas escriptas e oraes, havendo tambem prova pratica para as cadeiras seguintes: physica e chimica; meteorologia, mineralogia e geologia; biologia; geographia; desenho, musica e gymnastica" (BRASIL, 1890).

⁷ "Art. 33 Os exames são: [...] de madureza, prestado no fim do curso integral e destinado a verificar si o alumno tem a cultura intellectual necessaria". (BRASIL, 1890).

A legislação educacional do Brasil, na década de 1930, evidenciou o processo de centralização e controle, na tentativa de padronizar a educação no país e substituir os exames do Colégio Pedro II, foi criado o Exame de Admissão ao Ginásio. (PESSANHA; DANIEL, 2002).

A Reforma de 1931, Decreto nº 19.890 de 18/04/31, assinada por Francisco Campos então Ministro da Educação e Saúde Pública instituiu em caráter nacional esse exame de admissão ao Ginásio, que perdurou até a lei nº 5692 de 1971, reforma que integrou o ensino primário e o ginásio que passaram a ser denominados 1º Grau. Importante ressaltar que preferencialmente nos estabelecimentos públicos, até 1945, a legislação não exigia a formação primária para ingresso no ginásio, era exigido o certificado de aprovação nos exames e classificação suficiente que estivesse dentro do número de vagas disponíveis, em qualquer curso ginasial.

[...] É interessante lembrar que a fixação do exame, em âmbito nacional para todos os estabelecimentos de ensino secundário reconhecidos oficialmente, ocorreu na mesma época em que a passagem pelo curso ginasial completo se transformou no único caminho de acesso ao ensino superior. Em outros termos, o exame foi usado como instrumento oficial de seleção de indivíduos para uma opção diferenciada de inserção social. (MINHOTO, 2007, p. 3).

Desta forma, a escola é vista como uma possibilidade de ascensão social, e para entender os resultados do exame de admissão no período de sua vigência nacional de 1931 a 1971, a escolha de uma escola para a pesquisa, tornou-se fundamental. Como registra Apple, (2006, p. 66):

[...] A escola, como agente bastante significativo da reprodução cultural e econômica, se torna obviamente, uma instituição importante (afinal de contas, toda criança freqüenta a escola, e a escola tem efeitos importantes como instituição de referência e socialização).

Por ser a escola a única instituição que se localiza entre a família e o mercado de trabalho, não podemos estranhar a relevância social que representa a mesma e os conhecimentos apresentados por ela.

O desejo de uma escola de ensino público secundário que pudesse atender a todas as camadas da população é evidenciado pela população da cidade de Campo Grande, assim como o restante da população do país quanto à escolarização, no final da década de 1930.

A escolha da Escola Estadual Maria Constança Barros Machado, justifica-se por ser primeira escola de ensino secundário da cidade de Campo Grande, na época, Estado de Mato Grosso⁸. Criada em dezembro de 1938, mas começando a funcionar só em 1939, recebeu vários nomes durante sua história, para se adequar à legislação de cada período: Liceu Campo-grandense, Ginásio Estadual Campo Grandense e Colégio Estadual Campograndense até receber, em 1971, o nome de sua fundadora, Escola Estadual Maria Constança Barros Machado, denominação que utilizarei ao longo de todo trabalho.

Até abril de 1942 teve a denominação de Liceu Campograndense, dessa data em diante para dar cumprimento ao Decreto Lei Federal nº 4.244 de 9 de abril de 1942⁹ passou a denominar-se Ginásio Estadual Campograndense, confirmado pelo Decreto Estadual nº 111 de 27 de maio de 1942. (RELATÓRIO, 1953).

Finalmente, após a apresentação do relatório para a inspeção permanente e a devida autorização do Departamento Nacional de Educação para funcionar o curso Colegial, tomou o nome de Colégio Estadual Campograndense, pela circular nº 5 de 28/8/1944, do Departamento de Ensino Secundário, como Estabelecimento oficial, equipado¹⁰. (RELATÓRIO, 1953).

Apesar da criação da escola na época ter sido justificada para oportunizar o acesso de todas as camadas da população, o exame de admissão (1939-1971) ainda dificultava esse acesso, portanto era ainda um sonho para poucos, um dos motivos que levavam os grupos que lá estudavam a se considerarem "elite"¹¹.

De fato, por meio do exame de admissão, o ingresso no ensino secundário atestava a pertença de alguns jovens à classe social dirigente e possibilitava aos jovens de classe social mediana uma perspectiva consistente de ascensão social. (PESSANHA et al., 2007).

A pesquisa, Tempo de Cidade e Lugar de Escola, revelou também que a Escola Estadual Maria Constança era uma "escola exemplar" não como exemplo para outras escolas,

⁸ Esta pesquisa abrange um período (1942-1970) em que o Estado de Mato Grosso, tendo como capital Cuiabá, ainda não tinha passado pela divisão territorial. Isso ocorreu somente em 1977, devido a motivos políticos e históricos, originou-se um outro Estado, o de Mato Grosso do Sul, com a capital em Campo Grande.

⁹ "Art. 5º Haverá dois tipos de estabelecimentos de ensino secundário, o ginásio e o colégio. § 1º Ginásio será o estabelecimento de ensino secundário destinado a ministrar o curso de primeiro ciclo. § 2º Colégio será o estabelecimento de ensino secundário destinado a dar, além do curso próprio do ginásio, os dois cursos de segundo ciclo. Não poderá o colégio eximir-se de ministrar qualquer dos cursos mencionados neste parágrafo". (BRASIL, 1942).

¹⁰ Autorização de funcionamento sujeita a medidas federais fiscalizadoras e uniformizadoras.

¹¹ O termo elite sempre aparecerá entre aspas ao longo do trabalho, pois o termo não corresponde neste caso ao sentido de acumulação de bens, seria de pertencimento a um seletivo grupo que conseguiu passar no exame de admissão, visando uma mobilidade social. Para maiores esclarecimentos ver trabalhos de Pessanha et al (2007) e (2013).

mas como referência de qualidade ligada à identidade cultural de grupos que se expressavam como "elites".

Nesse sentido, "escolas exemplares" não seriam exatamente aquelas que tivessem servido ou tivessem sido formuladas para servir de exemplos para outras escolas, embora essa possibilidade não possa ser descartada. De alguma forma, a história dessas escolas explicita que, pelo menos para algum grupo social da cidade, em determinados momentos aquela escola mostra como aquela cidade é moderna, que aquela escola explicita como aquela cidade forma seus cidadãos. Ou, dizendo de outra forma, essas "escolas exemplares" expressariam os projetos de modernização e escolarização daqueles grupos. (PESSANHA et al, 2007, p. 25 grifo do autor).

Considerando a importância da Escola Estadual Maria Constança Barros Machado para a cidade de Campo Grande, a relevância que tinha o ensino secundário para a sociedade, e o prestígio de alunos que lá estudaram, as questões norteadoras desta pesquisa são: A função seletiva do exame de admissão para a entrada no ensino secundário na Escola Estadual Maria Constança Barros Machado no período de 1942 a 1971, explica sua posição como "escola exemplar", isto é, referência de qualidade e de formação, mas também percebida como ligada à própria identidade cultural dos grupos sociais que se expressavam como "elites" nessa cidade? A porcentagem de alunos que passavam no exame de admissão nesse período era significativa em relação à população total da cidade de Campo Grande? E em relação ao número de alunos inscritos no exame de admissão? O número de alunos matriculados no 1º ano do ginásio era o mesmo dos alunos que passavam no exame de admissão?

A escolha do período pesquisado justifica-se por ser 1942, o efetivo funcionamento das atividades da escola, com autorização de funcionamento conforme exigências Federais e Estaduais, e vai até 1971, com a Lei nº 5.692, que extinguiu o exame de admissão.

Desta forma, a hipótese deste trabalho é que o exame de admissão era um importante instrumento de seleção que contribuiu para a construção da "exemplaridade" da Escola Estadual Maria Constança Barros Machado no período de 1942 a 1971, e seu principal objetivo é analisar o que os dados do exame de admissão da Escola Estadual Maria Constança Barros Machado no período de 1942 a 1971 revelam, sobre a função seletiva do ensino secundário.

Para alcançar o objetivo proposto, foi necessário reconstituir a história da Escola Estadual Maria Constança Barros Machado desde o período de sua inauguração e transformações pelas quais passou, realizando um levantamento bibliográfico de

dissertações¹², produzidos pela linha de pesquisa “Escola, cultura e disciplinas escolares” tendo como lócus de estudo a Escola Estadual Maria Constança Barros Machado.

Após conhecimento da história da escola, realizei estudos sobre a história do ensino secundário e da escolarização no Brasil, tentando entender as mudanças que ocorreram nesse grau de ensino e principalmente o que significou o exame de admissão.

Para iniciar a coleta de dados, foram seguidas as orientações metodológicas de Certeau (2010), principalmente quando afirma que:

Em história, tudo começa com o gesto de **separar**, de reunir, de transformar em **documentos** certos objetos distribuídos de outra maneira. Esta nova distribuição cultural é o primeiro trabalho. Na realidade, ela consiste em **produzir** tais documentos, pelo simples fato de recopiar, transcrever ou fotografar estes objetos mudando ao mesmo tempo o seu lugar e o seu estatuto. Este gesto consiste em **isolar** um corpo, como se faz em física, e em **desfigurar** as coisas para constituir-las como peças que preencham lacunas de um conjunto, proposto *a priori*. Ele forma a **coleção**. (CERTEAU, 2010, p.81, grifo do autor).

Para selecionar as fontes foram consultados todos os documentos que pudessem gerar dados a respeito do exame de admissão na Escola Estadual Maria Constança Barros Machado, no período de 1942 a 1971. Como resultado das várias visitas ao arquivo da escola, foram selecionados as seguintes fontes: atas do exame de admissão, quadro geral de matrículas, estatísticas de aproveitamento no período de 1942 a 1971, relatórios e ofícios no período de 1942 a 1960 da Escola Estadual Maria Constança Barros Machado.

A escolha das atas do exame de admissão como fonte, justifica-se por serem documentos oficiais onde constam os nomes e as notas dos alunos aprovados e reprovados no exame de admissão, desta forma permitem quantificar o número de alunos que se inscreveram e os alunos que passaram no exame de admissão.

O quadro geral de matrículas apresenta semestralmente o número de alunos matriculados, dele foram utilizados apenas os dados apresentados no começo de cada ano. Pelo quadro geral de matrículas foi possível fazer comparações entre o número de alunos aprovados no exame de admissão e o número de alunos matriculados na 1ª série ginásial em cada ano.

As estatísticas de aproveitamento ajudaram a comprovar alguns dados encontrados nas

¹² Dissertações produzidas pela linha de pesquisa: Barros (2000), Campos (2004), Adimari (2005), Braga (2005), Braga (2006), Cardoso (2006), Rahe (2006), Rocha (2007) e Oliveira (2009).

atas dos exames de admissão. Os relatórios e ofícios contribuíram com detalhes sobre a história da escola, inclusive a respeito de sua estrutura física.

Os dados que essas fontes forneceram não foram no entanto suficientes para atingir o objetivo da pesquisa, foi necessário realizar comparação dos dados sobre escolarização na cidade com os dados do país e do estado no mesmo período. Por isso, recorri a dados do Censo Demográfico do Brasil, de Mato Grosso e Campo Grande nos períodos de 1940, 1950, 1960 e 1970, selecionei os dados demográficos da população apta para os estudos tanto para alfabetização (a partir dos 5 anos), como para o ensino secundário (a partir dos 10 anos).

O procedimento metodológico para obtenção de dados das atas do exame de admissão e do Censo Demográfico do Brasil, de Mato Grosso e Campo Grande nos períodos de 1940, 1950, 1960 e 1970 exigiu o estabelecimento de chaves de leitura específicas, para apropriação das informações da fonte, por exemplo para as atas do exame de admissão foram utilizadas quatro chaves de leitura: ano, número de alunos inscritos, aprovados e matriculados. Para o Censo Demográfico do Brasil, de Mato Grosso e Campo Grande as chaves de leitura foram três: população de 5 anos e mais, população de 5 anos e mais que sabe ler e escrever, e população de 10 anos e mais que concluiu o ensino secundário¹³.

Após a organização dos dados segundo as chaves de leitura, realizei a junção dos dados extraídos dessas fontes, através da construção de tabelas em uma planilha do aplicativo Office Excell, que calculava a porcentagem dos números apresentados, para melhor análise e visualização dos dados.

Foram realizadas também, análises em uma série histórica de cada quadro elaborado, estabelecendo relações com o ensino secundário e os resultados do exame de admissão na Escola Estadual Maria Constança Barros Machado em cada período pesquisado.

Esta dissertação está organizada em três capítulos. O primeiro capítulo descreve o início do processo de urbanização e escolarização no Brasil. Apresenta também o surgimento das classes médias no Brasil e a relação com a disseminação do ensino público secundário.

O segundo capítulo refere-se à história da fundação da cidade de Campo Grande, destacando traços de sua urbanização e da criação da primeira escola pública de ensino secundário no município, utilizando os ofícios e relatórios do arquivo da Escola Estadual Maria Constança Barros Machado, para ajudar a reconstituir essa história.

O terceiro capítulo aborda a análise das tabelas, elaborados a partir das fontes coletadas nos arquivos da Escola Estadual Maria Constança Barros Machado e dos Censos

¹³ De acordo com o Censo Demográfico de 1940, 1950, 1960 e 1970 "pessoas de 10 anos e mais que possuem curso completo ou diploma de estudos, segundo a espécie do curso ou diploma".

Demográficos do Brasil, Mato Grosso e Campo Grande no período de 1940, 1950, 1960 e 1970, estabelecendo relação com a legislação Federal, comprovando a seletividade do exame de admissão na Escola Estadual Maria Constança Barros Machado.

A última parte do trabalho apresenta as considerações finais.

1 URBANIZAÇÃO E ESCOLARIZAÇÃO NO BRASIL

O objetivo central do presente capítulo é analisar como ocorreu o processo de urbanização no Brasil, com ênfase para o período republicano, a relação com o processo de escolarização da população, com foco no ensino secundário e o crescimento das "classes médias" e sua reivindicação por escola.

Para construção deste capítulo os dados foram obtidos com base nos textos de: Deák e Schiffer (2004), Villaça (2004), Faria Filho (1997), Carvalho (2003), Haidar (1972), Souza (2009), Romanelli (2010), Teixeira (1999), Veiga (2007), Nagle (2001), Azevedo (1976), Valente (2001), Dallabrida (2009), Beisiegel (1986), Bourdieu (2007), Minhoto (2008), Tavares (1982), Mills (1969), Saes (1984) e Apple (2006).

1.1 A URBANIZAÇÃO NO BRASIL E O PAPEL DA ESCOLA NESSE PROCESSO

Na segunda metade do século XIX, inicia-se o processo de expansão da urbanização no Brasil, período que Deák e Schiffer (2004) destacaram como de consolidação da nova nação-Estado, ocasionado pela dominação dos movimentos separatistas que ocorreram principalmente em Minas Gerais, Rio de Janeiro e também do Rio Grande do Sul ao Pará.

Em 1850, com o fim da supressão da importação de escravos e a promulgação da Lei das Terras, que transforma a terra em propriedade privada, ocorreram mudanças efetivas nas relações de trabalho, passando do trabalho escravo ao trabalho assalariado.

[...] nos 27 anos que se seguiram à abolição do tráfico de negros, a população de escravos caiu de 2,5 milhões em 1850 para 723 mil em 1887, enquanto a população do país crescia de 8 milhões para 14 milhões de habitantes, de modo que a proporção dos escravos caiu de um em cada três habitantes (31%) para o nível quase desprezível de um em vinte (5%). (PRADO JR., 1933, p.99).

Esse fato contribuiu para que as relações sociais fossem modificadas e as necessidades de subsistência de quem migrava do campo para a cidade tornaram-se mais evidentes, pois sem trabalho assalariado não havia outra maneira de sobrevivência, ao contrário de quando viviam no campo.

A instalação de uma fábrica, indústria ou empresa, em uma determinada região, atraía

um alto número de pessoas, dessa forma a urbanização estava vinculada diretamente ao processo de industrialização, gerando muitos empregos e despertando o interesse de outros prestadores de serviços.

De acordo com Villaça (2004), o primeiro período da urbanização brasileira começa em 1875 e vai até 1930, onde destacam-se os planos de melhoramento e embelezamento que valorizavam a burguesia, com o objetivo de esquecer a herança escravista, valorizando a cidade, em detrimento do campo.

De 1875 a 1906, ocorreu a ascensão dos planos de melhoramentos e embelezamento e de 1906 a 1930 houve um declínio desses planos. Com o crescimento da riqueza do país, faz-se necessária a construção de obras gigantescas, e as de embelezamento já não atendiam às necessidades daquela sociedade. Dessa forma "[...] Passa-se assim da **cidade bela** para a **cidade eficiente**, da cidade do consumo para a cidade da produção" e o interesse imobiliário presente em ambas. (VILLAÇA, 2004, p. 199, grifo do autor).

Com o período que se inicia em 1930, o planejamento era a melhor solução para os problemas que se apresentavam nas cidades. Devido ao acelerado crescimento urbano nesse período, surgiu a percepção dos problemas sociais que se manifestam gravemente nas cidades, como saneamento, transportes e habitação e um planejamento integrado ou de conjunto, com técnicas e métodos bem definidos, seria a solução. Villaça (2004) acredita que esta é uma interpretação da "classe dominante"¹⁴ e que essas ideias ocultam as verdadeiras origens dos problemas sociais, ressaltando o fracasso dessa classe e também do Estado em resolvê-los.

Entendia-se por planejamento urbano o conjunto das ações de ordenação espacial das atividades urbanas que, não podendo ser realizadas ou sequer orientadas pelo mercado, tinham de ser assumidas pelo Estado, tanto na sua concepção quanto na sua implementação. [...] Tais planos, mais por falta de critério de delimitação do campo do que seria **planejamento urbano** do que por arroubos de ambição excessiva, abrangiam todos os aspectos possíveis e imagináveis da vida das cidades, desde obras de infra-estrutura física até a renovação e o desenho urbanos, ordenação legal do uso do solo e da paisagem urbana, até a provisão de serviços tão pouco espacial- específicos quanto saúde e educação pública. (DEÁK; SCHIFFER, 2004, p.13, grifo dos autores).

Para estimular o planejamento urbano, como as cidades ainda não eram obrigadas por lei a elaborar o seu, o Governo Federal criou órgãos e planos que ofereciam recursos para

¹⁴ Utilizo a designação usada por Villaça (2004) e não uma caracterização conceitual de classes sociais. Essa designação separa os grupos que possuíam alguma forma de poder dos despossuídos de poder político.

urbanização na forma de crédito subsidiado. Esses órgãos comprometeram-se até em prestar assessoria às cidades menores.

Ainda nesse período percebe-se que a “classe dominante” passa por transformações, e as "classes médias" urbanas estão cada vez mais conscientes de sua importância social. A atuação urbana da “classe dominante” nos setores imobiliário, de sistema viário e de transportes, será contestada porque visavam sempre a atender interesses individuais e não ao conforto e bem-estar da maioria da população.

O novo **plano geral** substituindo os de **melhoramentos e embelezamento**, só surgirá em 1930 com os planos de Agache para o Rio e o de Prestes Maia para São Paulo. Os planos de embelezamento e melhoramentos continuam declinando, mas já surge a proposta de um novo tipo de plano e um novo discurso: o plano diretor e o urbanismo multidisciplinares. (VILLAÇA, 2004, p. 204, grifo do autor).

Os planos para as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo justificam-se por representarem na época as duas maiores cidades do país. Esses planos fizeram a diferença na história do planejamento urbano no Brasil, principalmente pela novidade de seus conteúdos, destacavam a infraestrutura de saneamento e transportes, contudo o embelezamento ainda estava presente, em especial no sistema viário. Apesar da divulgação do plano propor melhorias para toda a cidade, era o centro da cidade que despertava o interesse imobiliário sendo o foco de atenção para as principais reformas.

Seguindo o exemplo do Rio de Janeiro e São Paulo, as outras capitais brasileiras, principalmente a partir de 1940, começaram a produzir seus planos. Porém, “De 1930 a 1950, ou na Era Vargas, a direção dada ao desenvolvimento econômico provoca o aumento da pobreza nas cidades que passa a ser considerado um obstáculo à modernização”, e para tentar reverter esse quadro, políticas sociais de previdência e habitação popular são ações desenvolvidas pelo governo. (PESSANHA et al, 2007, p. 31).

A partir da década de 1950 e que se estende até hoje, a expansão das atividades industriais provocou uma modernização acelerada, o que atraiu muitas pessoas para as cidades. Esse inchaço provocado pelas migrações desordenadas fez a falta de infraestrutura ficar ainda mais evidente, ocasionando problemas que evidenciaram a desigualdade social, com a falta de moradia, saúde e educação.

Segundo Faria Filho (1997) a expansão das cidades ocasionou o que foi chamado de aparente desordem, e o Estado como forma de organizar essa situação, difundiu a ação de

urbanização e higienização nas cidades, e a escola teria um papel fundamental nesse processo.

Com o início da República em 1889, tornou-se imprescindível a formulação de uma política de educação nacional. A escolarização em massa teve seu início, com o objetivo de produzir um país civilizado.

Regenerar as populações brasileiras, núcleo da nacionalidade, tornando-as saudáveis, disciplinadas e produtivas, eis o que se esperava da educação, erigida nesse imaginário em causa cívica de redenção nacional. Regenerar o brasileiro era dívida republicana a ser resgatada pelas novas gerações. (CARVALHO, 2003, p. 10).

A escola nesse período é entendida como uma instituição capaz de ajudar o Estado a produzir um “país ordeiro, progressista e civilizado”, e não apenas como um lugar de educação e instrução das crianças e dos jovens, já que a preocupação naquele momento era controlar a situação para que não escapasse ao controle do Estado. (FARIA FILHO, 2002, p.24).

O fortalecimento da expansão urbana traz consigo a escola, quando significativas diferenças são estabelecidas entre a cidade e o campo, conforme aumentam os espaços urbanos. Na escola, semelhante à indústria e o/ou comércio, o tempo é delimitado, desta maneira o conteúdo cultural também é selecionado, não mais pela Igreja, mas pelo Estado.

Convém ressaltar que, no Brasil, até o final do século XIX, a renda das famílias era oriunda de produtos de atividades agrárias, herança e posse de bens materiais e casamentos, e foi só a partir do início do século XX que essas estratégias familiares modificaram-se, passando as famílias a depender e investir em longos processos de ensino. Esse fato não foi percebido somente em famílias pertencentes às "elites" econômicas, essa mudança aconteceu em outros estratos sociais, que não tinham a educação como prioridade e passaram a desejá-la, reconhecendo essa "[...] passagem pela escola como um símbolo de status e diferenciação social". (MINHOTO, 2008, p. 454).

A instituição educacional é vista também como uma possibilidade de ascensão social, fazendo com que as pessoas acreditem que só depende da capacidade de cada um chegar ao sucesso profissional, tornando-se assim o principal meio para a seleção social.

Apple (2006, p. 83) é bastante categórico ao afirmar que da mesma forma que há uma distribuição desigual de capital econômico na sociedade, com o conhecimento não é diferente, há uma distribuição também desigual de "capital cultural". Ressalta também que as escolas, funcionam como distribuidoras do capital cultural em sociedades industriais e são

responsáveis também por legitimar os conhecimentos oferecidos por ela.

Desta forma, os conceitos sociais são configurados partindo de condições econômicas, as quais controlam a atividade cultural, incluindo o que se apresenta nas escolas. A distribuição da cultura, porém não ocorre somente nas escolas, mas na família, em contato com outras pessoas em diferentes meios sociais, onde constituímos e reconstituímos uma cultura dominante e o modo como cada um a interpreta e utiliza-a em sua vida.

Apple (2006) levanta uma questão relevante a esse respeito, ao destacar que a construção das escolas não foi realizada para preservar o capital cultural de classes economicamente desfavorecidas e sim das parcelas mais poderosas da população.

As escolas, portanto, **produzem ou processam**, tanto o conhecimento quanto as pessoas. Em essência, o conhecimento formal e informal é utilizado como um filtro complexo para **produzir ou processar pessoal**, em geral por classes; e, ao mesmo tempo, diferentes aptidões e valores são ensinados a diferentes populações, frequentemente também de acordo com a classe (e o sexo e a raça). Na verdade, para essa tradição mais crítica, as escolas recriam de maneira latente disparidades culturais e econômicas, embora isso não seja, certamente, o que a maior parte das escolas pretenda. (APPLE, 2006, p.68, grifo do autor)

Levando em consideração essas mudanças tão relevantes na sociedade com o aparecimento das cidades, é necessário analisar o papel da escolarização nesse novo contexto e verificar qual influência ela exerceu na sociedade, principalmente nas "classes médias".

1.2 O ENSINO SECUNDÁRIO E AS CLASSES MÉDIAS NO BRASIL

O ensino secundário particular no Brasil cresceu rapidamente, fortalecendo-se com a desestruturação dos regimes públicos e com o apoio político à liberdade de ensino.

Ao final do Império, o ensino secundário brasileiro encontrava-se precário e desorganizado, desarticulado do que ocorrera durante todo o século XIX (HAIDAR, 1972). Uma pequena minoria tinha acesso ao ensino secundário, cujo objetivo desde sua criação era, segundo a autora, formar os filhos da elite brasileira para ingressar no ensino superior, (que também era para poucos) e ocupar cargos de destaque na sociedade. Essa situação existiu durante todo o Império.

A partir do século XX, o desenvolvimento das ciências e das literaturas modernas, transformou o conceito de cultura do século passado, e diante de tantas transformações fazia-

se necessária uma reconfiguração do secundário e principalmente de seu currículo.

Em meados do século XX, as batalhas pelo humanismo na educação brasileira expunham diferentes representações e projetos para a educação secundária. Estava em questão a sobrevivência dos estudos clássicos e a proeminência da cultura científica, mas, sobretudo o destino de uma formação centrada na cultura geral. (SOUZA, 2009, p.87).

O currículo humanista manteve-se durante todo o Império, e essa situação só começou a ser questionada no início da República, intensificando-se a partir da década de 1920, quando os intelectuais e educadores da época perceberam a importância em remodelar a escola secundária, que não atendia às necessidades da sociedade moderna, pois o homem deixava de ser um mero expectador do mundo, e precisava conhecer mais a realidade à sua volta. O caráter propedêutico do ensino secundário, atrelado ao seu conteúdo humanístico, “[...] fruto da aversão a todo tipo de ensino profissionalizante, próprio de qualquer sistema escolar fundado numa ordem social escravocrata” era considerado um dos principais motivos do atraso cultural de nossas escolas. (ROMANELLI, 2010, p. 40).

Os belos argumentos teóricos, que se desenvolveram no Brasil em torno de educação **humanística** e contrários à educação **prática**, em torno de educação intelectual em oposição à educação vocacional, eram simples racionalizações, que revestiam de retórica os propósitos conservadoristas da sociedade sutilmente hierarquizada no seu dualismo fundamental de elite e povo. (TEIXEIRA, 1999, p. 300, grifo do autor).

Após a Primeira República (1889 - 1930), a nação tentava romper com essa estrutura dual, com o aparecimento da "classe média" que também utilizou o sistema estadual público de ensino primário e médio e as poucas matrículas disponíveis nos estabelecimentos públicos e gratuitos de ensino superior.

A estrutura do ensino secundário que se apresentava era a seguinte: tantos os exames quanto a frequência ao ensino secundário não eram obrigatórios, desta forma era possível prestar os exames, obter o título de bacharel e ingressar no ensino superior, independente de ter completado o curso regular, isso perdurou até 1931. (VEIGA, 2007). E a Reforma Rivadávia Correa ou Decreto 8.659, de 5 de abril de 1911, que aprova a Lei Orgânica do Ensino Superior e Fundamental também não contribuiu quando propõe que o curso secundário não fosse promotor apenas de um nível seguinte e sim formador de cidadão, desta maneira o

diploma era substituído por um certificado de assistência e aproveitamento e os exames de admissão transferidos para as faculdades.

Essa reforma aplicou ao ensino secundário um regime de "amplas autonomias" (NAGLE, 2001) quando:

[...] Elimina os privilégios escolares, representados, no âmbito do ensino secundário, pelas cartas de bacharel e pelos certificados de exame ginásiais ou de preparatórios¹⁵, conferidos, até então, pelo Ginásio Nacional¹⁶ e estabelecimentos equiparados para que os estudantes tivessem condição legal de ingresso nas escolas superiores. Institui, em consequência, o exame de admissão ao ensino superior - exame de entrada - independente de apresentação de qualquer certificado ou atestado de estudos secundários. (NAGLE, 2001, p.189).

Para tentar amenizar essa situação a Reforma de Carlos Maximiliano, consubstanciada no Decreto 11.530, de 18 de março de 1915, surge em substituição à Reforma de Rivadávia Correa de 1911, representando o meio-termo quanto à interferência do Estado nos assuntos de instrução. A nova lei reintroduz a tarefa disciplinadora do Governo Federal na instrução secundária do país, instituindo a autonomia relativa quando reintegra o Colégio Pedro II na sua função de estabelecimento modelo, segundo as tradições do Império restaura os exames de preparatórios, pelos quais os estudantes não-matriculados em escola oficial podem obter certificados de estudos secundários reconhecidos pela União, da Reforma Benjamin Constant, ou Decreto 981 de 8 de novembro de 1890, conserva o caráter restrito da equiparação aos estabelecimentos estaduais e da Reforma Rivadávia Correa ou Decreto 8.659, de 5 de abril de 1911, mantém a eliminação dos privilégios escolares e o exame de entrada ao ensino superior. (NAGLE, 2001).

Em 1915, época em que se reacendia a discussão sobre a criação de uma universidade no Brasil, a reforma instituída por Carlos Maximiliano introduzia, além da obrigatoriedade do certificado de ensino secundário (aprovação em todas as matérias, cursadas ou não, de maneira regular), o exame vestibular obrigatório para todos os alunos, a ser realizado na instituição de ensino superior pretendida. Também reduzia a duração do curso integral do nível secundário para cinco anos. (VEIGA, 2007, p. 250).

¹⁵ Lei 490, de 16 de dezembro de 1897, art. 2º, § 4º.

¹⁶ Pelo decreto nº 1075, de 22 de novembro de 1890, o Imperial Collegio de Pedro II passou a chamar-se Gymnasio Nacional, retornando a denominação original, Colégio Pedro II, sem o "de, através do Decreto nº 8660, de 25 de abril de 1911.

Ainda tentando reorganizar o ensino secundário no Brasil

No ano de 1925, Rocha Vaz oficializou o ensino secundário como curso regular seriado em duas modalidades. Para seis anos de estudos, obtinha-se o grau de bacharel, e no cumprimento de cinco anos de curso poder-se-ia prestar o exame vestibular. Esse passou a ser classificatório, com definição prévia do número de vagas dos cursos superiores. Contudo, não é certo que os exames preparatórios e os parcelados tenham deixado de existir imediatamente. (VEIGA, 2007, p. 250).

Essas reformas foram as primeiras tentativas de organizar o ensino secundário no País, mas o que faltava era imprimir um caráter nacional a essas leis, que, ao que parece, restringiam-se somente ao Distrito Federal, uma vez que dirigiam-se ao Colégio Pedro II.

Na década de 1920, o sistema educacional no Brasil encontrava-se na seguinte situação: o ensino primário destinado a uma pequena parcela da população; o ensino médio estadual tinha boa aceitação nas escolas normais e vocacionais femininas (representando oportunidades de educação às mulheres) e de péssima qualidade nas escolas vocacionais masculinas, com o intuito de qualificar os operários; o ensino secundário acadêmico na esfera federal e o superior estavam em tímida expansão, por meio da iniciativa privada (SOUZA, 2009).

As alterações que precisavam ser discutidas referiam-se a: ampliação dos estudos científicos nos programas, redução do número de aulas dos estudos clássicos, divisão do curso secundário em dois ciclos e adaptação à realidade dos discentes. Essas imposições foram veiculadas e discutidas como destaque nos fóruns realizados nessa época como

[...] o Congresso Brasileiro de Instrução Superior e Secundária realizado em 1922, o Inquérito sobre a Instrução Pública, dirigido por Fernando de Azevedo para o jornal O Estado de São Paulo, em 1926, o inquérito promovido pela Associação Brasileira de Educação em 1929 e as Conferências Nacionais de Educação realizadas no final dessa década. (SOUZA, 2009, p. 74).

Em 1924, por iniciativa de alguns intelectuais, entre eles o professor Heitor Lyra da Silva, da Escola de Belas-Artes, foi fundada a Associação Brasileira de Educação (ABE) no Rio de Janeiro. Promovia debates políticos educacionais e conferências pedagógicas, realizadas anualmente desde 1927. As ações da Associação Brasileira de Educação (ABE)

destacaram-se entre os anos de 1924 e 1932, após esse período "[...] a tarefa foi assumida pela seção do Distrito Federal e pelo governo do respectivo estado-sede". (VEIGA, 2007, p. 254).

A Associação Brasileira de Educação (ABE), almejava uma ação pedagógica integradora de alcance nacional, fundamentando a nova educação proposta em parâmetros científicos, adotando métodos pedagógicos fundados na psicologia e na biologia. Carvalho (2003), utiliza as categorias entusiasmo pela educação e otimismo pedagógico, cunhadas pelo pesquisador Jorge Nagle, para referir-se às atitudes e ações desse movimento.

O entusiasmo pela educação caracterizar-se-ia pela importância atribuída à educação, constituída como o maior dos problemas nacionais, de cuja solução adviria o equacionamento de todos os outros. O otimismo pedagógico manteria, do **entusiasmo**, a crença no poder da educação, não de qualquer tipo de educação, enfatizando a importância da nova pedagogia na formação do homem novo. Na passagem do entusiasmo para o otimismo se teria produzido no movimento uma crescente dissociação entre problemas sociais, políticos e econômicos e problemas pedagógicos. (CARVALHO, 2003, p. 47-48, grifo do autor).

Tendo como objetivo a formulação e implementação de uma política nacional de educação, a Associação Brasileira de Educação (ABE) considerava que a organização do trabalho no país, dependia fundamentalmente da educação, propondo tecnificação do ensino, orientação profissional, testes de aptidões, rapidez, precisão etc.

Ao tratar do tema da organização do trabalho estavam associados projetos de reestruturação do sistema escolar, principalmente quando o movimento retrata a formação de elites diretoras como função da escola, tanto que o debate promovido pela Associação Brasileira de Educação (ABE) voltou-se para questões relativas ao ensino secundário e superior.

Em 1928, Azevedo (1976) destaca que, no Distrito Federal, empreendeu-se uma reforma de todo aparelho educacional que se tornou um dos principais movimentos de renovação educacional no Brasil, consubstanciada no decreto nº 3281, de 23 de janeiro de 1928. Ao sistema educacional, a reforma estabeleceu novos objetivos, nacionais, sociais e democráticos, introduzindo novas ideias e técnicas pedagógicas, ocasionando uma ruptura da unidade do pensamento pedagógico, dominante desde o Império.

Propunha-se com esta reforma uma educação universal, fornecendo às escolas de todos os graus e tipos "[...] uma base concreta, de serviços técnicos e administrativos, para

uma educação mais eficiente e que realmente se estendesse a todos". (AZEVEDO, 1976, p. 164).

Essa reforma, que teve repercussão nacional, representou nada mais do que o início do movimento de renovação da educação no Brasil, um novo momento que já estava estabelecendo-se no país, devido a influências econômicas, políticas e sociais, após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), que refletiram na mobilidade da população, tanto nas imigrações como as migrações internas, especialmente para os Estados do Sul e São Paulo, onde a população atraída pelo forte industrialismo, apostavam em melhorar o padrão de vida e aumentar o salário.

O Brasil começa a passar por um período de industrialização mais sistemático durante e após a Primeira Guerra Mundial, por pressão de grupos que se beneficiaram do aumento na produção, pois era necessário substituir importações durante a guerra. Mesmo com uma forte tendência à industrialização, o país continuou exportando produtos agrários, sendo sua principal base econômica.

As ideias que se propagavam na Europa e nos Estados Unidos e a crise econômica mundial de 1929 eram disseminadas no Brasil, ajudando a população na formação de novos conceitos políticos e sociais, onde não se descartava a educação, criando uma atmosfera revolucionária nos grandes centros urbanos.

A crise econômica de 1929 abalou a exportação agrária no Brasil, colocando o mercado interno em evidência e a economia urbana como principal foco. O aumento da industrialização que vinha ocorrendo desde o início do século e a imigração estrangeira ajudando a alavancar esta industrialização, configuraram um operariado que começava a se organizar para reivindicações a seu favor.

Em todos os países capitalistas ocorreu a crise, caracterizando-se na verdadeira falência da divisão internacional do trabalho. Assim, o aumento do número de trabalhadores, a crescente urbanização e o crescimento de intelectuais urbanos deflagraram contestações políticas e sociais. Para o Brasil, porém, isso teve um significado especial, pois deixou de ser exclusivamente agrário-exportador para dedicar-se também à produção interna, aprendendo a lidar com problemas de organização do sistema produtivo. (TAVARES, 1982).

As “classes médias” urbanas começaram a ter maior consciência política no pós-guerra. Pensar no Brasil ganhou importância em termos de propostas para o novo século e também para a nova sociedade que se anunciava, dando origem a grupos políticos, contra e a favor do governo, que se expressavam por meio de movimentos que tentavam criar um pensamento autônomo.

Com a divisão do trabalho, surgiu a principal expressão das classes sociais, a ação coletiva, caracterizando-se em um conjunto de interesses de uma determinada classe, podendo ser imediatos ou a longo prazo. Os interesses imediatos são melhores condições de trabalho, reivindicação salarial, entre outros, mais especificamente são interesses essenciais na vida dos trabalhadores, independente de sua posição na produção, unindo várias pessoas para um interesse comum. Os interesses a longo prazo acontecem quando o grupo passa a refletir sobre as suas condições sociais, de vida, de trabalho e também quando percebem que sua posição em relação ao grupo detentor dos meios de produção é de explorado, desta maneira os interesses passam a ser conduzidos em ações de maior importância.

O estudo de Mills (1969) sobre o aparecimento da nova classe média nos Estados Unidos oferece reflexões gerais que podem servir de referência para as análises desta questão aos países como o Brasil, que desenvolveu a divisão social do trabalho e as forças produtivas que são características do capitalismo monopolista.

A associação entre a emergência do capitalismo monopolista e a formação da nova classe média, na obra de Mills (1969) é evidente, reflexo do crescente avanço da divisão social do trabalho, sendo tratada como novidade histórica.

O nascimento das "classes médias" urbanas no Brasil situa-se em duplo contexto histórico onde,

[...] de um lado, consolidação do Estado nacional até 1850; de outro, expansão da economia cafeeira de São Paulo desde 1870. Se o primeiro fenômeno redundou na formação de um vasto corpo burocrático civil e militar, o segundo impôs a criação de um aparelho urbano de serviços anexo ao setor agrário-exportador. Rio de Janeiro, São Paulo e outras cidades da região cafeeira tornam-se doravante focos de novos grupos sociais; a cena social urbana encontra um novo ímpeto na presença complementar dos burocratas e dos militares, dos advogados e dos empregados. (SAES, 1984, p.42).

Tratando-se de mais um apelo às mudanças no próprio sistema, surgiram inquietações e revoltas militares (tenentismo), que refletiam insatisfações com o regime dominante e acabariam fornecendo elementos para outros movimentos, como a chamada Revolução de 1930.

A partir de várias influências, de pressões políticas da "classe média", mediadas especialmente por meio do tenentismo ou de movimentos nacionalistas, de grupos da direita,

de empresários, acontece a Revolução de 1930, movida por grupos que clamavam pela industrialização.

Sobre a Revolução de 1930

Preparada e desencadeada, porém, por uma aliança de grupos políticos de tendências as mais diversas, que se disputavam a primazia e foram sendo, uns após outros, anulados pela própria revolução, e não trazendo, por isso mesmo, para impô-lo e executá-lo, um programa político definido de ação escolar e cultural, ela não teve uma orientação uniforme, mas teve, de início, dois efeitos de grande alcance, no domínio da cultura e da educação. Intensificando a mobilidade social ou, por outras palavras, a migração de pessoas, como de idéias e de traços culturais, de um grupo ou de uma classe social para outra, e elevando ao poder **homens novos**, nem sempre com ideias firmes, mas com menos compromissos, trouxe, entre outras conseqüências, uma rápida mudança social, a desintegração dos costumes tradicionais do velho padrão cultural e maior complexidade nas relações sociais; rompendo as linhas da clivagem social entre os vários grupos e classes, contribuindo poderosamente não só para uma **democratização** mais profunda como também para uma intensidade maior de trocas econômicas e culturais. (AZEVEDO, 1976, p. 167, grifo do autor).

A Revolução de 1930 pôs fim à Primeira República (1889-1930), e principalmente reforçou a inserção do Brasil no mundo capitalista de produção, permitindo investimento na produção industrial e no mercado interno. Com isso, a demanda das indústrias exigia mão-de-obra especializada, conseqüentemente o investimento na educação era inevitável e as principais mudanças que ocorrem neste período na estrutura da sociedade brasileira são: a ascensão das "classes médias"; início da urbanização e das reivindicações operárias.

Em 1930 inicia-se o governo de Getúlio Vargas, neste mesmo ano também foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, e o governo federal finalmente organizou as ações de um sistema educativo que fosse controlado oficialmente, e para começar a colocar em prática suas ações, em 1931, sancionou decretos com o objetivo de organizar o ensino secundário e as universidades brasileiras que nem existiam nessa época.

De 1930 a 1971 as reformas tiveram cunho nacional, pelo estabelecimento das diretrizes a ser seguidas por todos os estados. Nesse período ganham destaque a criação dos estatutos das universidades, a aprovação de leis orgânicas de ensino secundário, profissional, primário e normal, e a aprovação de duas Leis de Diretrizes e Bases da Educação (em 1961 e 1971). (VEIGA, 2007, p.238-239)

É importante lembrar que até 1930, o ensino secundário, nunca estivera organizado à

base de um sistema nacional, existiam sistemas estaduais, que não estavam subordinados ao governo federal, alheios a uma política nacional de educação. Na maior parte do território nacional tratava-se apenas de cursos preparatórios, de caráter propedêutico. Ressaltando que as reformas que antecederam o movimento renovador, quando efetuadas pelo governo, limitavam-se ao Distrito Federal, pois os Estados não eram obrigados a adotá-las. (ROMANELLI, 2010).

A Reforma Francisco Campos para o ensino secundário (Decretos nº 19890, de 18 de abril de 1931 e nº 21241, de 4 de abril de 1932), provocou várias discussões em âmbito nacional, tendo como objetivo principal

[...] dar organicidade ao ensino secundário, estabelecendo definitivamente o currículo seriado, a frequência obrigatória, dois ciclos, um fundamental e outro complementar, e a exigência de habilitação neles para o ingresso no ensino superior. Além disso, equiparou todos os colégios secundários oficiais ao Colégio Pedro II, mediante a inspeção federal, e deu a mesma oportunidade às escolas particulares que se organizassem, segundo o decreto, e se submetessem à mesma inspeção. Estabeleceu normas para admissão do corpo docente e seu registro junto ao Ministério da Educação e Saúde Pública. (ROMANELLI, 2010, p. 137)

Essa nova configuração (criação de dois ciclos) de modernização do ensino secundário pretendia colocar o Brasil próximo aos países ocidentais mais desenvolvidos, que desde final do século XIX já haviam modernizado o ensino secundário, criando dois ciclos. O aumento do número de anos cursados, passando de cinco para sete anos e a divisão em dois ciclos: o primeiro, de cinco anos, denominado curso secundário fundamental, comum a todos os secundaristas e que conferia formação geral e o segundo ciclo, de dois anos, chamado de curso complementar, era pré-requisito para a matrícula nos cursos superiores de Direito, Farmácia, Medicina, Odontologia, Engenharia e Arquitetura. Essa reforma estabeleceu uma estrutura mais complexa ao ensino, propiciando encaminhamentos mais específicos aos cursos superiores.

Faz sentido destacar que o aumento no número de anos do ensino secundário não era pouco tempo, já que a classe trabalhadora não disponibilizava de muito tempo para os estudos, e essa proposta reforçou o caráter elitista ao ensino secundário.

Segundo Nunes (2000), o ensino secundário tinha como modelo o Colégio Pedro II e teve como principal característica a formação de uma elite.

Sendo assim, percebe-se que foi organizado um sistema de ensino para cada "classe",

sendo o ensino primário destinado às classes trabalhadoras, o ensino médio e estadual para "classe média" e o ensino secundário acadêmico e superior para a "elite".

Dessa forma, o acesso à cultura do conhecimento proporcionada pela escola torna-se cada vez mais distante da maioria da população, quando a “Reforma Francisco Campos”, no Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931, estabeleceu que o candidato à matrícula na 1ª série de estabelecimento de ensino secundário prestaria exame de admissão na segunda quinzena de fevereiro, composto de provas escritas e orais de Português, Aritmética e Conhecimentos Gerais. (VALENTE, 2001).

Sobre o papel dos exames, Pessanha e Daniel (2002, p.7), tendo como base as ideias de Chervel afirmam que:

[...] os exames são considerados um dos dispositivos mais importantes da escolarização moderna, porque contribuem decisivamente para a definição da função social da escola e assumem um papel regulador sobre a formação ministrada, podendo ser vistos como verdadeiras instituições.

O exame de admissão perdurou oficialmente até 1971, sendo extinto pela Lei 5692/71, sua existência por longos 40 anos foi justificada pela falta de escolas para todos, portanto poucos alcançavam este grau de ensino. Durante este mesmo período, alunos do curso primário e suas famílias se preparavam para conseguirem êxito nos exames para ingresso no Ginásio, objeto de desejo da "classe média" em ascensão.

Após a “Reforma Francisco Campos” no ano de 1931, em 1932 é lançado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, escrito por Fernando de Azevedo e assinado por vários educadores que circulou em âmbito nacional e tratou de questões acerca da escola pública, com o objetivo de oferecer diretrizes para uma nova política nacional de educação, abrangendo todos os níveis e modalidades de ensino.

Considerando a clientela de educandos, o manifesto defende a escola para todos, sem constituir privilégio determinado pela condição econômica e social, suscitando o debate em torno da democratização do acesso à educação.

Assentado o princípio do direito biológico de cada indivíduo sua educação integral, cabe evidentemente ao Estado a organização dos meios de o tornar efetivo, por um plano geral de educação, de estrutura orgânica, que torne a escola acessível, em todos seus graus, aos cidadãos a quem a estrutura social do país mantém em condições de inferioridade econômica para obter o máximo de desenvolvimento de acordo com suas aptidões vitais. Chega-se,

por esta forma, ao princípio da escola para todos, "escola comum ou única" [...]. (AZEVEDO et al., 2010, p. 44).

A respeito do ensino secundário, o documento Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova defende o currículo de cultura geral, propondo que após os 15 anos o ensino seja mais dinâmico, adaptando-se à diversidade de aptidões e de preferências, com o intuito de despertar o interesse dos jovens. Criticava a escola tradicional, denunciando que, apesar de tantas disciplinas listadas em seu currículo, não atribuía ao estudante formação moral e nem profissional, o documento tratava essa questão como ponto nevrálgico nas reformas escolares do ensino secundário.

Porém, se a ideia do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova era controlar as interferências da Igreja o documento só serviu para suscitar mais ainda suas divergências com o Estado, principalmente quando era proposto um currículo de cultura geral. Após muitas reuniões e discussões para assegurar uma política nacional de educação, segundo princípios e bases modernas, instituiu-se a Constituição de 1934.

De fato, a Constituição de 1934 institui medidas para uma política de educação nacional, e pela primeira vez dispõe no art. 149 que a educação é direito de todos, e deve ser ministrada pela família e pelos Poderes Públicos. A respeito do ensino secundário "tendência a gratuidade do ensino educativo ulterior ao primário, a fim de o tornar mais acessível" (BRASIL, 1934, art. 150, § único, alínea *b*), ou seja, não garante ainda nem sua gratuidade e nem o acesso, apesar de ficar bem evidente nessa lei a preocupação com os ensinos secundário e superior.

Devido à instabilidade política do período, Getúlio Vargas no ano de 1937 proclama uma Nova Constituição redigida por Francisco Campos, a orientação político-educacional dirige-se às necessidades do capital e isso fica bem explícito em seu texto quando sugere a preparação de mão-de-obra para as novas atividades abertas pelo mercado, enfatizando o ensino pré-vocacional e profissional. Defende ainda a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino primário, sendo obrigatório em todas as escolas normais, primárias e secundárias o ensino de trabalhos manuais. Em outro enfoque tira do Estado o dever da educação, quando propõe que a arte, a ciência e o ensino sejam livres à iniciativa individual e à associação ou reuniões de pessoas públicas e particulares.

Nesse período instituiu-se o Estado Novo, onde extinguiram-se os partidos políticos e o Presidente controlava os poderes Legislativo e o Judiciário. Podemos observar que neste momento político as discussões sobre educação que haviam avançado no período anterior,

encontram-se adormecidas, o que fica bem definido nesse período é a separação entre o trabalho manual, enfocando o ensino profissional para as classes trabalhadoras e o trabalho intelectual, para a burguesia.

Analisando dados estatísticos, podemos ilustrar a trajetória das classes médias no Brasil, taxas de urbanização, que duplicaram entre 1920 e 1940, conseguiram manter uma certa estabilidade entre 1940 e 1950, mas explodiram a partir de 1960. Considerando que o desenvolvimento da infra-estrutura urbana não seguiu o mesmo ritmo e nem foi uniforme em todo o país, a qualidade de vida nas cidades, para as classes médias urbanas fazendo um balanço, foi melhor entre 1940 e 1960. (PESSANHA, 2001).

Florestan Fernandes (2006, p. 295) ressalta ainda que para um país periférico como o Brasil participar do capitalismo monopolista, eram necessários índices altos, como por exemplo: concentração demográfica tanto no meio urbano-comercial como no urbano-industrial; renda *per capita* pelo menos dos incorporados ao mercado de trabalho e também dos "estratos médios e altos das classes dominantes"; de padrão de vida; de estabilidade política; de modernização tecnológica entre outros, características que o Brasil definitivamente não possuía e a única maneira que encontrou para adentrar nesse desenvolvimento econômico foi se render aos Estados Unidos.

Desta forma, para entrar na disputa das grandes indústrias, o governo brasileiro sentiu a necessidade de recorrer a recursos externos foi assim que,

[...] a internacionalização da economia brasileira vai se impondo, e o "salto" da industrialização pesada só foi possível com a montagem de um "tripé" formado pelo Estado, burguesia nacional e filiais das multinacionais. E seria ilusório esperar que as filiais viessem produzir aqui algo distinto do que já produziam em seus países de origem. Não é por outra razão que, sob o impulso da difusão dos bens de consumo duráveis e da constituição do sistema de multinacionais, avança rapidamente no pós-guerra a difusão do "padrão americano de industrialização" por todo o mundo capitalista industrializado. (QUADROS, 1991, p. 15, grifo do autor).

O Brasil, ainda considerado um país da periferia capitalista, com este processo de difusão acabou generalizando o padrão de consumo, financiado pelos bens de consumo, obviamente baseado no nível e distribuição das rendas nacionais, vai contribuir com a estrutura de produção do padrão americano, alterando-se o suficiente, depois da Segunda Guerra Mundial, para tornar-se um mercado atrativo e uma área de investimentos promissores.

O interesse das "classes médias" em oferecer a seus filhos instrução e cultura estava focado naquele momento histórico a partir de 1940, na implantação do ensino secundário, pela oferta de cultura geral, que poderia proporcionar-lhes a ascensão social almejada e conseqüentemente, aproximá-los das classes superiores, distintas econômica e culturalmente.

Em 1942, as discussões sobre o ensino secundário ganham fôlego novamente, conforme afirma Dallabrida, com a criação da Lei Orgânica do Ensino Secundário (Decreto-lei nº 4244, de 9 de abril de 1942), conhecida como Reforma Capanema, nome do titular do Ministério da Educação e Saúde Gustavo Capanema.

[...] A divisão criada pela Reforma Francisco Campos foi rearranjada na Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942 (Reforma Capanema) ao estabelecer o ciclo ginasial, de quatro anos, e o ciclo colegial, de três anos, divisão que permaneceu na estrutura do ensino brasileiro até o início da década de 1970, quando foi criado o 1º grau, a partir de fusão do curso primário com o ciclo ginasial, e o 2º grau, formado pelo ciclo colegial. (DALLABRIDA, 2009, p.187).

A respeito dos exames de admissão nada foi mudado, continuou-se mantendo os exames rígidos e seletivos, para entrada no ensino secundário, enfatizando ainda mais o dualismo do ensino brasileiro. Com a criação do ensino profissionalizante esta Reforma, assim como a de Francisco Campos, contribuiu para o afastamento das camadas populares ao ensino superior, pois somente o ensino secundário permitia acesso ao nível superior, demonstrando o caráter centralista desta Reforma.

A legislação das décadas de 1940 e 1950 mantinha o padrão dualista do ensino brasileiro, designado por Anísio Teixeira, caracterizado por dois sistemas paralelos de educação, um para o povo e outro para as elites,

[...] o primeiro iniciado na escola primária e continuado depois nas escassas escolas profissionais de nível médio então existentes, e o segundo, igualmente iniciado na escola primária e continuado depois na escola secundária, organizada com a intenção de encaminhar sua clientela para as escolas superiores e para as posições mais privilegiadas na sociedade. (BEISIEGEL, 1986, p. 393).

Devido às condições de constituição do capitalismo no país, lembrando de nossa história de urbanização, destaco o fato de que quando entramos na industrialização pesada, já estávamos em desvantagem apresentando diversas carências sociais e miséria, essa situação

concretizava-se na segunda metade do século XX na miséria rural e no difícil acesso a posse de terras.

Assim, a acelerada urbanização que ocorre desde a década de 1950 foi marcada profundamente por estas heranças, através da amplitude e da intensidade dos fluxos migratórios do campo para a cidade, compostos majoritariamente de massas miseráveis. Embora o desenvolvimento econômico tenha sido intenso e com elevado dinamismo na geração de empregos "modernos", não se consegue a plena incorporação destas massas e tem-se o "inchamento" dos centros urbanos maiores e as demandas sociais crescem a níveis explosivos, especialmente no que se refere à habitação, saneamento básico, saúde, educação, transportes coletivos, segurança pública, etc. (QUADROS, 1991, p.22, grifo do autor).

As "classes médias" clamavam por educação, sendo um de seus itens de consumo considerado mais importante. A prioridade dessa classe, logo que começou a ter poder político foi pela universalização do ensino primário, e verificando o aumento da matrícula neste nível de ensino, parece que foram atendidas. (QUADROS, 1991).

Em meio aos avanços na política do oferecimento da educação pelo Estado, podemos perceber pela história dos principais movimentos sociais no Brasil que a classe média teve um papel essencial, contribuindo para a expansão do ensino, tanto do ensino primário como do secundário, na metade dos anos de 1940, e mais tarde por volta de 1970 pressionavam pelo aumento no número de matrículas do ensino superior.

Quando na segunda metade do século XX, o processo de industrialização brasileiro ganhou maior dimensão, é o momento em que ao lado da constituição da classe operária, constata-se o aumento das "classes médias", pelo fato da criação de um mercado urbano que deixava de ser manual. A questão é que muitas famílias de proprietários rurais na tentativa de amenizar os efeitos do empobrecimento, provocado pela expansão da economia cafeeira, mudaram-se para as cidades, e receberam cargos importantes no Estado, como profissões liberais e cargos de direção na administração privada.

Podemos constatar que dentro da mesma "classe média", existiam grupos advindos de origem sociais diferentes como os proprietários rurais e massas rurais, e também com interesses opostos, o primeiro tentando manter seu alto padrão de consumo, apesar da alta no custo de vida, o segundo almejava uma ascensão social, por meio de melhores empregos, mas para chegar a esses altos patamares, buscavam na educação o alicerce.

As "classes médias" originadas das massas urbanas esperavam que a escola pudesse oferecer uma cultura à qual elas não teriam acesso por outro meio e que poderia proporcionar

a ascensão social que tanto almejavam, para conseguir melhores empregos.

De acordo com Bourdieu (2007, p.48, grifo do autor)

[...] as crianças das classes médias devem à sua família não só os encorajamentos e exortações ao esforço escolar, mas também um *ethos* de ascensão social e de aspiração ao êxito na escola e pela escola, que lhes permite compensar a privação cultural com a aspiração fervorosa à aquisição de cultura.

Ao contrário das classes populares, as "classes médias" investem sistematicamente na escolarização dos filhos, isso se explica pelas maiores chances em comparação com as classes populares, dos filhos das "classes médias" alcançarem o sucesso escolar. As famílias de "classe média" já possuiriam condições materiais que lhes permitiria apostar na escola sem correr tantos riscos.

Para Bourdieu, no entanto, o comportamento das famílias das classes médias não pode ser explicado apenas pelas chances comparativamente superiores dos filhos dessas famílias alcançarem o sucesso escolar. Bourdieu observa que é necessário considerar, igualmente, as expectativas quanto ao futuro sustentadas por esses grupos sociais. Originárias, em grande parte, das camadas populares e tendo ascendido às classes médias por meio da escolarização, as famílias de classe média nutririam esperanças de continuarem sua ascensão social, agora, em direção às elites. Todas as condutas das classes médias poderiam ser entendidas, então, como parte de um esforço mais amplo com vistas a criar condições favoráveis à ascensão social. (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2002, p.25-26).

Desta forma, em relação a escolarização no Brasil nos anos de 1940 a 1970 percebemos um avanço significativo na parcela da população que sabe ler e escrever e que possui diploma do ensino secundário.

Como se pode observar na Tabela 1, o percentual de brasileiros que sabiam ler e escrever saltou de 38,20% em 1940 para 60,33% em 1970, ao mesmo tempo em que, observando a tabela 2, o percentual de pessoas de 10 anos e mais que possuem curso completo ou diploma de estudos em nível equivalente ao curso ginásial, passou, no mesmo período de 2,12% a 12,9%, aumentando somente 10% em trinta anos.

Tabela 1 - População de 5 anos e mais do Brasil que sabe ler e escrever em relação a população de 5 anos e mais do Brasil nos anos de 1940, 1950, 1960 e 1970

Ano	População de 5 anos e mais	População de 5 anos e mais que sabe ler e escrever
1940	34.796.665	13.292.605 (38,20%)
1950	43.573.517	18.588.722 (42,66%)
1960	58.997.981	31.362.783 (53,15%)
1970	79.327.231	47.864.531 (60,33%)

Fonte: Quadro elaborado a partir das informações extraídas do Censo Demográfico do Brasil do ano de 1940, 1950, 1960 e 1970 disponível pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) no endereço eletrônico www.ibge.gov.br.

Organização: Menegheti, 2013.

Tabela 2 - População de 10 anos e mais que concluiu o ensino secundário em relação a população de 10 anos e mais do Brasil nos anos de 1940, 1950, 1960 e 1970

Ano	População de 10 anos e mais	População de 10 anos e mais que concluiu o ensino secundário
1940	2.026.692	Fundamental: 42.992 (2,12%) Complementar: 6.387 (0,31%)
1950	6.542.679	Ginasial: 558.976 (8,54%)
1960	12.430.931	Ginasial: 1.191.056 (9,58%)
1970	19.939.359	Ginasial: 2.582.761 (12,95%)

Fonte: Quadro elaborado a partir das informações extraídas do Censo Demográfico do Brasil do ano de 1940, 1950, 1960 e 1970 disponível pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) no endereço eletrônico www.ibge.gov.br.

Organização: Menegheti, 2013.

Para analisar a Tabela 1 devemos levar em consideração que o Decreto nº 19.890, de 18 de Abril de 1931, que dispunha sobre a organização do ensino secundário na época, estabelecia que o ensino secundário compreendia dois cursos seriados: o fundamental, de cinco anos e o complementar, de dois anos, obrigatório para os candidatos à matrícula em determinados institutos de ensino superior. (BRASIL, 1931).

No Brasil como podemos observar na Tabela 1 em 1940 a população de 5 anos e mais somava 34.796.665 e segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) somente 38,20% da população sabia ler e escrever. Na tabela 2 no mesmo período, a população de 10 anos e mais, somava 2.026.692 e a população que possuíam curso completo ou diploma de estudos do Fundamental atingia o percentual de 2,12% desse total, e do Complementar menos ainda 0,31%, ou seja, menos de 1% da população tinha acesso a esse

grau de ensino, que como vimos anteriormente, era requisito para a entrada no Ensino Superior.

Em 1960 (Tabela 1) a população de 5 anos e mais somava 58.997.981 e 53,15% da população sabia ler e escrever, comparando com os dados de 1950, podemos observar que essa população cresceu e o percentual da população que sabia ler e escrever aumentou 10%, em relação a 1950 que era de 42,66%, um percentual significativo para a época. Observando a Tabela 2, vemos que esse percentual, não se aplica ao ensino secundário, pois a população de 10 anos e mais, em 1950 que somava 6.542.679 quase dobrou em relação a de 1960, que somava 12.430.931, porém o percentual de aumento em dez anos foi de 1,04%, bem insignificante se comparado a população que sabia ler e escrever no mesmo período.

Ainda observando a Tabela 1, em 1970 a população total somava 79.327.231 e somente 60,33% da população de 5 anos e mais sabia ler e escrever. A população de 10 anos e mais (tabela 2) somava 19.939.359 e que possuíam curso completo ou diploma de estudos do Ginásial somente 12,95% desse total . Os percentuais mostram-se pequenos diante do crescimento da população, o que podemos constatar é que o aumento da população não está atrelado ao crescimento do acesso a educação, restringindo o mesmo somente para uma pequena parcela da população.

Em 1961 foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024/61, que objetivava a organização do ensino nacional, sem eliminar o exame de admissão. As disposições relativas ao ensino primário e médio previstas nesta lei foram revogadas e substituídas pela lei 5.692/71, que alterou a denominação para ensino de 1º e 2º graus. Entre outras modificações essa lei acabou com o exame de admissão, estabelecendo que, para ingresso no ensino de 2º grau, será exigida a conclusão do ensino de 1º grau ou de estudos equivalentes. (BRASIL, 1971).

Durante os quarenta anos em que perdurou, o exame de admissão dificultou a entrada de muitas pessoas ao ensino secundário, e essa situação também foi constatada na cidade de Campo Grande, na Escola Estadual Maria Constança Barros Machado.

O foco do próximo capítulo é a história do processo de urbanização e escolarização da cidade de Campo Grande/MT e da Escola Estadual Maria Constança Barros Machado, foco desta pesquisa.

2 A CIDADE DE CAMPO GRANDE

Este capítulo tem como objetivo apresentar a história do município de Campo Grande, destacando seus processos de urbanização e escolarização e também a inserção da primeira escola pública de ensino secundário nesta história. Apresenta também e compara os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referente à população que sabia ler e escrever e que concluiu o Ensino Secundário no Brasil, em Mato Grosso e em Campo Grande no período de 1940, 1950, 1960 e 1970.

Esse capítulo foi construído com base nos seguintes autores: Pessanha; Assis (2011), Pessanha et al. (2007), Cabral (1999), Ebner (1999), Costa (1999), Queiroz (2004), Bittar (2009), Adimari (2005), Rocha (2007), Rahe (2006), Campos (2004), Beisiegel (1986) e Soares (2004).

2.1 A CIDADE DE CAMPO GRANDE: esboço histórico

Para conhecer uma instituição escolar é fundamental que se conheça também a cidade em que ela está inserida. A cidade expressa-se como uma dimensão espacial e temporal de uma moderna educação que refletirá na formação das pessoas.

De acordo com Cabral (1999), em 1872 a população brasileira somava cerca de dez milhões de habitantes e a do Mato Grosso, cerca de 60 mil pessoas, foi neste período coincidentemente ao primeiro censo geral do Brasil, que chegaram os primeiros habitantes à região onde seria formada a cidade de Campo Grande.

A povoação que deu origem à atual cidade de Campo Grande, foi fundada em 13 de junho de 1873, porém elevada à categoria de município em 1899 pela Resolução Estadual Nº 225, nascendo “sob as bases da produção agrária”. Porém a instalação do município só ocorreu em 1902, quando foi eleito Francisco Mestre, o primeiro intendente¹⁷. (EBNER, 1999, p.15).

José Antônio Pereira (fundador da cidade) escolheu Campo Grande para construir seu rancho e, apesar de chegar à região em 1872, “o lugar só passou a ganhar vida em 1875”, após a segunda viagem, quando trouxe sua família e alguns amigos para a construção dos primeiros ranchos, instalando-se na confluência dos córregos Prosa e Segredo. Surgem os primeiros ranchos, as roças para garantir a subsistência das famílias, muitas igrejas construídas como

¹⁷ Cargo equivalente na época a prefeito.

“paga de promessas”, e “em três anos a população teria crescido mais de duzentos por cento”, fato que se concluiu ao longo dos anos seguintes. Com quatorze anos de existência Campo Grande era comparado a um pequeno “empório comercial”, utilizado pelos comerciantes e fazendeiros vindos de grandes cidades como São Paulo, Minas Gerais e Goiás, como entreposto para os negócios de gado e compra de mercadorias, atraídos também pela fertilidade das terras. (COSTA, 1999, p. 72).

Campo Grande surge da antiga Vila de Santo Antônio de Campo Grande, inicialmente assentada em uma única rua, sem nome, que posteriormente chamou-se Rua Velha (hoje transformada nas Ruas 26 de Agosto e Barão de Melgaço). Em torno dessa primeira rua se concentravam as residências dos primeiros moradores, um pequeno comércio, as primeiras pensões e a igreja, construída pelo fundador da cidade. (EBNER, 1999, p. 33).

Sem dúvida nenhuma, o que mais atraía os novos moradores para Campo Grande era a existência de um vasto território com terras férteis e, criadores de gado oriundos de Minas Gerais e Goiás, com o objetivo de ampliar suas produções. No ano de 1899, Campo Grande já possuía aproximadamente 600 habitantes, porém em 1909, esse número dobra somando 1.200 habitantes. O século XX estava se iniciando, a população aumentando, Campo Grande crescendo, cada vez mais imigrantes chegando, novas ruas sendo abertas, inaugurando-se grandes lojas comerciais, com isso a cidade começa a ganhar novos projetos.

Por sua localização geográfica privilegiada, ocupando um lugar central no Estado, nas imediações do divisor de águas das bacias do rio Paraná e do rio Paraguai e na confluência das vias que ligam o leste do país (Estado de São Paulo, Paraná, Minas Gerais e Goiás) com importantes cidades da região como Corumbá (a maior cidade de todo o pantanal) e Cuiabá (sede administrativa da antiga Capitania de Mato Grosso e capital do Estado de Mato Grosso), a Vila de Campo Grande logo definiu a vocação de entreposto comercial. (EBNER, 1999, p. 16).

Apesar de Campo Grande apresentar ótima localização, favorecendo o desenvolvimento, e a prosperidade do município vir se consolidando, havia dificuldades para conseguir escoar a produção de uma maneira mais rápida, o que até aquele período só ocorria pelos grandes eixos fluviais, como o rio Paraguai, e o pólo comercial de maior importância era a cidade de Corumbá, pela facilidade de acesso fluvial.

Segundo Bittar (2009), se a via de penetração ferroviária, lançada para Mato Grosso,

começou a ser cogitada no início do século XX (1905-1914), não foi por acaso. Parece existir um consenso entre os estudiosos do tema sobre o fato de que no decênio que se seguiu à Guerra do Paraguai (1865-1870), todas as estradas que se projetaram e cuja construção se iniciou no planalto - Mogiana, Sorocabana, Estrada de Ferro Araraquara- nasceram com o objetivo de alcançar Goiás e Mato Grosso, ligando São Paulo e, por intermédio desse estado, a capital do Império às duas províncias centrais. Isso aconteceu de acordo com Queiroz (2004) para neutralizar a influência que sobre Mato Grosso era exercida pela região platina, devido ao sistema fluvial Paraná-Paraguai.

Porém, contrariando itinerários iniciais, a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, não chegou até Cuiabá, limitou-se ao sul de Mato Grosso, propiciando o crescimento das cidades já existentes como Campo Grande, Miranda e Aquidauana e oportunizando a criação de outras. Nas vilas que se criaram ao longo da linha ferroviária o aumento da população foi imediato, principalmente nas bifurcações, como em Araçatuba, SP, e Campo Grande. (BITTAR, 2009).

Com certeza a decisão do itinerário da ferrovia não foi fácil para o Governo Federal, os Estados de Minas Gerais e São Paulo, também estavam disputando essa rota, havia muitos interesses políticos e econômicos. Para concorrer com a Argentina o domínio do mercado boliviano, era necessário que Campo Grande facilitasse o transporte de mercadorias, pois era essa a estratégia da Argentina, que apostava em ferrovias para facilitar seu comércio com a Bolívia.

[...] ao invés de infletir rumo ao norte, a ferrovia seguiu a oeste, para Corumbá. Ao se decidir por esse traçado, elegia-se Campo Grande como ponto de apoio vital para o guarnecimento das fronteiras internacionais com a Bolívia e com o Paraguai. Para tanto, além do tronco principal da ferrovia, ligando Bauru a Corumbá na fronteira boliviana, definiu-se a construção de um ramal, partindo de Campo Grande em direção a Ponta Porã, na fronteira paraguaia. (CABRAL, 1999, p. 32).

Essa decisão significava encurtamento das distâncias, desta maneira em pouco tempo, por transporte ferroviário era possível atingir qualquer ponto das fronteiras ao sul de Mato Grosso, que havia se revelado como espaço vulnerável na geopolítica brasileira, como evidenciou a Guerra do Paraguai.

Em 1905, com o intuito de atrair investidores estrangeiros para a cidade, foi criado o Código de Posturas, decretado pela Câmara Municipal, que apresentava critérios para

construções e utilização dos espaços públicos, normatizando os novos padrões de condutas sociais dos habitantes. (ADIMARI, 2005).

O Código de Posturas foi importante para o período de expansão pelo qual passava a cidade, ajudando a organizar questões relativas à urbanização, uma vez que o itinerário da ferrovia não estava sendo almejado somente por Campo Grande.

Em 1909, foi aprovado o desenho da primeira planta da cidade, denominado “Plano de Alinhamento de Ruas e Praças” que traçava, além da Rua Velha (na planta, Rua Afonso Pena e hoje Rua 26 de Agosto e Barão de Melgaço), as diretrizes de crescimento urbano, ao norte, que viriam determinar um plano de extensão para o futuro crescimento da cidade. Isso tudo planejado para a expansão da cidade após a inauguração da Ferrovia Noroeste do Brasil. (EBNER, 1999).

Neste período, de acordo com Ebner (1999), acontecia também a ocupação dos lotes localizados mais ao norte, pelas famílias abastadas da cidade, em especial os comerciantes locais que construíram as melhores casas na Rua 15 de Novembro e Av. Marechal Hermes (hoje Av. Afonso Pena) e seus arredores, em direção à Praça da República.

O Governo Federal inaugura a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil em 1914, atravessando o território do futuro estado de Mato Grosso do Sul, no sentido leste-oeste, vinculando-se ao centro-sul do país. A Estação Ferroviária de Campo Grande foi instalada na direção Norte, aproximadamente a um quilômetro da Rua Velha (atual 26 de Agosto), no início da Rua Calógeras.

A ferrovia transforma a ainda incipiente rede urbana do Estado mudando o seu eixo comercial. As transações comerciais que anteriormente eram voltadas para o oeste, em direção a Corumbá, com a linha férrea, voltam-se para o leste e, mais diretamente para o Estado de São Paulo, incentivando a produção local de gado para atender o mercado consumidor do sul e sudoeste do país. Assim, pequenos vilarejos passam a ter novo dinamismo econômico, entre eles: Miranda, Campo Grande, Aquidauana e Ponta Porã além do desenvolvimento de cidades novas, geradas em torno das estações da linha férrea como: Água Clara, Ribas do Rio Pardo, Sidrolândia e Três Lagoas. Campo Grande, particularmente, encaminha-se para uma nova etapa de seu crescimento passando a ser, nas décadas seguintes, o principal entreposto comercial da região sul do antigo Estado de Mato Grosso. (EBNER, 1999, p. 17).

O advento da ferrovia sem dúvida contribuiu para o desenvolvimento e expansão da cidade de Campo Grande,

[...] outros fatores também favoreceram Campo Grande, como a amenidade do clima e fertilidade do solo; sua localização nos campos da Vacaria, propícios ao apascentamento dos rebanhos bovinos e à faina agrícola; além de sua privilegiada posição geográfica no centro da região sul do Estado, bem como as levas migratórias nacionais (paulistas, mineiros, gaúchos) e estrangeiras (paraguaios, árabes, japoneses, portugueses, italianos). (BITTAR, 2009, p.193).

Porém para a época o transporte ferroviário, traduzia-se como modernidade ao Brasil, oferecendo oportunidade de participar deste ritmo implantado nos novos tempos.

As atividades e residências que antes da chegada da ferrovia se fixavam em volta da chamada Rua Velha (hoje 26 de agosto e Barão de Melgaço), passaram a organizarem-se a margem dos trilhos e ao redor da estação de trem. Com isso a Rua Velha apresenta um outro enfoque, deixando de ser o centro da cidade e passa a ser o lugar dos mais pobres e da prostituição. Próximo à praça da República forma-se um bairro residencial das famílias mais abastadas, consolidando o espaço urbano (PESSANHA et al., 2007). Os comerciantes passam a se estabelecer ao redor da Rua João Pessoa (atual 14 de Julho), que liga a Estação Ferroviária e a Rua Velha (atual Rua 26 de Agosto), tornando-se um espaço movimentado da cidade, fazendo da Rua João Pessoa o principal eixo da cidade.

A cidade crescia com a chegada dos trilhos, a fim de facilitar a circulação de veículos e a edificação de casas e lojas, realizou-se uma modernização do desenho urbano, com largas ruas e avenidas, a linha férrea e a estação passam a ser referências no núcleo urbano.

A construção dos quartéis e a instalação das tropas do Exército acontecem entre os anos de 1910 e 1920, abrindo novos caminhos para as áreas de saúde e de educação, com a instalação de hospitais e de colégios. Neste período, surgem também os clubes, cinemas, bares, restaurantes, enfim Campo Grande ganha novos requintes de grande cidade. (COSTA, 1999).

De acordo com Cabral (1999), a transferência do Comando Militar da 9ª Região de Corumbá para Campo Grande acontece efetivamente em 1921; com a implantação da ferrovia, tornou-se mais estratégico trazer a sede do comando para o interior do território.

A cidade foi crescendo e legislações urbanísticas aparecendo, como a Lei Nº 39 de 31/01/1941, que divide a cidade em zonas (comercial, residencial, industrial e mista), com tipos de ocupação e usos definidos, ficando a divisão da seguinte maneira:

Assim, identifica-se a ampliação do centro comercial, agora definitivamente consolidado nas ruas Calógeras, 14 de Julho, 13 de Maio e Rui Barbosa e

suas transversais entre Rua Barão de Melgaço (antiga Rua Velha) até a Rua General Mello, em frente à Estação Ferroviária. As ruas 26 de Agosto, Barão de Melgaço e Joaquim Murtinho perdem definitivamente seu *status* de ruas principais para agora serem suporte das incipientes indústrias. A Zona Residencial abrange o quadrilátero das avenidas Mato Grosso e Afonso Pena e das ruas Rui Barbosa e 25 de Dezembro, região onde famílias mais abastadas já construam suas novas residências. O restante da cidade passa a ser considerado Zona Mista de 2ª Categoria. (EBNER, 1999, p.41).

Esta divisão ajudou a definir quais lugares eram necessários à construção de escolas, centros de saúde, praças, infra-estrutura para loteamentos e outros benefícios para a população. Percebemos também nessa divisão que os grupos sociais vão se constituindo em diferentes locais, e as ruas e avenidas principais são destino das famílias mais abastadas.

O crescimento urbano também se expande a oeste, com a criação em 1921 do Bairro Amambaí, primeiro bairro de Campo Grande, que recebeu a transferência da sede das áreas militares, anteriormente sediada em Corumbá. A instalação de quartéis, hospital militar, começa a ser executado nas proximidades da malha ferroviária, no Bairro Amambaí, crescendo tanto a ponto de ser criada a primeira linha de ônibus da cidade (Amambaí-Cascudo). Cascudo era o bairro que se localizava ao Norte da cidade, que se expande tendo como base o movimento de população gerado pela Estação Ferroviária e o Hospital Santa Casa, que se localizava na primeira metade da década de 1930 nos arredores da estação de trem.

O estabelecimento dos militares na cidade começa a exigir maiores investimentos na infra-estrutura urbana da cidade. Alguns bairros começam a ser formados, como o Amambaí, que ficava a oeste da confluência dos córregos Prosa e Segredo, já com a denominação de Anhanduizinho, localizado entre o núcleo central de onde se originou a cidade e a grande área dos quartéis. Com relação à ferrovia, ocorreu o mesmo fato, pois vieram muitas famílias de ferroviários, ou seja, dos trabalhadores da ferrovia. (ADIMARI, 2005, p.53).

Campo Grande adentra o ano de 1950 com um crescimento populacional e econômico acelerado, despertando o interesse de investidores e de forças políticas da época. O gado, a ferrovia e a energia podem ser consideradas as condições materiais para que a cidade fosse se fortalecendo e tornando-se um município de destaque, contemplado pelas políticas do Governo Federal.

O aumento populacional entre o período de 1950 e 1960 foi surpreendente se comparado às taxas nacionais, pelos dados do IBGE, "mostrando uma taxa de crescimento

geométrico da população de Mato Grosso do Sul, de 0,44 ao ano no período entre 1940/50; e que salta para 6,65 ao ano entre os anos 50 e 60 e 5,51 ao ano entre 1960/70", contra o Brasil: "2,38 ao ano na década de 1940; 2,99 ao ano na década de 1950 e 2,93 na década de 1960". (GONZALEZ, 1996, p. 25 apud EBNER, 1999, p.17).

Essa aceleração demográfica trouxe necessidades essenciais para a população dessa sociedade contemporânea, como trabalho, moradia, lazer, estudos.

É neste contexto que Campo Grande vai se organizando como cidade, e com o tempo transformações importantes vão ocorrendo para melhor atender às diversidades sociais e culturais que habitam a cidade, sendo a universalização da escola um meio para conciliação desses fatores.

Por isso, para entender como esse processo de escolarização foi expressivo para a cidade de Campo Grande, foi necessário realizar uma comparação dos dados da população escolarizada do Brasil, de Mato Grosso e de Campo Grande no período de 1940, 1950, 1960 e 1970.

Nas tabelas 3 e 4 a seguir, observaremos dados da população do Brasil, de Mato Grosso e de Campo Grande de 1940, 1950, 1960 e 1970 com 5 anos e mais que sabia ler e escrever e da população com 10 anos e mais que concluiu o Ensino secundário, porém devemos levar em consideração que os critérios e os instrumentos utilizados para definir quem é analfabeto ou alfabetizado nos recenseamentos da população brasileira eram discutíveis, deixando em aberto a questão do verdadeiro significado desses índices de alfabetização. (BEISIEGEL, 1986)

A respeito desse assunto SOARES (2004, p.55, grifo do autor) nos lembra que:

Até a década de 40, o formulário do Censo definia o indivíduo como analfabeto ou alfabetizado perguntando-lhe se sabia assinar o nome: as condições culturais, sociais e políticas do país, até então, não exigiam muito mais que isso de grande parte da população. As pessoas aprendiam a desenhar o nome, apenas para poder votar ou assinar um contrato de trabalho.

A partir dos anos 40, o formulário do Censo passou a usar uma outra pergunta: **sabe ler e escrever um bilhete simples?** Apesar da impropriedade da pergunta, ela já expressa um critério para definir quem é alfabetizado ou analfabeto que avança em relação ao critério de apenas saber escrever o nome: definir como analfabeto aquele que não sabe **ler e escrever um bilhete simples** indica já uma preocupação com os usos sociais da escrita [...]

Portanto, apesar dos questionamentos sobre os critérios utilizados pelo Censo ao

registrar a população que sabia ler e escrever no período analisado pela pesquisa, é o único documento oficial que serve de referência para muitas pesquisas no país.

Pessanha et al (2007), a respeito da cidade de Campo Grande, destaca que os pesquisadores que estudaram a história da educação em Campo Grande afirmam que a educação no sul do estado não era prioridade dos governadores. No entanto, os dados estatísticos mostram que, percentualmente, a escolarização na cidade de Campo Grande seguia, e superava os percentuais do País e do Estado como podemos observar nos anos de 1940, 1950, 1960 e 1970, nas tabelas 3 e 4 a seguir.

Tabela 3 - População de 5 anos e mais que sabe ler e escrever no Brasil, Mato Grosso e Campo Grande no período de 1940, 1950, 1960 e 1970

Ano	Local	População de 5 anos e mais	População de 5 anos e mais que sabe ler e escrever
1940	Brasil	34.796.665	13.292.605 (38,20%)
1940	Mato Grosso	362.268	146.780 (40,51%)
1940	Campo Grande	34.647	6.235 (17,99%)
1950	Brasil	43.573.517	18.588.722 (42,66%)
1950	Mato Grosso	431.855	191.913 (44,43%)
1950	Campo Grande	48.082	31.807 (66,15%)
1960	Brasil	58.997.981	31.362.783 (53,15%)
1960	Mato Grosso	740.039	411.655 (55,62%)
1960	Campo Grande	62.658	47.700 (76,12%)
1970	Brasil	79.327.231	47.864.531 (60,33%)
1970	Mato Grosso	1.334.452	757.521 (56,76%)
1970	Campo Grande	117.509	92.603 (78,80%)

Fonte: Gráfico elaborado a partir das informações extraídas do Censo Demográfico do Brasil do ano de 1940 (Quadro 17), 1950 (Quadro 17), 1960 (Quadro 10), 1970 (Quadro 10); Censo Demográfico do Mato Grosso do ano de 1940 (Quadro 52, Quadro 58), 1950 (Quadro 47, Quadro 40), 1960 (Quadro 40, Quadro 34), 1970 (Quadro 45, Quadro 53), disponíveis pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) no endereço eletrônico <http://biblioteca.ibge.gov.br>.

Organização: Menegheti, 2013.

Tabela 4 - População de 10 anos e mais que concluiu o ensino secundário no Brasil, Mato Grosso e Campo Grande no período de 1940, 1950, 1960 e 1970

Ano	Local	População de 10 anos e mais	População de 10 anos e mais que concluiu o ensino secundário
1940	Brasil	2.026.692	49.379 (2,43%)
1940	Mato Grosso	18.604	384 (2,06%)
1940	Campo Grande	3.541	826 (23,32%)
1950	Brasil	6.542.679	558.976 (8,54%)
1950	Mato Grosso	56.005	7.083 (12,64%)
1950	Campo Grande	12.854	2.133 (16,59%)
1960	Brasil	12.430.931	1.191.056 (9,58%)
1960	Mato Grosso	128.463	12.125 (9,43%)
1960	Campo Grande	17.860 ¹⁸	10.737 (60,11%) ¹⁹
1970	Brasil	19.939.359	2.582.761 (12,95%)
1970	Mato Grosso	223.670	29.659 (13,26%)
1970	Campo Grande	46.644	12.031 (25,79%)

Fonte: Gráfico elaborado a partir das informações extraídas do Censo Demográfico do Brasil do ano de 1940 (Quadro 27), 1950 (Quadro 21), 1960 (Quadro 12) e 1970 (Quadro 12) ; Censo Demográfico do Mato Grosso do ano de 1940 (Quadro 59), 1950 (Quadro 50, Quadro 41), 1960 (Quadro 12, Quadro 34) e 1970 (Quadro 47, Quadro 45), disponível pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) no endereço eletrônico <http://biblioteca.ibge.gov.br>.

Organização: Menegheti, 2013.

Na tabela 3, podemos constatar que a população de 5 anos e mais que sabia ler e escrever em 1940, comparando entre Brasil, Mato Grosso e Campo Grande atinge seu maior percentual em Mato Grosso, nos anos posteriores de 1950, 1960 e 1970, Campo Grande assume a liderança. Contudo, cada um continuou progredindo em seus índices de alfabetização, porém com percentuais de avanços diferentes.

Na tabela 4, que apresenta o percentual de pessoas que concluíram o ensino secundário, no ano de 1940, 1950, 1960 e 1970 podemos verificar também que Campo Grande em todos os anos pesquisados atingiu sempre o maior percentual.

Em Mato Grosso, no ano de 1940, na tabela 3, onde 40,51% da população de 5 anos e mais que sabiam ler e escrever, não se comparava ao percentual da população de 10 anos ou

¹⁸ O total corresponde a soma da população de 10 a 14 anos e de 15 a 19 anos no ano de 1960.

¹⁹ O total corresponde a soma dos estudantes de 10 a 14 anos e de 15 a 19 anos, porém sem designação de nível de ensino concluído. No Censo de 1960, não foram encontrados o número de pessoas de 10 anos ou mais especificando o grau de ensino concluído, considerando-se então esse total relativo.

mais que concluíram o ensino secundário (tabela 4) que era de 2,06%. Analisando os dados da tabela 3, podemos constatar que o número de pessoas que tinham acesso a educação era bem reduzido e a situação ficava ainda pior em relação ao Ensino Secundário.

Em Campo Grande, no ano de 1940, observando a tabela 3, onde 17,99% sabiam ler e escrever, comparando com o Brasil que apresenta um percentual de 38,20% e ao Mato Grosso de 40,51%, percebemos que Campo Grande apresenta resultados defasados, porém quando verificamos o número de pessoas que concluíram o Ensino Secundário em Campo Grande no mesmo período é de 23,32%, em relação ao Brasil e Mato Grosso apresenta um percentual de diferença em média de 21%, constatando uma situação um pouco melhor em Campo Grande.

Se observarmos o percentual da população de 5 anos e mais que sabia ler e escrever em Campo Grande no período de 1940, que era de 17,99% (tabela 3) e compararmos com o ano de 1950 que foi de 66,15%, verificamos um aumento de 48,16%, em um período de dez anos, um aumento bastante significativo.

Em Mato Grosso, no ano de 1960, apresentava um total de 740.039 de pessoas de 5 anos ou mais, onde 55,62% (tabela 3) deste total sabiam ler e escrever, um pouco mais que os dados do Brasil no mesmo período que eram de 53,15%, e as pessoas que concluíram o Ensino secundário em Mato Grosso somavam 9,43% (tabela 4) um percentual que diminuiu em relação a 1950 que contava com 12,64% (tabela 4), apesar de ter aumentado em números absolutos, percebemos que o aumento da população não é acompanhado pelo acesso a educação, principalmente o ensino secundário, comprovando mais uma vez a seletividade deste grau de ensino.

Em Campo Grande, em 1960 a população de 5 anos e mais somava 62.658 (tabela 3), onde destes 76,12% sabiam ler e escrever, um percentual elevado comparado com o Brasil e o Estado no mesmo período. O percentual de pessoas que concluíram o Ensino secundário em Campo Grande (tabela 4) não foi informado no Censo deste período, por isso o resultado apresentado de 10.737 (tabela 4), corresponde a soma dos estudantes de 10 a 14 anos e de 15 a 19 anos, faixa etária do ensino secundário.

Em 1970, podemos verificar na tabela 4, que o percentual de pessoas que concluíram o Ensino Secundário melhorou um pouco, em relação aos anos anteriores, tanto no Brasil, em Mato Grosso como em Campo Grande.

Em Mato Grosso no ano de 1970, a população de 5 anos e mais somava 1.334.452 onde 56,76% (tabela 3) deste total sabiam ler e escrever, neste ano os dados do Brasil foram maiores que Mato Grosso 60,33% (tabela 3), e o percentual das pessoas que concluíram o Ensino Secundário no Mato Grosso (tabela 4) somava 13,26%, um percentual que pouco

aumentou em relação a 1960 que apresentava um percentual de 9,43% (tabela 4), considerando o aumento da população, comprovando mais uma vez a seletividade deste grau de ensino.

Em Campo Grande, em 1970 a população de 5 anos e mais somava 117.509 onde deste total 78,80%% (tabela 3) sabiam ler e escrever, um percentual elevado comparado com o Brasil 60,33% e o Estado 56,76% no mesmo período. O percentual de pessoas que concluíram o Ensino Secundário somava 25,79% (tabela 4), o mais elevado de todos os períodos apresentados da cidade, já que em 1960 (tabela 4) não apresento dados dos alunos concluintes do ensino secundário, e sim a soma de estudantes da faixa etária de 10 a 14 anos e de 15 a 19 anos, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, por isso não posso considerar o período de 1960 (tabela 4) como o maior índice de concluintes do ensino secundário de Campo Grande.

Em síntese, os dados apresentados sobre a população escolarizada do Brasil, de Mato Grosso e de Campo Grande no período de 1940 a 1970, refletem o resultado de uma população que tinha uma barreira para continuar os estudos: o temível e difícil exame de admissão que perdurou oficialmente por longos quarenta anos, justificado (ou não) pela falta de vagas para todos.

2.2 A PRIMEIRA ESCOLA ESTADUAL SECUNDÁRIA DE CAMPO GRANDE

Contrariando a percepção de que a administração estadual abandonava o sul do Estado, o intendente Arlindo de Andrade enfrentou a administração estadual e contratou a construção do primeiro Grupo Escolar da cidade, localizado na avenida Afonso Pena, posteriormente, conhecida como a escola primária de maior prestígio na cidade, denominada Grupo Escolar Joaquim Murtinho, inaugurada em 1922.

Nos anos de 1920, inauguram-se os grandes colégios particulares, como o Pestalozzi (atual Dom Bosco), o Osvaldo Cruz e o Nossa Senhora Auxiliadora, porém a cidade ainda não contava com ginásios estaduais.

O ensino secundário, foi inicialmente ministrado apenas em escolas particulares: dois colégios católicos: um masculino, Colégio D. Bosco, outro feminino, o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, fundado em 1926 e uma escola não confessional, o Colégio Osvaldo Cruz, aberta na mesma década. (PESSANHA et al, 2007, p.44)

Existia um ginásio em Mato Grosso, o chamado Liceu Cuiabano, instalado em 1880 na capital do estado, e que foi durante muito tempo a única escola pública secundária no estado. Somente em 1937 esta situação se modificou e foi quando o governo estadual passou a assumir a direção do Ginásio Municipal Maria Leite, localizado em Corumbá e no ano de 1938, ocorreu a criação do Liceu Campo-Grandense, que só começou a funcionar oficialmente em 1942, depois de receber autorização do Governo Federal. (BRITO, 2001).

Apesar da gratuidade do colégio público oportunizar o acesso de todas as camadas da população, o exame de admissão (1939-1971) ainda dificultava esse acesso, portanto era ainda um sonho para poucos, um dos motivos também de denominarem elite os que lá estudavam.

Percebe-se, nesse jogo de interesses de grupos sociais campo-grandenses, o desejo pela instalação e ampliação da escolarização, mais especificamente no caso do ensino secundário completo com seus dois ciclos, uma tentativa de diferenciar-se socialmente, isto é, um esforço de camadas sociais mais baixas em aproximar-se de outras superiores, distintas econômica e culturalmente. (OLIVEIRA, 2009, p. 64).

Devido a isso, a solicitação de fundação do primeiro ginásio público de Campo Grande foi justificada porque, muitas famílias não teriam condições de pagar, para que seus filhos pudessem continuar com os estudos até o ginásio.

Em 1917, uma professora cuiabana, recém-formada pela Escola Normal Pedro Celestino (situada em Cuiabá), chega a Campo Grande, Maria Constança Barros Machado, que se tornaria mais tarde um dos grandes nomes da educação sul-mato-grossense. Ela lecionou na primeira escola pública isolada do sexo feminino de Campo Grande, em 1922, foi designada para o Grupo Escolar Joaquim Murtinho. Nessa época, o prestígio das normalistas era enorme, já que conquistavam um grau de escolaridade, restrito a poucos.

A professora Maria Constança, com notória participação política, propôs ao interventor Júlio Müller e ao Dr. João de Arruda, Secretário de Fazenda do Estado, a criação de um ginásio estadual que pudesse resolver os problemas dos que precisavam continuar o primário e não tinham meios para pagar a escola particular (MACHADO, 2008).

O Liceu Campograndense, conforme documentos encontrados na escola, foi criado pelo Decreto nº 229, de 27 de dezembro de 1938 e solenemente instalado no prédio da rua Afonso Pena, no centro da cidade, no dia 18 de março de 1939, como registrado em Ata de

abertura. O colégio funcionou sem Inspeção²⁰ prévia, no Grupo Escolar Joaquim Murinho e por lá ficou até 1954.

Na ata de inauguração, pode-se constatar a importância que a cidade conferiu ao Liceu pela presença de

[...] autoridades civis e militares, federais, estaduais e municipais, representantes da imprensa, bem como os corpos docente e discente do Estabelecimento [...] declarado solenemente instalado o Ginásio oficial do Estado, sob a denominação de Liceu Campograndense, criação essa que toda a população culta da cidade vinha ansiosamente aspirando. Outros presentes também falaram congratulando-se com o povo campograndense por mais um marco de progresso que a cidade acaba de receber. (ATA DE INAUGURAÇÃO COLÉGIO ESTADUAL CAMPOGRANDENSE, 1939).

Contudo, em 1940, funcionou apenas por um mês, em virtude de não ter conseguido autorização para funcionamento, foram expedidas as guias de transferências aos alunos matriculados, para que pudessem terminar os estudos em outras escolas. Para conseguir a licença de funcionamento, seguiu o que era estipulado em âmbitos nacional e estadual. (PESSANHA et al., 2007).

Conforme consta no livro de ata da primeira reunião da Congregação, o reinício das atividades só ocorreu no ano de 1942. Essa reunião presidida pela então diretora com o objetivo de resolver sobre a melhor forma de se dar início ao funcionamento do Liceu Campo-Grandense ora restabelecido pelo Departamento da Divisão do Ensino Secundário.

Devido a essa interrupção no funcionamento das atividades do Liceu Campo-grandense, os alunos que lá estavam matriculados e não tinham condições de pagar um ensino privado (pois não havia outra opção na época), ficaram esperando o retorno das atividades no Estadual, e como observa Braga (2005) o aluno que começou a cursar o primeiro ano do ginásio em 1939, só pode retornar em 1942, formando-se apenas em 1944, data da primeira formatura. Também para se adequar às reformas educacionais o Liceu passa a se chamar Ginásio Estadual Campo-Grandense.

²⁰ Além dos estabelecimentos de ensino secundário federais, mantidos sob a responsabilidade direta da União, haverá no país duas outras modalidades de ensino secundário: os equiparados (mantidos pelos Estados ou pelo Distrito Federal) e os reconhecidos (mantidos pelos Municípios ou por pessoa natural ou pessoa jurídica de direito privado), porém ambos autorizados pelo Governo Federal conforme previa o artigo 71 do Decreto-lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942. A inspeção federal ocorria sobre os estabelecimentos de ensino secundário equiparados e reconhecidos, verificando aspectos administrativos e de orientação pedagógica, com objetivo de assegurar a ordem e a eficiência escolares, de acordo com que estava previsto no artigo 75 do Decreto-lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942. (BRASIL, 1942).

Em todo o país nessa época, o ensino secundário passava por um processo de expansão com a ampliação das vagas, porém não atingia uma grande parcela da população. O acesso ao ensino secundário, para muitas famílias de operários, era um sonho distante, dificilmente seus filhos passavam do ensino primário. Como nos lembra Pessanha (2013, p.229, grifo do autor)

Muito embora a Constituição de 1937 já previsse o atendimento à juventude de baixo poder aquisitivo, o ginásio não **comportava bancos escolares para todos**. Diante disso, em conformidade com a Lei Orgânica de 1942, artigo 21, o colégio passou a realizar um processo de seleção rigorosa e seletiva com os chamados exames de admissão.

Os alunos da Escola Estadual Maria Constança naquela época eram filhos de operários, funcionários públicos que, de outra forma não teriam condições de continuar os estudos para além do curso primário. (ROCHA, 2007).

De acordo com Pessanha et al. (2007) a criação do segundo ciclo do ensino secundário (científico), em 1953, aconteceu novamente devido à influência política da professora Maria Constança, que conseguiu reunir na abertura desse curso ilustres pessoas da cidade como o governador Fernando Correa da Costa, o general comandante da região militar, o prefeito, entre outras autoridades, exaltando em seus discursos a grande importância dessa atitude para a população. A ata de instalação já registra também que seria em sede provisória, pois a construção de um prédio novo já estava autorizada. (PESSANHA et al., 2007)

O colégio que começou a funcionar no Grupo Escolar Joaquim Murinho ganha sede própria em 1954. O novo endereço do Colégio Estadual Campo-grandense foi escolhido pelo Governo do Estado no bairro Amambaí, de moradia dos operários da ferrovia, ao contrário da antiga localização que era central, porém com limites bem definidos, possuía um quarteirão fechado, ao norte os trilhos da ferrovia Noroeste do Brasil e ao sul a Rua Y Juca Pirama.

O projeto da nova escola foi a repetição do projeto elaborado para o colégio Estadual Maria Leite na cidade de Corumbá por Oscar Niemeyer, em edifício projetado dentro dos modernos princípios da arquitetura, com amplo auditório para reuniões, salas ventiladas e laboratório. Por desígnio do governador do então estado de Mato Grosso, o projeto foi replicado em Campo Grande, como sede própria do único estabelecimento público de ensino secundário da cidade. A inauguração foi um acontecimento memorável na cidade de Campo Grande e o edifício tornou-se um dos orgulhos da educação pública da cidade (PESSANHA et al., 2007). Em 1953, passou a ser denominado Colégio Estadual Campo-Grandense

Funcionando regularmente na rua Afonso Pena, principalmente devido à seletividade dos exames de admissão, a escola foi se tornando marco na educação da cidade que, já com mais de 30 mil habitantes, na década de 1950, ansiava por ampliação das oportunidades educacionais. (PESSANHA et al, 2007, p. 46).

O exame de admissão funcionava como um instrumento de seleção dos alunos que desejavam continuar os estudos, porém o pequeno número de vagas oferecidas fazia com que muitos não ingressassem no ensino secundário.

Portanto, os alunos que quisessem estudar no primeiro ginásio público da cidade, precisavam submeter-se aos exames de admissão ao Ginásio, obrigatórios para o ingresso no ensino secundário, que representavam na época, algo semelhante aos vestibulares para ingresso em universidades públicas. Além dos quatro anos do Ensino Primário, os alunos frequentavam durante um ano inteiro os cursos preparatórios para os exames de admissão.

Rapidamente o colégio ganhou fama de ser o melhor estabelecimento de ensino secundário da cidade, a ponto de a professora Maria Constança afirmar "havia briga entre as famílias para conseguirem uma vaga", justificando que isso se devia ao quadro de professores pertencentes ao colégio. (BITTAR; FERREIRA JR. 1999, p.178).

Rocha (2007) quando estuda a história do currículo na Escola Estadual Maria Constança Barros Machado, na década de 1960, apresenta cópias de convites e portarias onde os professores eram convidados a proferir conferências em eventos culturais abertos a população, a representar a escola em solenidades extra-escolares, incentivados pela escola a participar de concursos culturais representando a escola. Diante desses fatos ela conclui que

[...] a cultura docente do Colégio Maria Constança encontrava-se assentada na busca pela qualificação e formação de seus professores, ao mesmo tempo que construía relações sociais que ampliavam o papel e a visibilidade dos professores do colégio no âmbito externo a escola. Os professores representavam não só o ensino do Colégio, mas também a escola enquanto instituição educadora e formadora dos jovens da cidade. (ROCHA, 2007, p.54).

O depoimento de um professor da Escola Estadual Maria Constança Barros Machado, entrevistado por Rahe (2006) chama atenção quando afirma que a clientela da escola atendida nas décadas de 1950 e 1960, mudou suas características, e um dos motivos seria em virtude da seletividade do exame de admissão, quando afirma que,

[...] a finalidade da escola era atender os alunos carentes [...], os alunos com posse podiam estudar no Auxiliadora, Dom Bosco ou Osvaldo Cruz. então o Maria Constança veio para atender esse público [...]. havia dois colégios de ótimo nível de ensino fundamental, antigamente chamado primário. era o Benfica, que era da prefeitura e o Visconde de Caeru, dos descendentes de japoneses, então, a maioria dos alunos que entravam no Maria Constança eram alunos que estudavam nessas escolas dadas as suas qualidades. [...] eles tinham que passar por essa peneira da admissão. então, no final, o Maria Constança se tornou uma escola de elite (RAHE, 2006, p.25).

Destaco também a importância de outros dois depoimentos: o primeiro de uma professora legitimando o interesse de outras classes sociais em estudar na Escola Estadual Maria Constança Barros Machado e o segundo, de uma ex-aluna, ressaltando como eram vistos os que passavam no exame de admissão entre 1956 e 1962, que aparecem na dissertação de Campos (2004).

[...] era um colégio [Estadual Campograndense] que preparava pra vida. Era um colégio muito respeitado. Todo mundo queria - mesmo as famílias mais ricas - faziam questão que os alunos estudassem lá, porque saíam bem preparados. Era uma escola pública ...dava gosto! E a gente tinha prazer de ensinar, eles tinham prazer de aprender [...] Era uma escola muito criativa, dinâmica e respeitada. ...(CAMPOS, 2004, p. 114).

[...] O ginásio era para poucos era para muito poucos [...] Era o único ginásio público de Campo Grande [...] E as pessoas aquelas pessoas passavam no exame de admissão eram eleitas (CAMPOS, 2004, 117).

Apesar da reputação de "escola exemplar"²¹ comprovada por depoimentos de professores e ex-alunos nas pesquisas de Campos (2004), Rahe (2006) e Rocha (2007) em pesquisa nos arquivos da escola, foram encontrados ofícios e relatórios que caracterizavam a rotina, a organização e até a estrutura do novo prédio da escola onde alguns registros sustentavam essa posição e outros contrariavam.

As queixas quanto à falta de estrutura eram rotineiras quando a escola encontrava-se localizada no antigo prédio, funcionando como anexo da Escola Normal Joaquim Murinho. Em um relatório de 1953, encontrado nos arquivos da escola a então diretora Maria Constança Barros Machado reclamava das condições do antigo prédio, registrando que as queixas de reparos e limpeza existem desde quando ela assumiu o cargo de direção no colégio, desde sua criação em 1938. Descreve em detalhes a falta de estrutura do prédio, necessitando de

²¹ Escola de referência para determinadas pessoas e num determinado período (PESSANHA, 2007).

substituição dos telhados, para eliminar as goteiras, registra também que em um dos pavilhões, quase houve um desabamento em plena aula quando uma viga que se achava justaposta à parede se deslocou fazendo ceder o forro, a providência tomada foi chamar um engenheiro que colocou uma escora provisória que se tornou permanente. Queixa-se também que a maioria dos vidros encontravam-se quebrados. (RELATÓRIO, 1953).

Neste mesmo relatório está registrado também que a falta de água na escola era constante, mesmo com a existência de duas caixas d'água com capacidade de 1000 litros cada uma, a diretora segundo consta, mandava os funcionários pedirem latas de água nos vizinhos para saciar a sede dos alunos. (RELATÓRIO, 1953).

Sobre a instalação sanitária queixa-se que, por ser muito antiga, os reparos que são realizados não dão resultados satisfatórios e nem conseguem um serviço permanente. Portanto as caixas de descarga devido ao desgaste do uso contínuo já não vedam a água ou então não fazem as descargas, ocasionando um mau cheiro constante que infesta o ambiente na época das aulas. (RELATÓRIO, 1953).

Uma situação que chamou atenção foi o ofício de quatorze de maio de 1956, encaminhado ao então Dr. Manoel Bonifácio Nunes da Cunha secretário da Educação, Cultura e Saúde, onde estava registrado que a escola está localizada em uma zona perigosa da cidade e rodeada de mato. Registra também o problema que está tendo com dois guardas da escola que eram pagos pela construtora da escola, mas com o término da obra quem estava responsável pelos pagamentos passou a ser a escola, desta forma pede ajuda para que sejam pagos três meses de trabalho atrasado e que logo sejam criados os cargos de guardas pelo Estado para que esse problema se resolva. (OFÍCIO, 14/05/1956). Nesse período o colégio já estava no prédio novo fazia dois anos, curioso perceber tamanho descaso em tão pouco tempo.

Descaso registrado também em um outro ofício encaminhado ao Governador João Ponce de Arruda, no dia vinte e cinco de julho de 1956, o diretor Ernesto Garcia de Araújo, pede uma vistoria para o novo prédio da escola que segundo ele apresenta graves defeitos e dia a dia vem ruindo, antes que sejam taxados, segundo suas palavras de descuidados e dilapidadores do patrimônio Estadual. Causa um certo estranhamento pensar que o prédio já estivesse precisando de reparos, com apenas dois anos de uso, o interessante é que datado deste mesmo ano foi encontrado nos arquivos da escola um relatório intitulado "Relatório de verificação do colégio estadual campograndense de ensino secundário" do ano de 1956, em um item intitulado material e conservação constava que os edifícios (do colégio) são de

construção moderna em cimento armado (Projeto Oscar Niemayer), em ótimo estado de conservação. (OFÍCIO, 25/07/1956).

As reclamações do novo prédio tornam-se constantes, acredito que dificilmente um prédio construído apenas há dois anos, estivesse pior do que o antigo, conforme encontrado no Relatório de 1953 e no Ofício de 25/07/1956.

Um outro ofício que chamou atenção também foi o de trinta de julho de 1956, encaminhado pelo diretor Ernesto Garcia ao Governador do Estado de Mato Grosso João Ponce de Arruda, pedindo aumento de salário para os professores. Para justificar o quanto os professores ganham pouco, compara e registra o salário de um professor do ensino secundário com os vencimentos de um porteiro, comprovando que estes ganhavam duas ou até três vezes mais que um professor. Registra também que a legislação federal já insiste com uma remuneração condigna dando a entender que o Estado não cumpria com o que estava previsto pela lei e o ofício foi uma tentativa de fazer com que a legislação fosse cumprida. (OFÍCIO, 30/07/1956). O que podemos inferir desta situação é que a briga do magistério pela valorização profissional e por melhores salários é antiga em nosso Estado.

Em um ofício do dia dezoito de março de 1957 encaminhado pelo então diretor Ernesto Garcia de Araújo para Prof^a Liduvina Motta Camargo do Ginásio Estadual Dr. Wladislau Garcia Gomes de Paranaíba-MT, podemos verificar algumas informações importantes sobre o ensino secundário no Estado, em resposta a uns questionamentos feitos por ela. O diretor registra que não há lei estadual que regule o Ensino Secundário, sendo fiscalizado e regulamentado pelo Governo Federal, no Ministério de Educação e Cultura e o que regulamenta é a Lei Orgânica do Ensino Secundário. Registra também que o ano escolar está dividido em dois períodos: de 1º de março até 30 de junho e de 1º de agosto até 10 de dezembro, conforme o artigo 28 da Lei Orgânica do Ensino Secundário onde registra que “O ano escolar, no ensino secundário dividir-se-á em dois períodos: período letivo, de nove meses; período de férias, de três meses”. (BRASIL, 1942).

Registra também que a duração das aulas é de 50 minutos para o turno diurno, e de 45 e até 40 minutos para o turno noturno. Ressalta ainda que a questão de turno, diurno ou noturno deve apenas conciliar os interesses de professores e alunos, sendo facultado o turno. (OFÍCIO, 18/03/1957).

Afirma ainda que as classes podem ser mistas ou desdobradas, conforme o número de alunos de cada sexo e para cada série, ficando a critério de conveniências internas essa decisão (OFÍCIO, 18/03/1957). Em um relatório de verificação do colégio estadual campograndense de ensino secundário do ano de 1956, registra-se que o estabelecimento é de

frequência mista, havendo, entretanto, maior número de alunos do sexo feminino. Porém a esse assunto o artigo 25 da Lei Orgânica do Ensino Secundário parágrafo segundo registra que

Nos estabelecimentos de ensino secundário frequentados por homens e mulheres, será a educação destas ministrada em classes exclusivamente femininas. Este preceito só deixará de vigorar por motivo relevante, e dada especial autorização do Ministério de Educação. (BRASIL, 1942).

Reforçando esta questão, encontrei registrado no relatório do ano de 1952 nos arquivos da escola, que as aulas de educação física eram ministradas em horários diferentes, a turma feminina no período matutino e a masculina no vespertino. (RELATÓRIO, 1952). Parecendo demonstrar o rigor da época em manter separados homens e mulheres.

Registra também que não há uniforme padrão do Estado fica a critério do diretor e as ordens dadas aos alunos e professores são orais não necessitando de registro, somente a comunicação com as autoridades deverão ser por meio de ofício. Isso demonstra como era a organização da escola e a importância de cada um em seu contexto. (OFÍCIO, 18/03/1957).

No ofício o diretor informa ainda que um professor ministrou um curso de aperfeiçoamento para os professores se registrarem no Ministério de Educação e Cultura e mandará anexo algumas apostilas. (OFÍCIO, 18/03/1957). Este registro dos professores estava previsto no artigo 79 parágrafo terceiro da Lei Orgânica do Ensino Fundamental quando prevê "Dos candidatos ao exercício do magistério nos estabelecimentos de ensino secundário reconhecidos exigir-se-á prévia inscrição, que se fará mediante prova de habilitação, no competente registro do Ministério da Educação". (BRASIL, 1942).

Termina registrando que envia em anexo uma cópia do regulamento interno, dos estabelecimentos de ensino secundário do Estado. Como previsto no artigo 85 da Lei Orgânica do Ensino Secundário "Cada estabelecimento de ensino secundário terá um regimento destinado a definir de modo especial a sua organização e a sua vida escolar, e bem assim o seu regime disciplinar". (BRASIL, 1942).

Os documentos analisados comprovam que a escola era considerada um exemplo a ser seguido por outras. Em um documento intitulado "Atestado de regular funcionamento" datado de abril de 1957, o Dr. Amélio de Carvalho Baís, Inspetor Federal do Colégio Estadual Campograndense, desde 1942, época de sua fundação, registra que

[...] para quaisquer fins que for necessário, que todos os dispositivos legais foram sempre rigorosamente observados em todos os seus termos, até a presente data, não tendo havido para este estabelecimento, nenhuma penalidade imposta de qualquer natureza, por falta de Diretor, professores, servidores da administração, ou outra qualquer natureza. (ATESTADO DE REGULAR FUNCIONAMENTO, 1957, s/p.)

Porém, em um outro ofício datado de 27 de novembro de 1957, o diretor Ernesto Garcia de Araújo encaminhou ao Dr. Manoel Bonifácio Nunes da Cunha secretário da Educação Cultura e Saúde de Cuiabá-MT, que o chefe da seção de prédios e aparelhamento escolar da diretoria do Ensino Secundário, no ofício de agosto do ano corrente, comunicou o Sr. Inspetor Federal, Dr. Amélio de Carvalho Baís, que tinha encontrado imperfeições no prédio do Colégio Estadual Campograndense, que resultaram, em não concessão da licença prévia de funcionamento do 2º ciclo em vista do prédio, justificando o não atendimento às exigências regulamentares do Ministério da Educação e Cultura. Informa ainda que, para conseguir essa licença o quanto antes foi organizada uma planta atendendo as exigências do Ministério da Educação e Cultura. Esclarece também que, essas medidas foram tomadas afim de evitar que novos incidentes ocorressem e que se atrasasse ainda mais a legalização do 2º ciclo. (OFÍCIO, 27/11/1957).

Este ofício nos faz perceber o quanto era necessária a ampliação de vagas para conseguir atender uma demanda maior da população.

Em um relatório da escola de 1958 estão registrados aspectos interessantes da rotina escolar, e vou destacar alguns, como por exemplo a frequência nos cursos diurnos que está registrada como excelente, porém a dos cursos noturnos registraram que deixava um pouco a desejar. A respeito da disciplina, está registrado que no corrente ano tem sido realmente modelo, onde o Colégio está entrando numa fase de absoluta ordem e os alunos muito mais compreensivos e ordeiros. (RELATÓRIO, 1958)

Neste mesmo relatório encontramos registrado que o diretor junto à Diretoria do Ensino Secundário, do Ministério da Educação e Cultura, trouxe para o colégio nos anos de 1957 e 1958, cursos de aperfeiçoamento de renovação didática e para efeito de registro de professor naquele Ministério, destacando que foi considerável o número de professores da escola que frequentaram os cursos. (RELATÓRIO, 1958)

Em relação ao aproveitamento dos alunos o foco é na preocupação em coibir os instrumentos que os alunos utilizavam para não estudar e tirar notas nas provas, a famosa "cola". Também o relatório apresenta uma crítica aos programas existentes na época que,

segundo está registrado, também colaboravam para distração dos alunos em relação aos conteúdos da escola, conforme podemos analisar.

Aproveitamento: Nos dois primeiros anos da nossa direção o aproveitamento foi realmente desastroso, em virtude da folga que se dava anteriormente aos alunos e a falta de fiscalização na execução dos programas e principalmente a fiscalização durante a realização dos exames. O aluno prestava suas provas quase que a vontade. Por ocasião dos exames subdividimos as turmas e colocamos dois professores-fiscais, afim de coibir a “cola”, o que acreditamos estar quase abolida. Com esses hábitos o aluno não estudava e procurava fazer sua prova usando de meios ilícitos e condenáveis. Com o saneamento desses vícios gradativamente os alunos não compreendendo e o nível vai melhorando. Hoje possuímos várias séries verdadeiramente excelentes, em virtude do expurgo que temos feito. Se assim conseguirmos levar por alguns anos o nível secundário, neste colégio, vai ser invejado e muito melhor se for imitado por nossos comparsas. Daí então atingiremos o verdadeiro objetivo do curso secundário: preparar os adolescentes para direto ingresso nos exames vestibulares. Como irá verificar nas peças seguintes: a autoridade que este examinar, a porcentagem de aprovações deixa a desejar. Não tem sido descuido desta diretoria, pois, mensalmente fazemos o estudo de caso por caso; a análise dos verdadeiros culpados ou responsáveis pelo destino da mocidade, dentro do seguinte quadro: 1º Deficiência da Diretoria; 2º Deficiência do corpo docente ; 3º Deficiência dos programas de ensino; 4º Deficiência dos livros didáticos adotados; 5º Deficiência de Orientação educacional; 6º Deficiência das instalações, ou outros fatores. Concluímos que as maiores deficiências estão nos programas, agravados com a grande quantidade de distrações existentes no mundo exterior, que despertam muito mais o interesse do adolescente colocando à margem os deveres escolares. Daí a grande luta que temos tido de trazer o aluno para o colégio colocando-o em casa e à vontade, e ainda, fazendo com que o ensino se torne objetivo e interessante. Estamos vivamente preocupados e empenhados no levantamento do nível intelectual e moral dos nossos jovens, preocupação máxima do nosso ideal. Para o corrente ano e para os anos subseqüentes pretendemos apresentar melhores porcentagens de aproveitamento que será e servirá de teste para a nossa orientação, corrigindo as nossas falhas. (RELATÓRIO, 1958, s/p).

O relatório de 1958 apresenta também a criação do curso ginásial matutino, quando o diretor registra sua simpatia pelo atual Governo do Estado rendendo louvores ao Exmº Sr. Dr. João Ponce de Arruda, digníssimo Governador do Estado, grande admirador e benfeitor da causa da educação, segundo registro. Acrescenta ainda que o objetivo principal dessa ação foi atender a um maior número de alunos e melhor aproveitar as atuais instalações, como se essa expansão já não fosse necessária há muito tempo. (RELATÓRIO, 1958).

No relatório de 1959 registra-se que neste mesmo ano concluirá a 4ª série ginásial a 1ª turma do curso matutino que foi autorizado em 1956, no novo prédio do colégio. Mesmo no novo prédio as reclamações quanto à estrutura continuavam sendo registradas no relatório,

destacando salas de aula em número insuficiente e pequenas, além de mal localizadas no terreno, consideravam como deficiências injustificáveis do colégio, a existência de somente uma sala ambiente, a de Ciências, que estava sendo improvisada para Química, Física e História Natural, com inúmeras falhas. Necessitando também, salas de desenho, trabalhos manuais, geografia e história e de Línguas Vivas, conforme exigia o Ministério da Educação e Cultura. (RELATÓRIO, 1959).

Neste mesmo ano a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES), subordinada à Diretoria do Ensino Secundário, do Ministério da Educação e Cultura, realizou no colégio o 3º Curso de Orientação para professores secundários no Estado, segundo registros com excelentes resultados.

Dois anos depois, surge a Lei de Diretrizes e Bases, Lei nº 4024, de 20 de dezembro de 1961, que estabeleceu um núcleo comum de disciplinas obrigatórias no currículo das escolas de nível médio. A Lei porém, incentivava novos modelos de organização escolar para o ensino secundário, não fixando um currículo rígido para todo território nacional, flexibilizando a inserção de disciplinas optativas ao currículo. No ginásio eram ministradas nove disciplinas, sendo no mínimo cinco e no máximo sete de caráter intelectual. Oferecendo desta forma, um pouco de autonomia as escolas.

Na dissertação de Rocha (2007) podemos ver como ocorria essa organização curricular na Escola Estadual Maria Constança Barros Machado na 1ª e 2ª séries do ginásio no período de 1962,

O currículo da primeira e segunda séries era composto por nove disciplinas: cinco disciplinas obrigatórias de caráter intelectual, uma prática educativa (educação física) e três disciplinas optativas, sendo que uma apenas de encaminhamento para futura profissão (práticas industriais), uma de caráter artístico (canto) e outra de caráter intelectual (francês). (ROCHA, 2007, p.65).

Segundo Rocha (2007), a distribuição do número de aulas, privilegiava as disciplinas do currículo clássico, visando a preparação para o curso superior.

Em 1971, o Colégio Estadual Campo-Grandense passou, em homenagem a sua fundadora a chamar-se Escola Estadual de Primeiro e Segundo Graus Maria Constança Barros Machado, atendendo a legislação vigente, após 1990, passa a ser denominado Escola Estadual Maria Constança Barros Machado. O edifício foi restaurado e reformado em março de 1996,

no dia 23/07/97, foi oficializado o tombamento da Escola, passando a ser Patrimônio Histórico de Mato Grosso do Sul.

Atualmente a rua onde se localiza a Escola Estadual Maria Constança Barros Machado denomina-se Marechal Cândido Rondon, ao redor do bairro encontramos os quartéis militares e também a Base Aérea da Aeronáutica, com a expansão da cidade, essa rua liga a área central com a parte oeste da cidade.

E é nesta escola que a pesquisa acontece, e os dados analisados no próximo capítulo ajudarão a comprovar seu grau de seletividade, por meio do exame de admissão.

3 O EXAME DE ADMISSÃO NA PRIMEIRA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO SECUNDÁRIO

Este capítulo destina-se a analisar, a partir das fontes coletadas da Escola Estadual Maria Constança Barros Machado, as atas do exame de admissão, quadro geral de matrículas e estatísticas de aproveitamento no período de 1942 a 1971, os seguintes dados: número de alunos inscritos e aprovados no exame de admissão e número de alunos matriculados no 1º ano do ensino secundário, no período de 1942 a 1971.

A partir dos dados foram estabelecidas as características da relação entre o percentual dos alunos que passaram no exame de admissão e os matriculados no 1º ano do ensino secundário, comprovando a seletividade que o exame de admissão conferia ao ensino secundário e também à Escola Estadual Maria Constança Barros Machado²².

3.1 OS CAMINHOS DO EXAME DE ADMISSÃO NA LEGISLAÇÃO NACIONAL

A Escola Estadual Maria Constança Barros Machado tinha muita expressão na cidade de Campo Grande, tanto que os alunos que lá estudavam consideravam-se “elites”. A hipótese deste trabalho é de que isso ocorria devido à seletividade do exame de admissão.

Esse exame aparece pela primeira vez, porém não em caráter nacional, no Decreto nº 8.659, de 5 de abril de 1911, que aprova a lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental na República, destacando que para requerer matrícula no Colégio Pedro II, o candidato se sujeitará a um exame de admissão, que constará de prova escrita e oral da língua vernácula, rudimento de língua francesa, de ortografia e de história do Brasil e aritmética elementar. (BRASIL, 1911).

Em âmbito nacional, o exame de admissão ao Ginásio, foi instituído pelo Decreto nº 19.890 de 18/04/31, assinado por Francisco Campos, então Ministro da Educação e Saúde Pública, que perdurou até a Lei 5692/1971.

O Colégio Pedro II foi a primeira instituição a usar legalmente o termo “secundário”, sua fundação, instituída como de instrução secundária, ocorreu com o Decreto de 02 de dezembro de 1837, que estabelece em seu art. "1º) O Seminario do S. Joaquim he convertido em collegio de instrucção secundaria; art. 2º) Este collegio he denominado - Collegio de

²² Os documentos que constituíram as fontes para esses dados estão nos anexos gravados em DVD.

Pedro II". (BRASIL, 1837). Em contraposição às aulas isoladas que ocorriam na colônia, o Colégio marca o início da ação do governo central na organização sistemática desse campo de ensino (ZOTTI, 2005).

O Colégio Pedro II era referência para os demais estabelecimentos de ensino secundários do período. Podemos observar isso claramente no Decreto nº 19.890, de 18 de Abril de 1931, que dispõe sobre a organização do ensino secundário, o art. 1º destaca que "O ensino secundário oficialmente reconhecido, será ministrado no Colégio Pedro II e em estabelecimentos sob regime de inspeção oficial" (BRASIL, 1931).

O Governo Federal, ao promover o Colégio Pedro II como modelo para obtenção do privilégio da equiparação a ele, tinha como estratégia legislar indiretamente para o secundário de todo o país, tanto que a partir dos anos de 1930, a educação passou a ser vista como questão nacional.

A equiparação fazia parte das diferentes estratégias de controle e normalização do ensino secundário e ao mesmo tempo consolidava o Colégio Pedro II como padrão a ser seguido. De acordo com o Decreto nº 19.890, de 18 de Abril de 1931 art. 44

Serão oficialmente equiparados para o efeito de expedir certificados de habilitação, válidos para os fins legais, aos alunos nele regularmente matriculados, os estabelecimentos de ensino secundário mantidos por governo estadual, municipalidade, associação ou particular [...] (BRASIL, 1931).

A concessão para equiparação era requerida ao Ministério da Educação e Saúde Pública, que faria verificar pelo Departamento Nacional do Ensino se o estabelecimento satisfazia as condições essenciais de instalações, edifícios e material didático, preenchendo os requisitos mínimos prescritos pelo Departamento Nacional do Ensino; o corpo docente deveria estar inscrito no Registro de Professores; ter regulamento aprovado pelo Departamento Nacional do Ensino e oferecer garantias de funcionamento normal pelo período mínimo de dois anos. Satisfeitas essas exigências e após pagamento da cota anual mínima de inspeção, o estabelecimento ficaria em regime de inspeção preliminar por prazo não inferior a dois anos. (BRASIL, 1931).

As condições para equiparação não se limitavam somente à estrutura física, material pedagógico e corpo docente, os exames de admissão de todas as escolas de ensino secundário deveriam seguir os critérios estabelecidos no Colégio Pedro II.

O Decreto nº 19.890, de 18 de Abril de 1931, que dispõe sobre admissão ao curso

secundário estabelece os seguintes critérios, nos moldes do Colégio Pedro II:

Art. 19. O candidato a exame de admissão provará ter a idade mínima de 11 anos.

Parágrafo único. Quando o estabelecimento se destinar à educação de rapazes e o regime for o de internato, a idade do candidato não excederá de 13 anos.

Art. 20. Não será permitida inscrição para exame de admissão, na mesma época, em mais de um estabelecimento do ensino secundário, sendo nulos os exames realizados com transgressão deste dispositivo.

Art. 21. O exame de admissão se realizará no estabelecimento de ensino em que o candidato pretender matrícula.

Parágrafo único. A banca examinadora será constituída, no Colégio Pedro II, por três professores do mesmo, designados pelo diretor; nos estabelecimentos sob regime de inspeção permanente ou preliminar, por dois professores do respectivo quadro docente, sob a presidência de um dos inspetores do distrito.

Art. 22. O exame de admissão constará de provas escritas, uma de português, (redação e ditado) e outra de aritmética (cálculo elementar), e de provas orais sobre elementos dessas disciplinas e mais sobre rudimentos de Geografia, História do Brasil e Ciências naturais.

Art. 23. O Departamento Nacional do Ensino expedirá instruções que regulem o processo e julgamento dessas provas. (BRASIL, 1931).

Já no Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de Abril de 1942 na Lei Orgânica do Ensino Secundário, o Colégio Pedro II não aparece mais como referência, pelo menos não era citado. Apresentam-se os seguintes critérios para admissão aos cursos:

Art. 31. O candidato à matrícula na primeira série de qualquer dos cursos do que trata esta lei, deverá apresentar prova de não ser portador de doença contagiosa e de estar vacinado.

Art. 32. O candidato à matrícula no curso ginásial deverá ainda satisfazer as seguintes condições:

- a) ter pelo menos onze anos, completos ou por completar, até o dia 30 de junho;
- b) ter recebido satisfatória educação primária;
- c) ter revelado, em exames de admissão, aptidão intelectual para os estudos secundários.

Art. 33. O candidato à matrícula no curso clássico ou no curso científico deverá ter concluído o curso ginásial. (BRASIL, 1942).

Esse Decreto ainda destacava que o ensino secundário será ministrado em dois ciclos. O primeiro ciclo compreenderá somente o curso ginásial com duração de quatro anos, oferecendo aos adolescentes os elementos fundamentais do ensino secundário. O segundo ciclo compreenderá dois cursos paralelos: o curso clássico que contribuirá para a formação

intelectual, além de um maior conhecimento de filosofia e um acentuado estudo das letras antigas e o curso científico que será marcada por um estudo maior de ciências, ambos com duração de três anos. (BRASIL, 1942).

Portanto, aos alunos que concluíssem o curso clássico ou o curso científico, mediante a prestação dos exames de licença²³ era assegurado o direito de ingresso em qualquer curso do ensino superior, ressalvadas, em cada caso, as exigências peculiares à matrícula. (BRASIL, 1942).

Na Escola Estadual Maria Constança Barros Machado os exames de admissão de 1ª época eram realizados no mês de dezembro do ano corrente e os de segunda época no mês de fevereiro do ano seguinte, porém os documentos consideravam o ano do exame da 1ª época como o ano de estudos, e registravam o exame de 2ª época com a vigência do ano da 1ª época, por isso na análise dos dados foram necessárias algumas adaptações para melhor compreensão das estatísticas. Como por exemplo, considerar o ano do exame de 2ª época como o ano vigente de estudos, desta forma o de 1ª época ocorria no ano anterior.

Conforme estabelece o Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942, que trata sobre a Lei Orgânica do Ensino Secundário e no Capítulo VI dos exames de admissão onde registra:

Art. 34. Os exames de admissão poderão ser realizados em duas épocas, uma em dezembro e outra em fevereiro.

§ 1º O candidato a exames de admissão deverá fazer, na inscrição, prova das condições estabelecidas pelo art. 31, e pelas duas primeiras alíneas do art. 32, desta lei.

§ 2º Poderão inscrever-se aos exames de admissão de segunda época os candidatos que, em primeira época, os não tiverem prestado ou neles não tenham sido aprovados.

§ 3º O candidato não aprovado em exames de admissão num estabelecimento de ensino secundário não poderá repeti-lo em outro, na mesma época. (BRASIL, 1942).

A 1ª época dos exames de admissão, que correspondia ao mês de novembro ou dezembro do ano anterior ao de ingresso no 1º ano do Ginásio era sempre a mais disputada, pois na verdade quem fazia a 2ª época eram os remanescentes da 1ª época.

De acordo com o Regulamento do Liceu Campograndense, de 1938, o nome dos

²³ De acordo com o Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de Abril de 1942 "Art. 53. A conclusão dos estudos secundários, de primeiro e de segundo ciclo, só se verificará pelos exames de licença. Art. 54. Serão admitidos a prestar exames de licença os candidatos para este efeito devidamente habilitados. Art. 55. Os exames de licença serão de duas categorias : 1. Exames de licença ginásial, para conclusão dos estudos de primeiro ciclo. 2. Exames de licença clássica e exames de licença científica, para conclusão dos estudos, respectivamente, do curso clássico e do curso científico" (BRASIL, 1942).

candidatos convocados, para as provas escritas e orais, encontravam-se em editais afixados na portaria do estabelecimento e publicados no Diário Oficial, sendo os exames prestados de acordo com os moldes adotados no Colégio Pedro II, levando em consideração as instruções que eram publicadas pela administração do Liceu em Dezembro de cada ano. (REGULAMENTO DO LICEU CAMPOGRANDENSE, 1938).

3.2 OS CAMINHOS DO EXAME DE ADMISSÃO NA ESCOLA ESTADUAL MARIA CONSTANÇA BARROS MACHADO

As tabelas a seguir apresentam a compilação e análise dos dados coletados na Escola Estadual Maria Constança Barros Machado sobre o exame de admissão e as matrículas na 1ª série do Curso Ginásial no período de 1942 a 1971. Destacando que todos os cálculos de percentuais, foram realizados com base na população com idade de 10 anos e mais (conforme especifica o IBGE), que está apta para o ingresso no ensino secundário.

Na escola Estadual Maria Constança Barros Machado como se vê na Tabela 5 (a seguir) com dados dos anos de 1942 a 1949, o percentual de aprovados no exame de admissão e matriculados na 1ª série do curso ginásial, em relação à população de Campo Grande de 10 anos e mais no período de 1940 era de "3.541", percebemos de maneira geral que os percentuais de aprovados é bem inferior ao número de inscritos, indicando o grau de seletividade do exame de admissão. (IBGE, 1940).

Os campos tracejados apresentados nas Tabelas 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12 a seguir, significam que os dados não foram encontrados.

Tabela 5 - Percentual de inscritos e aprovados no exame de admissão e matriculados na 1ª série do curso ginásial da Escola Estadual Maria Constança Barros Machado em relação a população de 10 anos e mais de Campo Grande no ano de 1940

Ano	Inscritos no exame de admissão	Percentual de inscritos no exame de admissão	Aprovados no exame de admissão	Percentual de aprovados no exame de admissão	Matriculados na 1ª série do curso ginásial	Percentual de matriculados na 1ª série do curso ginásial
1942	63	1,77%	45	1,27%	58	1,63%
1943	106	2,99%	64	1,80%	102	2,88%
1944	91	2,56%	63	1,77%	82	2,31%
1945	157	4,43%	81	2,28%	95	2,68%
1946	135	3,81%	72	2,03%	97	2,73%
1947	230	6,49%	96	2,71%	114	3,21%
1948	213	6,01%	69	1,94%	-----	-----
1949	295	8,33%	95	2,68%	-----	-----

Fonte: Quadro elaborado a partir das informações extraídas das atas do exame de admissão encontradas na Escola Estadual Maria Constança Barros Machado no período de 1942 a 1949.

Organização: Menegheti, 2013.

Tabela 6 - Percentual de aprovados no exame de admissão e matriculados na 1ª série do curso ginásial, em relação ao número de inscritos nos anos de 1942 a 1949 no exame de admissão da Escola Estadual Maria Constança Barros Machado

Ano	Inscritos no exame de admissão	Aprovados no exame de admissão	Percentual de aprovados no exame de admissão	Matriculados na 1ª série do curso ginásial	Percentual de matriculados na 1ª série do curso ginásial
1942	63	45	71,42%	58	92,06%
1943	106	64	60,37%	102	96,22%
1944	91	63	69,23%	82	91,20%
1945	157	81	51,59%	95	60,50%
1946	135	72	53,33%	97	71,85%
1947	230	96	41,73%	114	49,56%
1948	213	69	32,39%	-----	-----
1949	295	95	32,20%	-----	-----

Fonte: Quadro elaborado a partir das informações extraídas das atas do exame de admissão encontradas na Escola Estadual Maria Constança Barros Machado no período de 1942 a 1949.
Organização: Menegheti, 2013.

Quando verificamos somente a Tabela 6 com os dados do percentual de aprovados no exame de admissão e matriculados na 1ª série do curso ginásial, em relação ao número de inscritos nos anos de 1942 a 1949 no exame de admissão da escola, verificamos que o número de inscritos e aprovados no exame de admissão cresceu gradualmente, mas não na mesma proporção, tanto que em 1948 e 1949 o percentual de aprovados caiu sensivelmente, contudo o número de inscritos cresce consideravelmente nestes períodos, ou seja, parece que o número de vagas oferecido não era suficiente para a população interessada em cursar o ginásial.

Em uma visão geral de 1942 a 1949 comparando os dados das Tabela 6 e 7, o número de alunos matriculados na 1ª série do curso ginásial na Escola Estadual Maria Constança Barros Machado, era um número muito pequeno em relação à população de 10 anos e mais de Campo Grande. O maior número de aprovados constatado na Tabela 6, que corresponde ao percentual de aprovados em relação a população com idade referente a entrada ao 1º ano do ginásio, foi em 1947, com um percentual de 2,71%.

Percebe-se também, na Tabela 3 que o percentual de matriculados é superior ao percentual de aprovados no exame de admissão, devido às transferências de estudantes advindos de outras cidades, das escolas privadas da cidade e também aos repetentes, já que o exame de admissão acontecia somente para a entrada nos ginásios das escolas públicas. Depoimento em Braga (2005) indica que os estudantes matriculavam-se nas escolas privadas, estudavam alguns meses e depois pediam transferência para a escola pública, dessa forma

também poderiam ingressar no Ginásio. Em documento de guias de transferências (anexos) de 1943, havia o registro de vinte transferências para a 1ª série e uma outra relação de transferências de quatorze nomes para 1ª e 2ª séries para a Escola Estadual Maria Constança Barros Machado, naquele período denominado Ginásio Estadual Campograndense.

Em um outro documento de 1944, que também consta nos anexos, encontramos o registro de trinta e duas transferências para o então Ginásio Estadual Campograndense, sendo dezenove procedentes dos Colégios particulares de Campo Grande como Dom Bosco, Osvaldo Cruz e Nossa Senhora Auxiliadora, os demais provenientes de outras regiões do Brasil, dentre estes nove eram para a 1ª série, dez para a 2ª série, oito para 3ª série e cinco para a 4ª série, isso comprova a importância naquele período de um Ginásio público para população.

Não é a toa que os relatórios encontrados na escola apresentavam guias de transferências, segundo Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de Abril de 1942

Art. 36. É permitida a transferência de um para outro estabelecimento de ensino secundário. Art. 37. É admissível a transferência de aluno proveniente de estabelecimento estrangeiro de ensino secundário, de reconhecida idoneidade. Parágrafo único. O aluno transferido no caso deste artigo será adaptado por forma conveniente, ao plano de estudos desta lei. (BRASIL, 1942).

O número de transferências cai bastante em 1944, quando houve somente seis transferências de alunos que se encaixavam neste decreto, segundo relatórios encontrados na Escola Estadual Maria Constança Barros Machado. (RELATÓRIO, 1944)

Em 1950 a situação em Mato Grosso como vimos no capítulo anterior nas Tabelas 3 e 4, era de 44,43% as pessoas de 5 anos e mais que sabiam ler e escrever e 12,64% que concluíram o ensino secundário. Em Campo Grande, no mesmo período, 66,15% sabiam ler e escrever e 16,59% concluíram o ensino secundário.

Porém, o percentual de alunos matriculados no único "Ginásio Público" da cidade, como era denominada a Escola Estadual Maria Constança Barros Machado, varia de 0,74% a 1,61% (Tabela 7 a seguir) no período de 1950 a 1959, indicando mais uma vez o caráter seletivo do exame de admissão.

Tabela 7 - Percentual de inscritos e aprovados no exame de admissão e matriculados na 1ª série do curso ginásial da Escola Estadual Maria Constança Barros Machado em relação a população de 10 anos e mais de Campo Grande no ano de 1950

Ano	Inscritos no exame de admissão	Percentual de inscritos no exame de admissão	Aprovados no exame de admissão	Percentual de aprovados no exame de admissão	Matriculados na 1ª série do curso ginásial	Percentual de matriculados na 1ª série do curso ginásial
1950	282	2,19%	85	0,66%	-----	-----
1951	288	2,24%	68	0,52%	105	0,81%
1952	268	2,08%	81	0,63%	96	0,74%
1953	229	1,78%	124	0,96%	131	1,01%
1954	236	1,83%	105	0,81%	113	0,87%
1955	410	3,18%	115	0,89%	128	0,99%
1956	405	3,15%	129	1%	126	0,98%
1957	467	3,63%	158	1,22%	191	1,48%
1958	476	3,70%	134	1,04%	208	1,61%
1959	531	4,13%	124	0,96%	166	1,29%

Fonte: Quadro elaborado a partir das informações extraídas das atas do exame de admissão encontradas na Escola Estadual Maria Constança Barros Machado no período de 1950 a 1959.

Organização: Menegheti, 2013.

Na Escola Estadual Maria Constança Barros Machado quando verificamos na Tabela 7, que mostra os dados dos anos de 1950 a 1959 a respeito do percentual de inscritos e aprovados no exame de admissão, e matriculados na 1ª série do Curso Ginásial, em relação a população de 10 anos e mais de Campo Grande no período de 1950 que era de "12.854" , percebemos, que o crescimento da população não é proporcional ao percentual de pessoas com acesso a esse grau de ensino. Observa-se também na Tabela 7, que nos anos de 1958 e 1959 o percentual de inscritos cresceu consideravelmente, atingindo os percentuais mais altos de todo o período , contudo o número de aprovados 1,04% e 0,96 % respectivamente e matriculados 1,61% e 1,29% respectivamente, passa bem longe desse resultado. (IBGE, 1950).

Veremos então como ficam esses dados em relação ao percentual de inscritos no exame de admissão da Escola Estadual Maria Constança Barros Machado apresentados na Tabela 8.

Tabela 8 - Percentual de aprovados no exame de admissão e matriculados na 1ª série do curso ginásial, em relação ao número de inscritos nos anos de 1950 a 1959 no exame de admissão da Escola Estadual Maria Constança Barros Machado

Ano	Inscritos no exame de admissão	Aprovados no exame de admissão	Percentual de aprovados no exame de admissão	Matriculados na 1ª série do curso ginásial	Percentual de matriculados na 1ª série do curso ginásial
1950	282	85	30,14%	-----	-----
1951	288	68	23,61%	105	36,45%
1952	268	81	30,22%	96	35,82%
1953	229	124	54,14%	131	57,20%
1954	236	105	44,49%	113	47,88%
1955	410	115	28,04%	128	31,21%
1956	405	129	31,85%	126	31,11%
1957	467	158	33,83%	191	40,89%
1958	476	134	28,15%	208	43,69%
1959	531	124	23,35%	166	31,26%

Fonte: Quadro elaborado a partir das informações extraídas das atas do exame de admissão encontradas na Escola Estadual Maria Constança Barros Machado no período de 1950 a 1959.
Organização: Menegheti, 2013.

Quando verificamos a Tabela 8 com o percentual de aprovados no exame de admissão e matriculados na 1ª série do curso ginásial, em relação ao número de inscritos nos anos de 1950 a 1959 no exame de admissão da escola, conseguimos verificar um resultado bem diversificado no percentual de pessoas aprovadas.

Ao compararmos os percentuais de pessoas aprovadas no exame de admissão no período de 1950 a 1959 (Tabela 8) com os percentuais do período de 1942 a 1949 (Tabela 6), o maior percentual de aprovados no exame de admissão em 1944 foi de 69,23% e o de matriculados na 1ª série do curso ginásial em 1943, foi de 96,22% contra 54,14% (Tabela 8) de aprovados no exame de admissão em 1953 e 57,20% (Tabela 8) de matriculados no mesmo período, dos alunos matriculados na 1ª série do curso ginásial, percebemos uma grande queda nesses índices de 1950 a 1959, talvez devido ao número de vagas disponível em cada ano, porém evidenciamos um crescimento gradual no número de inscritos.

Em um ofício datado de 4 de julho de 1956, encaminhado ao Dr. Manoel Bonifácio Nunes da Cunha secretário da Educação, Cultura e Saúde, pelo diretor Ernesto Garcia, onde descreve que o número de alunos é maior do que a capacidade do colégio, dispondo o colégio de 8 salas de aula com capacidade para 400 alunos e que naquele momento estava com 11 salas de aula, sendo 3 improvisadas, entre elas o auditório, sala de espera do dispensário médico e a terceira no laboratório de física e química, somando a frequência de 500 alunos. Destacava também que a sala do 3º científico²⁴ não funcionava neste ano devido à falta de

²⁴ Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942 que subdividia o 2º ciclo em Curso Clássico e Curso Científico com duração de três anos.

sala e instalações necessárias para as aulas práticas. Pede também abertura de outro turno e a explicitação de algumas propostas para que isso se realize, como por exemplo o aumento do número de professores e funcionários da escola e o devido orçamento para tal. Ainda o orçamento inclui a pavimentação da praça de educação física e a construção do muro em volta do colégio.

Apesar de poucas vagas, somente em setembro de 1956 foi autorizado o funcionamento do Colégio no turno matutino, que até então funcionava somente com o turno vespertino, conforme consta em uma cópia do ofício encaminhado pelo então diretor Ernesto Garcia ao Prof^o Gildásio Amado, diretor do Ensino Secundário no Ministério da Educação e Cultura, que apresenta um telegrama de aprovação do governador para abertura do turno matutino em virtude do excessivo número de alunos e pedido de vagas, pedia os devidos esclarecimentos sobre as providências a serem tomadas para a possível regularização do turno para o ano seguinte.

As vagas oferecidas realmente não eram muitas, como comprova cópia de um ofício encontrado nos livros de relatórios datado de 25 de outubro de 1956, encaminhado pelo então diretor Ernesto Garcia de Araújo ao diretor do Colégio Pedro II onde afirma que respeita a Portaria nº 556, de 30 de junho de 1954, no artigo 16, que estabelece o número de vagas para os colégios, registrando que o número de vagas oferecidas nunca foi superior ao Colégio Pedro II.

O relatório de 1958 da Escola Estadual Maria Constança Barros Machado, a respeito dos exames de admissão à 1ª série ginasial, registra que os resultados eram desastrosos e que isso causava muita preocupação, porém justificaram que o maior responsável pelo grande número de reprovações nestes exames é a falta de conhecimentos dos alunos, ressaltando ainda que concordavam com o Ministério da Educação e Cultura, e este último não poderia adotar um sistema mais simples e fácil. (RELATÓRIO, 1958).

Esse registro deixa claro que a política vigente de seleção para o ensino secundário estava presente, e inclusive apoiada pela escola, onde na verdade, o exame de admissão servia como um instrumento de seleção para dificultar e até barrar a entrada de muitos jovens ao ensino secundário, já que não havia vagas para todos.

No relatório de 1959 também encontramos registros considerando desastrosos os resultados do exame de admissão daquele ano. Podemos perceber que essa era uma queixa constante, mas a própria comunidade escolar apoiava este tipo de seleção, pois nenhuma escola gostaria de apresentar maus resultados ou indisciplina, tanto que a disciplina é um item registrado no relatório como "verdadeiramente boa, não há casos especiais". (RELATÓRIO,

1959).

Os dados do período de 1960 a 1969 coletados na Escola Estadual Maria Constança Barros Machado a respeito do exame de admissão podem ajudar a conseguir informações importantes para analisar o Ginásial em Campo Grande, como veremos nas Tabelas 9 e 10 a seguir.

Tabela 9 - Percentual de inscritos e aprovados no exame de admissão e matriculados na 1ª série do curso ginásial da Escola Estadual Maria Constança Barros Machado em relação a população de 10 anos e mais de Campo Grande no ano de 1960

Ano	Inscritos no exame de admissão	Percentual de inscritos no exame de admissão	Aprovados no exame de admissão	Percentual de aprovados no exame de admissão	Matriculados na 1ª série do curso ginásial	Percentual de matriculados na 1ª série do curso ginásial
1960	495	2,77%	111	0,62%	198	1,11%
1961	472	2,64%	65	0,36%	145	0,81%
1962	----	-----	----	-----	158	0,88%
1963	-----	-----	----	-----	-----	-----
1964	180	1,01%	48	0,27%	-----	-----
1965	125	0,70%	34	0,19%	-----	-----
1966	105	0,59%	34	0,19%	-----	-----
1967	76	0,43%	36	0,20%	-----	-----
1968	522	2,92%	187	1,05%	-----	-----
1969	601	3,37%	163	0,91%	-----	-----

Fonte: Quadro elaborado a partir das informações extraídas das atas do exame de admissão encontradas na Escola Estadual Maria Constança Barros Machado no período de 1960 a 1969.

Quando verificamos na Tabela 9 os dados dos anos de 1960 a 1969 que apresenta o percentual de inscritos e aprovados no exame de admissão, e matriculados na 1ª série do curso Ginásial, em relação a população de 10 anos e mais de Campo Grande no período de 1960 que era de "17.860", notamos que o número absoluto de inscritos cresceu bastante, porém o percentual em relação a população não mudou muito, o número de aprovados diminuiu bastante tanto em relação a população de 10 anos e mais, como em relação ao número de inscritos, comprovando mais uma vez nessa escola a seletividade do exame de admissão. O crescimento da população de 10 anos e mais não é proporcional ao percentual de pessoas com acesso a esse grau de ensino, podemos observar ainda na Tabela 6 que no ano de 1969 o número de inscritos atingiu o maior índice de todos os períodos analisados. (IBGE, 1960)

Analisaremos na Tabela 10 os índices apresentados pela escola no período de 1960 a 1969.

Tabela 10 - Percentual de aprovados no exame de admissão e matriculados na 1ª série do curso ginásial, em relação ao número de inscritos nos anos de 1960 a 1969 no exame de admissão da Escola Estadual Maria Constança Barros Machado

Ano	Inscritos no exame de admissão	Aprovados no exame de admissão	Percentual de aprovados no exame de admissão	Matriculados na 1ª série do curso ginásial	Percentual de matriculados na 1ª série do curso ginásial
1960	495	111	22,42%	198	40%
1961	472	65	13,77%	145	30,72%
1962	-----	-----	-----	158	-----
1963	-----	-----	-----	-----	-----
1964	180	48	26,67%	-----	-----
1965	125	34	27,2%	-----	-----
1966	105	34	32,38%	-----	-----
1967	76	36	47,36%	-----	-----
1968	522	187	35,82%	-----	-----
1969	601	163	27,12%	-----	-----

Fonte: Quadro elaborado a partir das informações extraídas das atas do exame de admissão encontradas na Escola Estadual Maria Constança Barros Machado no período de 1960 a 1969.

Observando a Tabela 10 com o percentual de aprovados no exame de admissão e matriculados na 1ª série do curso ginásial, em relação ao número de inscritos nos anos de 1960 a 1969 no exame de admissão da escola, não conseguimos encontrar um crescimento gradual, em nenhum desses anos (de 1960 a 1969) o percentual de aprovados não chegou a 50%, demonstrando mais uma vez a seletividade do exame de admissão. A diferença dos aprovados no exame de admissão e dos inscritos é muito grande, principalmente em 1961, que atinge um percentual de 13,77%, o menor do período.

No relatório da escola de 1959, as informações registradas são as mesmas do relatório do ano de 1960, inclusive a respeito do exame de admissão que consideravam os resultados desastrosos e nada de soluções para mudar esse quadro, até porque nem era esse o interesse da escola, já que não havia vagas para todos.

Por meio das Tabelas 11 e 12 que apresentam os dados do exame de admissão da Escola Estadual Maria Constança Barros Machado no período de 1970 e 1971, vamos analisar se os dados continuam reafirmando a seletividade do exame de admissão. Lembrando que os campos tracejados apresentados nas tabelas a seguir, significam que os dados não foram encontrados.

Tabela 11 - Percentual de inscritos e aprovados no exame de admissão e matriculados na 1ª série do curso ginásial da Escola Estadual Maria Constança Barros Machado em relação a população de 10 anos e mais de Campo Grande no ano de 1970

Ano	Inscritos no exame de admissão	Percentual de inscritos no exame de admissão	Aprovados no exame de admissão	Percentual de aprovados no exame de admissão	Matriculados na 1ª série do curso ginásial	Percentual de matriculados na 1ª série do curso ginásial
1970	476	2,67%	475	2,66%	-----	-----
1971	403	2,26%	331	1,85%	-----	-----

Fonte: Quadro elaborado a partir das informações extraídas das atas do exame de admissão encontradas na Escola Estadual Maria Constança Barros Machado no período de 1970 e 1971.

Quando analisamos a Tabela 11, que mostra os dados dos anos de 1970 e 1971 a respeito do percentual de inscritos e aprovados no exame de admissão, e matriculados na 1ª série do curso ginásial, em relação a população de 10 anos e mais de Campo Grande no período de 1970 que somava "46.644", podemos observar que o número de inscritos no exame de admissão no ano de 1970 foi de 1,7% a menos, se compararmos com os dados de 1969 que foi de 3,37% (Tabela 9), porém o que notamos diferença neste ano de 1970, dos anos anteriores analisados, é que apenas uma pessoa reprovou no exame de admissão, o percentual dos inscritos e dos aprovados no exame de admissão foi quase o mesmo. (IBGE, 1970).

Tabela 12 - Quadro 12 - Porcentagem de aprovados no exame de admissão e matriculados na 1ª série do curso ginásial, em relação ao número de inscritos nos anos de 1970 e 1971 no exame de admissão da Escola Estadual Maria Constança Barros Machado

Ano	Inscritos no exame de admissão	Aprovados no exame de admissão	Porcentagem de aprovados no exame de admissão	Matriculados na 1ª série do curso ginásial	Porcentagem de matriculados na 1ª série do curso ginásial
1970	476	475	99,78%	-----	-----
1971	403	331	82,13%	-----	-----

Fonte: Quadro elaborado a partir das informações extraídas das atas do exame de admissão encontradas na Escola Estadual Maria Constança Barros Machado no período de 1970 e 1971.

Observando a Tabela 12 com o percentual de aprovados no exame de admissão e matriculados na 1ª série do curso ginásial, em relação ao número de inscritos nos anos de 1970 e 1971 no exame de admissão da escola, foi o ano que o número de aprovados atingiu um percentual muito bom, tanto que no ano de 1970 atingiu quase 100%.

Comparando os dados sobre o exame de admissão e as matrículas ao Ginásio na Escola Estadual Maria Constança Barros Machado nesse mesmo período, conseguimos

verificar que a seletividade do exame de admissão era muito grande mesmo, pois podemos constatar observando atentamente os dados apresentados nas tabelas que em alguns anos o número de alunos inscritos no exame de admissão foi três vezes maior que o número de aprovados.

O exame de admissão só foi extinto com a Lei nº 5.692, de 11 de Agosto de 1971, que fixou as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, sendo o ensino de 1º Grau obrigatório dos 7 aos 14 anos, com duração de oito anos letivos e o 2º Grau, só poderia fazer após conclusão do 1º Grau, composto de três ou quatro séries anuais, podendo ser concluído em dois anos no mínimo, e cinco no máximo.

Porém, se pensarmos quantas pessoas não continuaram os estudos secundários devido à barreira do exame de admissão, percebemos que o déficit foi grande e que a referida Lei (tardiamente criada) não conseguiu dar conta dessa demanda, para quem não teve a oportunidade (ou não conseguiu passar no exame de admissão) de cursar o ensino secundário na época certa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal objetivo desta pesquisa consistiu em analisar os dados do exame de admissão da Escola Estadual Maria Constança Barros Machado no período de 1942 a 1971.

Os dados analisados confirmaram a hipótese de que o exame de admissão era um importante instrumento de seleção que contribuiu também para o título de "escola exemplar" da Escola Estadual Maria Constança Barros Machado no período de 1942 a 1971.

Para Pessanha et al.,(2007) o sentido dessa exemplaridade tem relação com o próprio prestígio do ensino secundário, ressaltando que esse nível de ensino atendia uma minoria da população em idade escolar, e se constituiu em grau de distinção. Os alunos que passavam no exame de admissão, para ingressarem no ensino secundário nesse período, se destacavam da maioria. E a escola sabia que, devido à seleção do exame de admissão, estaria com os melhores alunos, permitindo a eles distinguir-se daqueles que não trilharam esse mesmo percurso educativo.

Desta forma, a escola funcionava como mecanismo de difusão e circulação de valores, fomentando a ideia de que o sucesso ou o fracasso no percurso escolar do aluno dependia somente de seu próprio mérito ou incompetência.

Analisando as informações dos quadros apresentados no capítulo três, referente ao Recenseamento Nacional de 1940, 1950, 1960 e 1970, da parcela da população total que teve acesso à educação, chegamos a conclusões pouco otimistas, com isso os dados tornaram-se esclarecedores quanto as limitações quantitativas do processo de democratização da escolaridade.

Em relação à seletividade do ensino secundário, quero esclarecer que esta questão já aparecia bem antes do período analisado por esta pesquisa. Nagle (2001) ao destacar no período de 1890 a 1920, a escassez dos estabelecimentos de ensino e da pequena fração de jovens com oportunidade de estudos secundários afirma que:

[...] À base do secundário, padrões econômico-sociais, pedagógicos e político- administrativos contribuem para que este ensino seja seletivo e, sobretudo, preparatório. Taxas, selos e contribuições concorrem para que as escolas secundárias - públicas e particulares -, além de reduzidas em número, sejam instituições pagas, e, mais do que isto, caras. (NAGLE, 2001, p. 191-192).

Vimos também na análise dos dados da Escola Estadual Maria Constança Barros

Machado que a porcentagem de alunos inscritos e aprovados no exame de admissão, e de matriculados na 1ª série do curso ginásial não era significativa em relação a população total da cidade de Campo Grande, no período pesquisado, deixava muito a desejar, não atingindo 1% em nenhum período. Porém, quando a porcentagem era realizada a partir do número de alunos inscritos no exame de admissão da escola, a porcentagem dos aprovados no exame de admissão e matriculados na escola apresentava alguns resultados positivos, tanto que o ano de 1970 foi o que apresentou resultados mais significativos, de quase 100% de aprovação e somente uma reprovação.

Conseguimos perceber pela análise dos dados coletados na escola que a concorrência do exame de admissão foi muito significativa em cada período observado, lembrando que a escolha do período pesquisado (1942-1971) justifica-se por ser em 1942 o efetivo funcionamento das atividades da escola, com autorização de funcionamento conforme exigências Federais e Estaduais, limitando-se até a Lei 5.692 de 1971, que extinguiu o exame de admissão.

O procedimento metodológico escolhido para manipulação das atas do exame de admissão da Escola Estadual Maria Constança Barros Machado e do Censo Demográfico do Brasil, de Mato Grosso e Campo Grande nos períodos de 1940, 1950, 1960 e 1970, permitiu uma visão abrangente da escolarização da população no período pesquisado, com enfoque para o ensino secundário. A análise dos dados, permitiu-nos entender a afirmação de que o ensino secundário formava "elites", quando observou-se uma pequena porcentagem de pessoas matriculadas no ginásio ou que já possuíam esse grau de ensino, ainda mais com um instrumento fortíssimo de retenção à entrada ao ginásio, como o exame de admissão.

Ao tratar da articulação entre o primário e o primeiro ciclo do ensino de nível médio (ensino secundário) Beisiegel (1986) vem confirmar a afirmação explicitada no parágrafo anterior ressaltando que

Esta organização do sistema escolar instituía duas barreiras, uma no plano vertical, na passagem do primário para o primeiro ciclo do nível médio, quando o exame de admissão surgia como um obstáculo real no acesso ao ensino secundário, e outra no plano horizontal, caracterizada pela separação entre os diferentes ramos do ensino de nível médio. Mantinha-se, pois, o que já havia sido designado por Anísio Teixeira como o **padrão dualista** do ensino brasileiro. A legislação em vigor nas décadas de 40 e 50 preservava a antiga organização **dualista** do ensino, caracterizada pela coexistência de algo como dois **sistemas** paralelos de educação, um para o povo em geral e outro para as elites, o primeiro iniciado na escola primária e continuado depois nas escassas escolas profissionais de nível médio então existentes, e o segundo, igualmente iniciado na escola primária e continuado depois na

escola secundária, organizada com a intenção de encaminhar sua clientela para as escolas superiores e para as posições mais privilegiadas na sociedade. (BEISIEGEL, 1986, p.393, grifo do autor).

A população em geral, com o progresso da democracia, resolveu ingressar não na escola prática, mas na acadêmica, contribuindo dessa forma para a expansão da rede de escolas públicas de ensino secundário, ganhando grande e crescente impulso nas décadas seguintes, o que acabou criando condições para mudanças no ensino de nível médio e também da organização formal do sistema escolar no país, como podemos observar no capítulo um desta pesquisa. (BEISIEGEL, 1986).

De acordo com Freitas (1937), verificando as estatísticas educacionais do ano de 1932, somava-se 394 unidades escolares de ensino secundário em todo o país, deste total 58 mantidas pelos poderes públicos e 336 pela iniciativa privada. Matriculados nessas escolas contavam 56.208 alunos, dentre estes 15.903 nas escolas públicas e 40.305 nas escolas particulares. Apesar da participação do ensino público ser bem inferior ao das escolas privadas, que nas décadas seguintes cresceria ainda mais, o ritmo de expansão das escolas públicas foi bem maior e acabaria por inverter esse resultado. Mas ao que parece, em primeiro plano para resolver a falta de vagas no ensino secundário, o Governo Federal delegou a tarefa à iniciativa privada, estimulando o privatismo, ao invés de empregar mais investimentos em educação e tentar suprir as necessidades sociais.

Observando esses dados nacionais, não é de se espantar que no município de Campo Grande o ginásio público, atualmente denominado Escola Estadual Maria Constança Barros Machado, só tenha sido inaugurado em 1938, após já existirem desde a década de 1920 três escolas particulares, as quais ministravam o ensino secundário.

O acesso e a passagem pelo ensino secundário, no período pesquisado, significou para os alunos da Escola Estadual Maria Constança Barros Machado com certeza um mecanismo de mobilidade social, ainda que seletiva, pois quem podia pagar pelo ensino secundário já havia terminado ou estava matriculado em uma das três escolas particulares que já existiam na cidade, bem antes da existência da Escola Estadual Maria Constança Barros Machado.

Não podemos deixar de lembrar que o ensino secundário conduzia os jovens ao ensino superior, e assim comandava todo o sistema de ensino então estruturado, era o único que permitia a efetiva circulação tanto horizontal como vertical, pois todos os demais ficavam circunscritos ao seu próprio âmbito. Sendo assim, a passagem pela escolarização secundária gerava uma certa expectativa, tanto no indivíduo como na família.

A pesquisa a partir dos dados responde que estatisticamente o exame de admissão era seletivo, porém não responde a qual classe social os alunos que passavam no exame de admissão da Escola Estadual Maria Constança Barros Machado pertenciam.

REFERÊNCIAS

- ADIMARI, M. F. **Escola e cidade: os sentidos dos espaços no Maria Constança**. Campo Grande/MS (1954-2004). 2005. 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2005.
- APPLE, M. **Ideologia e currículo**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2006.
- ATA DE INAUGURAÇÃO DO COLÉGIO ESTADUAL CAMPOGRANDENSE, 1939. Caixa 10 (DVD 4), Livro 1. In: PESSANHA, E. C; ASSIS, W. S. **Arquivos digitalizados da Escola Estadual Maria Constança Barros Machado** (Campo Grande/MS) [DVD] /Campo Grande, MS: 4 discos digitais para computador: color.; 4 ¾ pol. v. 4, livros 4; 6; 2011.
- ATESTADO DE REGULAR FUNCIONAMENTO, 1957. **Colégio Estadual Campograndense**. Campo Grande - MT.
- AZEVEDO, F. de. A renovação e unificação do sistema educativo. In: _____. **A transmissão da cultura**. São Paulo: Melhoramentos, 1976. p.163-218.
- AZEVEDO, F. de. et al. **Manifesto dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores 1959**. Recife: Editora Massangana, 2010.
- BARROS, M. C. L. de. **A história da disciplina nas décadas de 1930 e 1940: expressão da fisionomia do estado**. 2000. 174 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2000.
- BEISIEGEL, C. de R. Educação e sociedade no Brasil após 1930. In: PIERUCI, A. F. de O. et al. **O Brasil republicano: economia e cultura (1930-1964)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1986.
- BITTAR, M. **Mato Grosso do Sul, a construção de um estado: regionalismo e divisionismo no sul de Mato Grosso**. v. 1. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2009.
- BITTAR, M.; FERREIRA Jr, A. De freguesia a capital: 100 anos da educação em Campo Grande. In: CUNHA, Francisco A. M. da (Org.). **Campo Grande – 100 anos de construção**. Campo Grande: Matriz Editora, 1999. p. 169-194.
- BOURDIEU, P. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura, In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Org.). **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes 2007.
- BRAGA, H. **O ensino de latim na escola Maria Constança Barros Machado como reflexo da história da disciplina no Brasil (1939-1971)**. 2005. 182 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2005.
- BRAGA, P. H. A. **A disciplina Educação Física no Maria Constança: expressões da cultura escolar no período de 1954-1964**. 2006. 164 f. . Dissertação (Mestrado em Educação)

- Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2006.

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934. Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-1934-16-julho-1934-365196-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 16 jan. 2012.

BRASIL. Decreto de 2 de dezembro de 1837. Convertendo o Seminário de S. Joaquim em collegio de instrução secundaria, com a denominação de Collegio de Pedro II, e outras disposições. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret_sn/1824-1899/decreto-36979-2-dezembro-1837-562344-publicacaooriginal-86295-pe.html> Acesso em: 15 mai. 2012.

BRASIL. Decreto de 8 de novembro de 1890. Regulamento da Instrução Primaria e Secundaria do Districto Federal. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/4_1a_Republica/decreto%20981-1890%20reforma%20benjamin%20constant.htm> Acesso em: 20 set. 2013.

BRASIL. Decreto nº 8.659, de 5 de abril de 1911. Aprova a lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental na República. Rio de Janeiro, 1911. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8659-5-abril-1911-517247-norma-pe.html>> Acesso em: 22 abr. 2012.

BRASIL. Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931. Dispõe sobre a organização do ensino secundário. Rio de Janeiro, 1931. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19890-18-abril-1931-504631-publicacaooriginal-83133-pe.html>> Acesso em: 25 mai. 2012.

BRASIL. Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942. Lei orgânica do ensino secundário. Rio de Janeiro, 1942. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 20 jan. 2012.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de Agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, 1971. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 18 jan. 2012.

BRITO, S. H. de. Educação e sociedade na fronteira oeste do Brasil: Corumbá (1930-1954). 2001. 393 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

CABRAL, P. Formação étnica e demográfica. In: CUNHA, Francisco A. M. da (Org.). Campo Grande – 100 anos de construção. Campo Grande: Matriz Editora, 1999. p. 27-62.

CAMPOS, N. da S. P. Música na cultura escolar: as práticas musicais no contexto da Educação Artística (1971-1996). 2004. 165 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2004.

- CARDOSO, M. A. O ensino de história nas séries iniciais do ensino de primeiro grau na Escola Estadual Maria Constança Barros Machado (1977-2002). 2006. 165 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2006.
- CARVALHO, M. M. C. A escola e a república e outros ensaios. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.
- CERTEAU, M. A escrita da história. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- COSTA, C. Evolução Urbana. In: CUNHA, Francisco A. M. da. (Org.). Campo Grande – 100 anos de construção. Campo Grande: Matriz Editora, 1999. p. 71-82.
- DALLABRIDA, N. A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. In: Educação, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 185-191, maio/ago. 2009.
- DEÁK, C.; SCHIFFER, S.R. O processo de urbanização no Brasil. 1. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- EBNER, I. de A. R. A cidade e seus vazios. Investigação e proposta para os vazios de Campo Grande. Campo Grande: Editora da UFMS, 1999.
- FARIA FILHO, L. M. Conhecimento e cultura na escola: uma abordagem histórica. In: DAYRELL, J. (Org.). Múltiplos olhares sobre educação e cultura. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996. p.127-135.
- FARIA FILHO, L. M. A . Escola no Movimento da Cidade: os grupos escolares em Belo Horizonte. **Educação em Revista**, Belo Horizonte. n. 26, p. 89-101, dezembro. 1997.
- _____. Escolarização, culturas e práticas escolares no Brasil: elementos teórico-metodológicos de um programa de pesquisa. In: LOPES, A. e MACEDO, E. (Orgs.) **Disciplinas e Integração Curricular: História e Políticas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.
- FREITAS, M. A. Teixeira de. **O que dizem os números sobre o ensino primário no Brasil**. SP: Melhoramentos, 1937.
- Haidar, M. L. M. **O Ensino Secundário no Império brasileiro**. São Paulo: Ed. Grijalbo, 1972.
- IBGE. **Censo Demográfico**: 1940. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 nov. 2012.
- IBGE. **Censo Demográfico**: 1950. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 nov. 2012.
- IBGE. **Censo Demográfico**: 1960. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 nov. 2012.

IBGE. **Censo Demográfico**: 1970. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 nov. 2012.

MACHADO, P.C. **Pelas ruas de Campo Grande**. 2. ed. Campo Grande, MS: Instituto histórico e geográfico de Mato Grosso do Sul, 2008.

MILLS, C. W. **A nova classe média**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

MINHOTO, M. A. P. **Da progressão do Ensino Elementar ao Ensino Secundário (1931-1945)**: crítica do exame de admissão ao ginásio. 2007. 303 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2007.

_____. Articulação entre primário e secundário na era Vargas: crítica do papel do estado. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 34, n. 3, p. 449-463, set./dez. 2008.

NAGLE, J. **Educação e sociedade na Primeira República**. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NOGUEIRA, C. M. M.; NOGUEIRA, M. A. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. **Educação e Sociedade**, v. 23, n. 78, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n78/a03v2378.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2011.

NUNES, C. O “velho” e “bom” ensino secundário: momentos decisivos. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, ANPED, n 14, p. 35-60, 2000.

OFÍCIO, 14/05/1956. n ° 82/56. Encaminhado ao Dr. Manoel Bonifácio Nunes da Cunha Secretário da Educação, Saúde e Cultura. Cuiabá-MT

OFÍCIO, 25/07/1956. n ° 112/1956. Encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Doutor João Ponde de Arruda. Governador do Estado. Palácio Alencastro, Cuiabá-MT

OFÍCIO, 30/07/1956. n ° 113/1956. Encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Doutor João Ponde de Arruda. Digníssimo Governador do Estado de Mato Grosso.

OFÍCIO, 18/03/1957. n ° 136/57. Encaminhado a Professora Liduvina Motta Camargo. Ginásio Estadual Dr. Vladislau Garcia Gomes. Paranaíba-MT.

OFÍCIO, 27/11/1957. n ° 258/57. Encaminhado ao Dr. Manoel Bonifácio Nunes da Cunha Secretário de Educação Cultura e Saúde. Cuiabá-MT.

OLIVEIRA, S. S de. **A história da disciplina francês no Colégio Estadual Campo-grandense (1942-1962)**. 2009. 250 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2009.

PESSANHA, E. C. **Ascensão e queda do professor**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Fontes para a história da cultura escolar em Campo Grande/MS. **Projeto de pesquisa**. CNPq/PROPP, 2002.

_____.; DANIEL, M. E. B. **História da cultura escolar através dos exames:** o caso dos exames de admissão ao Ginásio (1939-1971). Intermeio: revista do Mestrado em Educação, Campo Grande, MS, v. 8, n. 16, p. 4-15, 2002.

_____. et al. **Relatório final do projeto de pesquisa:** Tempo de cidade, lugar de escola: um estudo comparativo sobre a cultura escolar de instituições escolares exemplares constituídas no processo de urbanização e modernização das cidades brasileiras (1880-1970). Campo Grande/ MS: Relatório final de projeto de pesquisa financiado pelo CNPq, 2007.

_____. Estudar e lecionar em escolas exemplares - cruzamento de sentidos. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v.11, n. 01, abr. 2013. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum>>. Acesso em: 30 mai. 2013.

PRADO JR, C. **Evolução política do Brasil: Colônia e Império.** São Paulo: Brasiliense, 1933.

QUADROS, W. J. de. **O "milagre brasileiro" e a expansão da nova classe média.** 1991. Tese (Doutorado em Educação) - Departamento de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.

QUEIROZ, P. R. C. **Uma ferrovia entre dois mundos:** A. E. F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século 20. Campo Grande: Ed. UFMS; Bauru: EDUSC, 2004.

RAHE, M. B. **A disciplina Língua Inglesa e o "sotaque norte-americano":** uma investigação das práticas docentes no Maria Constança (1955- 2005). 2006. 145f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2006.

REGULAMENTO DO LICEU CAMPOGRANDENSE, 1938. In: PESSANHA, E. C; ASSIS, W. S. **Arquivos digitalizados da Escola Estadual Maria Constança Barros Machado** (Campo Grande/MS) [DVD] /Campo Grande, MS: 4 discos digitais para computador: color.; 4 ¾ pol. v. 4, livros 4; 6; 2011.

RELATÓRIO, 1944. **Colégio Estadual Campograndense.** Campo Grande-MT.

RELATÓRIO, 1952. **Relatório do Colégio Estadual Campograndense e da Escola Normal Joaquim Murtinho, no ano letivo de 1952.** Campo Grande-MT.

RELATÓRIO, 1953. **Relatório do Colégio Estadual Campograndense e da Escola Normal Joaquim Murtinho, no ano letivo de 1953.** Campo Grande-MT.

RELATÓRIO, 1958. **Colégio Estadual Campograndense.** Campo Grande-MT.

RELATÓRIO, 1959. **Colégio Estadual Campograndense.** Campo Grande-MT.

ROCHA, A. A. de L. **Por uma história do currículo no/do colégio Maria Constança na década de 1960:** cultura docente, práticas e materiais curriculares. 2007. 92 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2007.

ROMANELLI, O. de O. **História da educação no Brasil:** (1930/1973). 36 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

SAES, D. **Classe média e sistema político no Brasil**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.

SOARES, Magda. **Letramento**: um tema em três gêneros. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SOUZA, R. F. de. A renovação do currículo do ensino secundário no Brasil: as últimas batalhas pelo humanismo (1920-1960). **Currículo sem Fronteiras**, v.9, n.1, p.72-90, jan/jun. 2009.

TAVARES, J. N. **Conciliação e radicalização política no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 1982.

TEIXEIRA, A. A educação e a sociedade brasileira: a educação como problema central da sociedade. In: _____. **Educação no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999. p. 345-393.

VALENTE, W. **Os exames de admissão ao Ginásio: 1931-1969**. PUC-SP, CD ROM. v.1, 2 e 3, 2001.

VEIGA, C. G. **História da educação**. São Paulo: Ática, 2007.

VILLAÇA, F. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, C. ; SCHIFFER, S.R. **O Processo de Urbanização no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

ZOTTI, S. A. O ensino secundário no império brasileiro: considerações sobre a função

social e o currículo do Colégio Pedro II. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.18, p. 29 - 44, jun. 2005.

ANEXOS

PASTA 1 (DVD):

ANEXO A - ESTATÍSTICA DE APROVEITAMENTO DO ANO LETIVO DE 1942

ANEXO B- ESTATÍSTICA DE APROVEITAMENTO DO ANO LETIVO DE 1944

ANEXO C - ESTATÍSTICA DE APROVEITAMENTO DO ANO LETIVO DE 1945

ANEXO D- ESTATÍSTICA DE APROVEITAMENTO DO ANO LETIVO DE 1946

ANEXO E- ESTATÍSTICA DE APROVEITAMENTO DO ANO LETIVO DE 1951

ANEXO F - ESTATÍSTICA DE APROVEITAMENTO DO ANO LETIVO DE 1952

ANEXO G - ESTATÍSTICA DE APROVEITAMENTO DO ANO LETIVO DE 1953

ANEXO H - ESTATÍSTICA DE APROVEITAMENTO DO ANO LETIVO DE 1954

ANEXO I- ESTATÍSTICA DE APROVEITAMENTO DO ANO LETIVO DE 1955

ANEXO J - ESTATÍSTICA DE APROVEITAMENTO DO ANO LETIVO DE 1956

ANEXO K - ESTATÍSTICA DE APROVEITAMENTO DO ANO LETIVO DE 1957

ANEXO L - ESTATÍSTICA DE APROVEITAMENTO DO ANO LETIVO DE 1959

ANEXO M - QUADRO GERAL DE MATRÍCULAS 1942 (1º SEMESTRE)

ANEXO N - QUADRO GERAL DE MATRÍCULAS 1942 (2º SEMESTRE)

ANEXO O- QUADRO GERAL DE MATRÍCULAS DO ANO DE 1943 (1º SEMESTRE)

ANEXO P - QUADRO GERAL DE MATRÍCULAS DO ANO DE 1943 (2º SEMESTRE)

ANEXO Q - QUADRO GERAL DE MATRÍCULAS DO ANO DE 1944 (1º SEMESTRE)

ANEXO R - QUADRO GERAL DE MATRÍCULAS DO ANO DE 1944 (2º SEMESTRE)

ANEXO S - QUADRO GERAL DE MATRÍCULAS DO ANO DE 1945 (1º SEMESTRE)

ANEXO T - QUADRO GERAL DE MATRÍCULAS DO ANO DE 1945 (2º SEMESTRE)

ANEXO U - QUADRO GERAL DE MATRÍCULAS DO ANO DE 1946 (1º SEMESTRE)

ANEXO V - QUADRO GERAL DE MATRÍCULAS DO ANO DE 1946 (2º SEMESTRE)

ANEXO W - QUADRO GERAL DE MATRÍCULAS DO ANO DE 1947 (1º SEMESTRE)

ANEXO X - QUADRO GERAL DE MATRÍCULAS DO ANO DE 1947 (2º SEMESTRE)

ANEXO Y- QUADRO GERAL DE MATRÍCULAS DO ANO DE 1952 (1º SEMESTRE)

ANEXO Z- QUADRO GERAL DE MATRÍCULAS DO ANO DE 1953 (1º SEMESTRE)

ANEXO AA - QUADRO GERAL DE MATRÍCULAS DO ANO DE 1953 (2º SEMESTRE)

ANEXO BB - QUADRO GERAL DE MATRÍCULAS DO ANO DE 1954 (1º SEMESTRE)

ANEXO CC - QUADRO GERAL DE MATRÍCULAS DO ANO DE 1954 (2º SEMESTRE)

ANEXO DD - QUADRO GERAL DE MATRÍCULAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE 1955 (1º SEMESTRE)

ANEXO EE - QUADRO GERAL DE MATRÍCULAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE 1955 (1º SEMESTRE)

ANEXO FF - QUADRO GERAL DE MATRÍCULAS DO MÊS DE MAIO DO ANO DE 1955 (1º SEMESTRE)

ANEXO GG - QUADRO GERAL DE MATRÍCULAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE 1955 (1º SEMESTRE)

ANEXO HH - QUADRO GERAL DE MATRÍCULAS DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DE 1955 (1º SEMESTRE)

ANEXO II - QUADRO GERAL DE MATRÍCULAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE 1955 (2º SEMESTRE)

ANEXO JJ- QUADRO GERAL DE MATRÍCULAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE 1956 (1º SEMESTRE)

ANEXO KK - QUADRO GERAL DE MATRÍCULAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE 1957 (1º SEMESTRE)

ANEXO LL - QUADRO GERAL DE MATRÍCULAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE 1958 (1º SEMESTRE)

ANEXO MM - ALUNOS MATRICULADOS EM 1958 NO CURSO GINASIAL/CURSO COLEGIAL (DIURNO/NOTURNO)

ANEXO NN - ALUNOS MATRICULADOS EM 1958 NO CURSO GINASIAL/CURSO COLEGIAL (DIURNO/NOTURNO)

ANEXO OO - ALUNOS MATRICULADOS EM 1959

ANEXO PP - RESUMOS GERAIS DA MATRÍCULA NO ANO DE 1959

ANEXO QQ - QUADRO GERAL DE MATRÍCULAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE 1960 (1º SEMESTRE)

ANEXO RR - ALUNOS MATRICULADOS NO ANO DE 1960

ANEXO SS - RELAÇÃO DAS GUIAS DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS DURANTE O MÊS DE JUNHO DO ANO DE 1942 PARA MATRÍCULA NA 1ª SÉRIE DO GINÁSIO CAMPOGRANDENSE

ANEXO TT- RELAÇÃO DAS GUIAS DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS DURANTE O MÊS DE MARÇO DO ANO DE 1943 PARA MATRÍCULA NA 1ª E 2ª SÉRIE DO LICEU CAMPOGRANDENSE

ANEXO UU - RELAÇÃO DAS GUIAS DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS EM MARÇO NO ANO DE 1943

ANEXO VV - RELAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS EXPEDIDAS DO ANO DE 1943 (1º SEMESTRE)

ANEXO WW - RELAÇÃO DAS GUIAS DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS NO MÊS DE MARÇO DE 1944

ANEXO XX - RELAÇÃO DOS ALUNOS QUE FORAM TRANSFERIDOS PARA ESTE ESTABELECIMENTOS DE ACORDO COM O DECRETO 22.663 DE 24 DE ABRIL DE 1933, DA DIVISÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO

PASTA 2 (DVD):

ANEXO YY - ATA DO EXAME DE ADMISSÃO DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE 1942

ANEXO YY - ATA DO EXAME DE ADMISSÃO DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE 1942

ANEXO ZZ - ATA DO EXAME DE ADMISSÃO DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE 1942 (1ª ÉPOCA DE 1943)

ANEXO AAA - ATA DO EXAME DE ADMISSÃO DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE 1943 (2ª ÉPOCA DE 1943)

ANEXO BBB - ATA DO EXAME DE ADMISSÃO DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE 1943 (1ª ÉPOCA DE 1944)

ANEXO CCC - ATA DO EXAME DE ADMISSÃO DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE 1944 (2ª ÉPOCA DE 1944)

ANEXO DDD - ATA DO EXAME DE ADMISSÃO DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE 1944 (1ª ÉPOCA DE 1945)

ANEXO EEE - ATA DO EXAME DE ADMISSÃO DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE 1945 (2ª ÉPOCA DE 1945)

ANEXO FFF - ATA DO EXAME DE ADMISSÃO DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE 1945 (1ª ÉPOCA DE 1946)

ANEXO GGG- ATA DO EXAME DE ADMISSÃO DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE 1946 (2ª ÉPOCA DE 1946)

ANEXO HHH - ATA DO EXAME DE ADMISSÃO DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE 1946 (1ª ÉPOCA DE 1947)

ANEXO III - ATA DO EXAME DE ADMISSÃO DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE 1947 (2ª ÉPOCA DE 1947)

ANEXO JJJ - ATA DO EXAME DE ADMISSÃO DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE 1947 (1ª ÉPOCA DE 1948)

ANEXO KKK - ATA DO EXAME DE ADMISSÃO DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE 1948 (2ª ÉPOCA DE 1948)

ANEXO LLL - ATA DO EXAME DE ADMISSÃO DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE 1948 (1ª ÉPOCA DE 1949)

ANEXO MMM - ATA DO EXAME DE ADMISSÃO DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE 1949 (2ª ÉPOCA DE 1949)

ANEXO NNN - ATA DO EXAME DE ADMISSÃO DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE 1949 (1ª ÉPOCA DE 1950)

ANEXO OOO - ATA DO EXAME DE ADMISSÃO DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE 1950 (2ª ÉPOCA DE 1950)

ANEXO PPP - ATA DO EXAME DE ADMISSÃO DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE 1950 (1ª ÉPOCA DE 1951)

ANEXO QQQ - ATA DO EXAME DE ADMISSÃO DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE 1951 (2ª ÉPOCA DE 1951)

ANEXO RRR - ATA DO EXAME DE ADMISSÃO DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE 1951 (1ª ÉPOCA DE 1952)

ANEXO SSS - ATA DO EXAME DE ADMISSÃO DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE 1952 (2ª ÉPOCA DE 1952)

ANEXO TTT - ATA DO EXAME DE ADMISSÃO DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE 1952 (1ª ÉPOCA DE 1953)

ANEXO UUU - ATA DO EXAME DE ADMISSÃO DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE 1953 (2ª ÉPOCA DE 1953)

ANEXO VVV - ATA DO EXAME DE ADMISSÃO DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE 1953 (1ª ÉPOCA DE 1954)

ANEXO WWW - ATA DO EXAME DE ADMISSÃO DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE 1954 (2ª ÉPOCA DE 1954)

ANEXO XXX - ATA DO EXAME DE ADMISSÃO DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE 1954 (1ª ÉPOCA DE 1955)

ANEXO YYY - ATA DO EXAME DE ADMISSÃO DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE 1955 (2ª ÉPOCA DE 1955)

ANEXO ZZZ- ATA DO EXAME DE ADMISSÃO DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE 1955 (1ª ÉPOCA DE 1956)

ANEXO AAAA- ATA DO EXAME DE ADMISSÃO DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE 1956 (2ª ÉPOCA DE 1956)

ANEXO BBBB- ATA DO EXAME DE ADMISSÃO DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE 1956 (1ª ÉPOCA DE 1957)

ANEXO CCCC- ATA DO EXAME DE ADMISSÃO DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE 1957 (2ª ÉPOCA DE 1957)

ANEXO DDDD- ATA DO EXAME DE ADMISSÃO DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE 1957 (1ª ÉPOCA DE 1958)

ANEXO EEEE- ATA DO EXAME DE ADMISSÃO DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE 1958 (2ª ÉPOCA DE 1958)

ANEXO FFFF- ATA DO EXAME DE ADMISSÃO DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE 1958 (1ª ÉPOCA DE 1959)

ANEXO GGGG- ATA DO EXAME DE ADMISSÃO DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE 1959 (2ª ÉPOCA DE 1959)

ANEXO HHHH- ATA DO EXAME DE ADMISSÃO DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE 1959 (1ª ÉPOCA DE 1960)

ANEXO IIII- ATA DO EXAME DE ADMISSÃO DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE 1960 (2ª ÉPOCA DE 1960)

ANEXO JJJJ- ATA DO EXAME DE ADMISSÃO DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE 1960 (1ª ÉPOCA DE 1961)

ANEXO KKKK- ATA DO EXAME DE ADMISSÃO DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE 1963 (1ª ÉPOCA DE 1964)

ANEXO LLLL- ATA DO EXAME DE ADMISSÃO DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE 1964 (2ª ÉPOCA DE 1964)

ANEXO MMMM- ATA DO EXAME DE ADMISSÃO DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE 1964 (1ª ÉPOCA DE 1965)

ANEXO NNNN- ATA DO EXAME DE ADMISSÃO DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE 1965 (2ª ÉPOCA DE 1965)

ANEXO OOOO- ATA DO EXAME DE ADMISSÃO DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE 1965 (1ª ÉPOCA DE 1966)

ANEXO PPPP- ATA DO EXAME DE ADMISSÃO DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE 1966 (2ª ÉPOCA DE 1966)

ANEXO QQQQ- ATA DO EXAME DE ADMISSÃO DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE 1966 (1ª ÉPOCA DE 1967)

ANEXO RRRR- ATA DO EXAME DE ADMISSÃO DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE 1967 (1ª ÉPOCA DE 1968)

ANEXO SSSS- ATA DO EXAME DE ADMISSÃO DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE 1968 (1ª ÉPOCA DE 1969)

ANEXO TTTT- ATA DO EXAME DE ADMISSÃO DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE 1969 (2ª ÉPOCA DE 1969)

ANEXO UUUU- ATA DO EXAME DE ADMISSÃO DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE 1969 (1ª ÉPOCA DE 1970)

ANEXO VVVV- ATA DO EXAME DE ADMISSÃO DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE 1970 (1ª ÉPOCA DE 1971)

PASTA 3 (DVD):

ANEXO WWWW -OFÍCIO 27/11/1957

ANEXO XXXX -OFÍCIO 18/03/1957

ANEXO YYYY -OFÍCIO 30/07/1956

ANEXO ZZZZ - OFÍCIO 25/07/1956

ANEXO AAAAA - OFÍCIO 14/05/1956

ANEXO BBBBB - RELATÓRIO DO COLÉGIO ESTADUAL CAMPOGRANDENSE E DA ESCOLA NORMAL JOAQUIM MURTINHO, NO ANO LETIVO DE 1952

ANEXO CCCCC - RELATÓRIO DO COLÉGIO ESTADUAL CAMPOGRANDENSE E DA ESCOLA NORMAL JOAQUIM MURTINHO, NO ANO LETIVO DE 1953

ANEXO DDDDD - ATESTADO DE REGULAR FUNCIONAMENTO DE 12 DE ABRIL DE 1957

ANEXO EEEEE - RELATÓRIO DE 1958 DO COLÉGIO ESTADUAL CAMPOGRANDENSE

ANEXO FFFFF - RELATÓRIO DE 1959 DO COLÉGIO ESTADUAL CAMPOGRANDENSE